

FÁBIO JORGE PINEU COELHO ROCHA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PALÁCIO DE BELOMONTE

A TRANSFORMAÇÃO DE EDÍCIOS HISTÓRICOS
E A CRIAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES ATRAVÉS
DA REABILITAÇÃO E DO RESTAURO



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO, 2024

FÁBIO JORGE PINEU COELHO ROCHA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PALÁCIO DE BELOMONTE

A TRANSFORMAÇÃO DE EDÍCIOS HISTÓRICOS
E A CRIAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES ATRAVÉS
DA REABILITAÇÃO E DO RESTAURO



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO, 2024

TÍTULO

O Palácio de Belomonte — A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

ORIENTADOR

Professor Doutor Luís Miguel de Oliveira Branco-Teixeira

AUTOR

Fábio Jorge Pineu Coelho Rocha

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre no curso de Engenharia Civil

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, 2024

RESUMO

A dissertação apresentada explora a temática da transformação de edifícios históricos no Centro Histórico da cidade do Porto e a criação de novas identidades para os mesmos, através da reabilitação e do restauro. O presente estudo visa a obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil, pela Universidade Fernando Pessoa.

O Centro Histórico da cidade do Porto, com as suas tão conhecidas e sinuosas ruas em calçada portuguesa e edifícios centenários, é um tesouro cultural que reflete o passado da *“Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto”*. Uma cidade que preserva a memória do passado, mas que promove o futuro, e se quer moderna e capaz de albergar as necessidades dos tempos. O desafio de preservar a herança, enquanto se procura atribuir novas funções e identidades a esses edifícios históricos, é uma tarefa delicada e imperial. A reabilitação e o restauro não apenas renovam as estruturas, mas também criam uma ponte entre o passado e o presente, gerando novas narrativas para esses marcos arquitetónicos e históricos.

A reabilitação e o restauro de edifícios históricos é, mais do que uma simples renovação física, um compromisso com a preservação da memória coletiva de uma cidade. A disposição dos edifícios no horizonte da cidade do Porto assemelha-se a “uma estante de livros desordenados tanto em largura como em altura”, não sendo possível verificar qualquer ordenação ou regra relativa à cêrcea dos mesmos. Todos estes singulares edifícios não são meras estruturas de alvenaria, mas sim testemunhas silenciosas da História e das pessoas que por lá passaram. A reabilitação desses edifícios procura manter a autenticidade dos elementos originais, como fachadas ornamentadas, vitrais, azulejos pintados à mão, claraboias e detalhes arquitetónicos, ao mesmo tempo que os adapta e transforma para responder às necessidades contemporâneas.

Esta vontade e, além de tudo, necessidade de se manter atual e responder às necessidades contemporâneas, resulta na criação de novas identidades que refletem a dinâmica sociocultural e económica do presente. A transformação desses espaços em habitações, escolas, hotéis, museus, restaurantes, escritórios, ou até espaços de co-working, é uma forma de inserir novos elementos na narrativa desses edifícios, mantendo-os relevantes para as várias gerações.

Nesta dissertação, o Palácio de Belomonte é o caso de estudo que se pretende analisar, por todas as transformações que sofreu desde o século XVIII, data da sua construção. Situado numa das mais pitorescas zonas da cidade do Porto, o bairro da freguesia de São Nicolau e Miragaia, o Palácio de Belomonte testemunhou várias mudanças ao longo dos séculos, tanto nas suas funções, como nos seus proprietários. Assim, de residência nobre e apalaçada, propriedade privada, banco dos caminhos de ferro de África a períodos de abandono, o Palácio abrigou nos últimos anos a Escola Superior de Artes do Porto, e reflete as diferentes fases e necessidades da cidade.

O Palácio de Belomonte é significativo devido ao seu papel na preservação da herança cultural da cidade, sendo que a sua localização no Centro Histórico do Porto o torna, cada vez mais, um ponto de interesse para moradores e turistas, que procuram descobrir a história da cidade.

Alvo de uma nova transformação, o Palácio dá agora espaço a um hotel de luxo que, enquanto elemento essencial da paisagem urbana, ajuda a moldar a identidade da cidade e a contar a sua história. A reabilitação e o restauro têm um papel de extrema importância nesta preservação da identidade original, permitindo ainda que as gerações futuras relembrem o passado, enquanto constroem o futuro.

Palavras-chave: *Edifícios históricos; Identidade; Património edificado; Porto; Reabilitação e Restauro.*

ABSTRACT

The presented dissertation explores the theme of the transformation of historic buildings in the Historic Center of Porto and the creation of new identities for them through rehabilitation and restoration. This study aims to obtain a master's degree in Civil Engineering from Fernando Pessoa University.

The Historic Center of Porto, with its well-known winding cobblestone streets and centuries-old buildings, is a cultural treasure that reflects the history of the *“Ancient, Very Noble, Always Loyal, and Invincible City of Porto.”* It is a city that preserves the memory of the past while promoting the future, aspiring to be modern and capable of meeting the needs of its time. The challenge of preserving the heritage while seeking to assign new functions and identities to these historic buildings is a delicate and imperative task. Rehabilitation and restoration not only renew structures but also bridge the gap between the past and present, creating new narratives for these architectural and historical landmarks.

The rehabilitation and restoration of historic buildings are more than mere physical renewal; they represent a commitment to preserving the collective memory of a city. The arrangement of buildings on the Porto city skyline resembles “a shelf of disorderly books in both width and height,” with no apparent order or rule regarding their height. These unique buildings are not just masonry structures but silent witnesses to history and the people who passed through. The rehabilitation of these buildings aims to maintain the authenticity of original elements such as ornate facades, hand-painted tiles, skylights, and architectural details while adapting and transforming them to meet contemporary needs.

This desire and, above all, the need to stay current and respond to contemporary needs result in the creation of new identities that reflect the sociocultural and economic dynamics of the present. Transforming these spaces into residences, schools, hotels, museums, restaurants, offices, or even co-working spaces is a way to introduce new elements into the narrative of these buildings, keeping them relevant for various generations.

In this dissertation, the Belomonte Palace is the case study intended for analysis, considering all the transformations it has undergone since the 18th century, the date of its construction. Located in one of the most picturesque areas of Porto, the São Nicolau and Miragaia parish neighborhood, the Belomonte Palace has witnessed various changes over the centuries, both in its functions and its owners. Thus, from a noble and palatial residence, private property, the bank of the African railways to periods of abandonment, the Palace has housed the Porto School of Arts in recent years, reflecting the different phases and needs of the city.

The Belomonte Palace is significant due to its role in preserving the city's cultural heritage, and its location in the Historic Center of Porto increasingly makes it a point of interest for residents and tourists seeking to discover the city's history.

Undergoing a new transformation, the Palace is now a luxury hotel that, as an essential element of the urban landscape, it helps shape the city's identity and tell its story. Rehabilitation and restoration play an extremely important role in preserving this original identity, allowing future generations to remember the past while building the future.

Keywords: *Historic buildings; Identity; Built heritage; Porto; Rehabilitation and Restoration.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese é vista como um marco na vida de qualquer estudante, por marcar o fim de um ciclo de estudos. No meu caso em particular, conclui uma fase que há muito ambicionava e que, por questões pessoais, não seguiu a cronologia natural.

Mais de uma década depois, resolvi encerrar este capítulo da defesa da tese. Ao longo de toda a minha vida contei com o apoio da minha família, como pilares fundamentais da minha personalidade e educação, que sempre me deram o apoio e liberdade para tomar as minhas próprias opções e escolhas, em todas as situações e também ao nível académico.

Não posso deixar de expressar minha profunda gratidão pelo apoio incondicional da minha Mãe, que me continua a incentivar a estudar e a procurar novas formações para incrementar e atualizar constantemente os meus conhecimentos.

Agradeço de coração às minhas Avós, pilares na minha educação, pela sabedoria e valores que generosamente partilharam ao longo dos anos, contribuindo para a pessoa que sou hoje.

À minha prima e quase irmã Daniela, um especial obrigado pela revisão detalhada e apoio constante, fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, pelo apoio e horas dispensadas para estudar comigo, com os quais foi possível conciliar a vida académica com a vida profissional, criando amizades que perduram para a vida.

Agradeço ao meu Professor e Orientador Dr. Miguel Branco-Teixeira que, mesmo quando eu próprio duvidei, me apoiou e motivou a concluir todo este processo. Agradeço por todas as horas despendidas em reuniões de final de dia, para que o trabalho não tivesse quebras no ritmo e que, principalmente, o objetivo e compromisso fossem cumpridos.

Um agradecimento a todos aqueles não referidos em particular, que ao longo da minha vida profissional, já como Engenheiro, me permitiram aprender e adaptar todo o co-

nhecimento teórico ao trabalho prático do dia a dia. Uma aprendizagem constante que tornou a minha paixão pela profissão de Engenheiro Civil ainda maior.

Um enorme obrigado ao Engenheiro Fernando Santos Silva, um verdadeiro líder e amigo, que sempre me inculuiu o espírito crítico, criativo e prático para qualquer problema ou questão que possa surgir diariamente nas nossas profissões. Com o Fernando, percebi que a aprendizagem é contínua e que o trabalho é mais valorizado com a criação de uma verdadeira equipa de trabalho e não apenas a gestão de um conjunto de trabalhadores.

Por fim quero agradecer à Lia, a minha namorada, por todas as horas de apoio e ajuda para que fosse possível conciliar a vida pessoal, de trabalho e ainda a elaboração desta dissertação. Sem dúvida, o norte que precisava para nunca abrandar ou desistir. Além disso, agradeço pela ajuda na paginação deste livro, contribuindo significativamente para a sua realização.

A todos, um enorme obrigado.

Ao meu Pai...

Dedico este trabalho ao meu Pai, que apesar de nunca me demonstrar diretamente o orgulho na minha carreira acadêmica e profissional, o fazia com todos aqueles que com ele partilharam os últimos anos de vida. Acredito que se ainda fosse possível, desta vez, a demonstração de orgulho seria diretamente a mim.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	ii
ABSTRACT	iv
AGRADECIMENTOS	vi
DEDICATÓRIA	viii
ÍNDICE GERAL	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
SIGLAS E ACRÓNIMOS	xvi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
ENQUADRAMENTO E IDENTIDADE	
I.1. A importância da preservação da identidade histórica e cultural dos edifícios no Centro Histórico do Porto	8
I.1.1. A Carta de Veneza	9
I.1.2. A Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural ...	10
I.1.3. Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural	10
I.1.4. A Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais	11
I.1.5. A Carta de Cracóvia - Princípios para a conservação e o restauro do património construído	12
I.2 Fatores de degradação dos edifícios antigos e a necessidade de reabilitação ...	13
I.3. Como pode a reabilitação e o restauro ajudar a manter as características originais	15

CAPÍTULO II

REINTERPRETAÇÃO FUNCIONAL DOS EDIFÍCIOS

II.1. Edifícios históricos adaptados ou transformados para novos usos	18
II.1.1 O Mercado do Bolhão	19
II.1.2 Estação de São Bento	22
II.1.3 Edifício Águia D'Ouro	25
II.1.4 Cadeia e Tribunal da Relação do Porto	27
II.1.5. Palácio da Bolsa	30
II.1.6 Palácio das Cardosas	34
II.1.7 Alfândega do Porto	37
II.2. A adaptação funcional como nova identidade do edifício e revitalização da área circundante	42

CAPÍTULO III

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO EDIFÍCIO

III.1. Os desafios do equilíbrio da inovação com a preservação do carácter original	48
III.2 Transformação urbana e participação comunitária	50
III.2.1 O potencial da reabilitação de atrair investimentos, impulsionar o turismo e melhorar a qualidade de vida	51
III.2.2 O envolvimento da comunidade local na tomada de decisões	53

CAPÍTULO IV

A REABILITAÇÃO E RESTAURO DO PALÁCIO DE BELOMONTE: CASO DE ESTUDO

IV.1. Localização e descrição do edifício	58
IV.2. Deterioração e necessidade de reabilitação do Palácio de Belomonte	73

IV.3. Processo de reabilitação e restauro para integração da nova identidade	76
IV.3.1 Cantarias, pináculos e plintos	78
IV.3.2 Guardas e elementos metálicos	80
IV.3.3 Revestimentos cerâmicos do hall de entrada	81
IV.3.4 Escadaria central em pedra	83
IV.3.5 Estruturas e elementos em madeira da claraboia	85
IV.3.6 Tetos estucados	88
IV.3.7 Tetos em caixotões de madeira	92
IV.3.8 Azulejos das paredes	96
IV.3.9 Namoradeiras em pedra	98
IV.4. Impacto na Comunidade e na área envolvente	100
IV.5. Os desafios da reabilitação e restauro do Palácio de Belomonte	104
IV.5.1 Diferenças entre projeto e execução de obra	105
IV.5.2 Condicionantes de licenciamentos municipal	106
IV.5.3 Imprevistos durante os trabalhos de demolição	106
IV.5.4 Acompanhamento arqueológico	108
IV.5.5 Necessidade de reavaliação dos danos nas estruturas	109
IV.5.6 Incumprimento do planeamento devido a fatores externos	110
IV.5.7 Planeamento dependente de múltiplas especialidades	112
IV.5.8 Acidentes de trabalho	113
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
SÍTIOS DA INTERNET	126
ANEXOS	
Índice de Figuras de Anexos	132
Plantas do Palácio de Belomonte	134

Alçados do Palácio de Belomonte	138
Fotografias de drone	139
Fotografias de fases de obra	142
Fotografias de trabalhos arqueológicos	147
Fotografias de descobertas arqueológicas	149
Registo do Palácio de Belomonte	150

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Pontos de interesse do Centro Histórico da Cidade do Porto	8
Figura 2	Fotografia noturna do Mercado do Bolhão - atualidade	19
Figura 3	Mercado do Bolhão no ano de 1920	20
Figura 4	O antigo Mercado do Bolhão	21
Figura 5	Mercado do Bolhão - atualidade	21
Figura 6	Fachada da Estação de São Bento	22
Figura 7	Antigo teto do átrio da Estação de São Bento	23
Figura 8	Teto do átrio da Estação de São Bento - atualidade	24
Figura 9	Átrio da Estação de São Bento - atualidade	24
Figura 10	Fotografia noturna do Hotel Moov - atualidade	25
Figura 11	Antigo Edifício Águia	26
Figura 12	Hotel Moov - atualidade	26
Figura 13	Fotografia noturna do Centro Português de Fotografia - atualidade	27
Figura 14	Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto	28
Figura 15	Fachada da Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto	28
Figura 16	Centro Português de Fotografia - atualidade	29
Figura 17	Fachada do Centro Português de Fotografia - atualidade	29
Figura 18	Fotografia noturna Palácio da Bolsa - atualidade	30
Figura 19	Fachada do Palácio da Bolsa	32
Figura 20	Fachada do Palácio da Bolsa - atualidade	32
Figura 21	Salão Árabe no Palácio da Bolsa - atualidade	33
Figura 22	Claustros do Palácio da Bolsa - atualidade	33
Figura 23	Fotografia noturna do Hotel Intercontinental - atualidade	34
Figura 24	Antigo Palácio das Cardosas, em 1860	36
Figura 25	Hotel Intercontinental - atualidade	36
Figura 26	Fotografia noturna da Alfândega do Porto	37
Figura 27	Zona ribeirinha do Porto: antes da construção da nova Alfândega	39

Figura 28	Final da construção da Alfândega do Porto	40
Figura 29	Fachada do edifício da Alfândega do Porto e rua - atualidade	40
Figura 30	Tardoz do edifício da Alfândega do Porto - atualidade	41
Figura 31	Edifício da Alfândega do Porto: vista de V. N. de Gaia - atualidade	41
Figura 32	Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	46
Figura 33	Localização da cidade do Porto na Península Ibérica	58
Figura 34	Localização do Palácio de Belomonte no Centro Histórico do Porto	59
Figura 35	Localização do projeto na malha urbana da cidade do Porto	59
Figura 36	Rua de Belomonte, via Largo de São Domingos	60
Figura 37	Rua de Belomonte, via Taipas	61
Figura 38	Altimetria do Centro Histórico do Porto	61
Figura 39	Fachada frontal do Palácio de Belomonte: virada para a R. de Belomonte	62
Figura 40	Detalhe do bloco central da fachada frontal	63
Figura 41	Alçado da fachada frontal	64
Figura 42	Alçado da fachada tardoz	65
Figura 43	Hall de entrada do Palácio de Belomonte	66
Figura 44	Mosaico hidráulico no hall de entrada	67
Figura 45	Corrimão e balaustrada da escadaria	67
Figura 46	Teto do hall de entrada a)	67
Figura 47	Teto do hall de entrada b)	67
Figura 48	Teto em madeira pintada	68
Figura 49	Claraboia central	68
Figura 50	Misula decorativa de rostos	69
Figura 51	Friso da moldura de teto	69
Figura 52	Brasão central do teto do Salão Nobre	69
Figura 53	Teto da Sala A	70
Figura 54	Teto da Sala B	70
Figura 55	Teto da Sala C	70
Figura 56	Teto da Sala D	70
Figura 57	Logradouro do Palácio	71

Figura 58	Arco em pedra no piso -1	72
Figura 59	Guarda metálica de acesso à caixa forte	75
Figura 60	Guarda metálica da antiga zona da capela	75
Figura 61	Pináculos e cantarias exteriores a)	79
Figura 62	Pináculos e cantarias exteriores b)	79
Figura 63	Pináculos e cantarias exteriores c)	79
Figura 64	Cantarias em fase de restauro	79
Figura 65	Guardas e elementos metálicos a)	80
Figura 66	Guardas e elementos metálicos b)	80
Figura 67	Guardas e elementos metálicos c)	80
Figura 68	Pavimento hidráulico a preservar no hall de entrada	82
Figura 69	Escadaria, balaustres e corrimões em pedra de granito a)	84
Figura 70	Escadaria, balaustres e corrimões em pedra de granito b)	84
Figura 71	Teto da claraboia	86
Figura 72	Estrutura da claraboia a)	87
Figura 73	Estrutura da claraboia b)	87
Figura 74	Teto do salão nobre: em fase de restauro	88
Figura 75	Teto estucado da Sala A	89
Figura 76	Teto da Sala B em estuque branco	90
Figura 77	Tardoz dos tetos estucados a)	90
Figura 78	Tardoz dos tetos estucados b)	90
Figura 79	Teto de hall de entrada	92
Figura 80	Teto da antiga sala dos professores	93
Figura 81	Forro do teto da antiga sala dos professores	94
Figura 82	Teto em masseira da Sala C	95
Figura 83	Painéis de azulejos a)	97
Figura 84	Painéis de azulejos b)	97
Figura 85	Namoradeiras em pedra	99
Figura 86	Colapso de arco em pedra	115

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ARU** — Área de Reabilitação Urbana
- ACT** — Autoridade para as Condições do Trabalho
- CCFAA** — Companhia do Caminho de Ferro Através de África
- CMP** — Câmara Municipal do Porto
- DGPC** — Direção-Geral do Património Cultural
- DMAAU** — Divisão Municipal de Apreciação Arquitetónica e Urbanística
- DMGPU** — Divisão Municipal de Gestão de Procedimentos Urbanísticos
- DMGPC** — Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
- DMIG** — Divisão Municipal de Informação Geográfica
- DMPC** — Departamento Municipal de Proteção Civil
- EPI** — Equipamentos de Proteção Individual
- ESAP** — Escola Superior de Artística do Porto
- ICCROM** — International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
- ICOMOS** — International Council of Monuments and Sites
- INE** — Instituto Nacional de Estatística
- IP** — Infraestruturas de Portugal
- JRC** — Joint Research Centre
- NIMBY** — Not In My Backyard
- ODS** — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- PATA** — Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos
- PSP** — Polícia de Segurança Pública
- PTRE** — Plano de Trabalho Riscos Especiais
- RVL** — Relatórios Voluntários Locais
- TP, I.P.** — Turismo de Portugal, I.P
- UNCHE** — United Nations Conference on the Human Environment
- UNESCO** — The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

A cidade do Porto tem uma história rica e complexa, bem como uma evolução sociocultural marcante, que se reflete no seu património edificado. O século XVIII foi um período caracterizado pela imensa transformação da cidade, marcado pela prosperidade comercial e a consequente urbanização. Foi nessa altura que o Porto se afirmou como um importante centro comercial e industrial, conhecido pelo comércio do tão famoso vinho do Porto e pela sua ligação ao comércio marítimo. O crescimento económico resultou em transformações urbanas que expandiram a cidade para lá das antigas muralhas, dando origem a novos bairros e edifícios que refletiam essa prosperidade económica.

A arquitetura barroca e neoclássica começou a deixar a sua marca espalhada por toda a cidade, em edifícios como igrejas, palácios e casas senhoriais. A atividade comercial dinâmica da cidade atraiu uma diversidade de pessoas e culturas que contribuíram para a formação de uma comunidade cosmopolita.

O século que se seguiu, com as constantes evoluções e transformações na cidade, ficou assinalado pelas revoluções liberais. De facto, o século XIX foi um período de agitação política e social em Portugal, e o Porto foi palco de várias revoluções e revoltas que moldaram o curso da história nacional. As lutas, pela independência, os ideais liberais e a busca por uma monarquia constitucional tiveram um impacto direto na vida sociocultural da cidade, influenciando os ânimos da população. Estas agitações, resultaram em mudanças sociais significativas, com o crescimento da classe operária e o surgimento de fábricas, cenário que se refletiu na arquitetura e na expansão da cidade, com novas áreas urbanas a surgir para acomodar a crescente população.

A primeira metade do século XX ainda trazia consigo os desafios das mudanças na cidade, com a industrialização e urbanização aceleradas, que alteraram profundamente a paisagem e o modo de vida dos portuenses. A Revolução dos Cravos, em 1974 constata talvez uma das mais pertinentes viragens políticas em Portugal, pondo fim à ditadura e desencadeando transformações sociais, culturais e políticas em todo o país.

Ainda hoje, algumas gerações certamente guardam na memória a imagem do Porto antigo uma cidade sombria e suja que, por vários anos, foi considerada perigosa para quem se aventurava pelas ruas secundárias. Quando o sol se punha, a cidade perdia o movimento e, face ao panorama de instabilidade que se vivia, ninguém sequer ponde-rava alargar os horários dos estabelecimentos comerciais.

Só algumas décadas mais tarde, no final do século XX, o Porto começou a revitalizar-se. Em 1996, com a nomeação da cidade como Património Mundial da UNESCO, reconheceu-se a importância do Centro Histórico da cidade, o que resultou no reaparecimento do interesse pelo património edificado e pela preservação da identidade cultural, que até então se encontrava desvanecida. O turismo crescente trouxe nova vida a edifícios outrora negligenciados e a bairros em declínio.

Atualmente o Porto já foi considerado três vezes o melhor destino turístico da Europa, pela *European Best Destinations*, em 2012, 2014 e 2017. Em 2022, o Porto foi premiado como o Melhor Destino de Cidade do Mundo pelo World Travel Awards,

“deixando para trás as cidades mexicanas de Acapulco, Cancún e Maxatlán; Bogotá, na Colômbia; Quito, no Equador; a sul-africana Cidade do Cabo; a queniana Nairobi; o Dubai, nos Emirados Árabes Unidos; as norte-americanas Las Vegas, Miami e Nova Iorque; Hanoi, (Vietname), Hong Kong (China), as australianas Melbourne e Sydney, além da neo-zelandesa Queenstown; Londres, Lyon, Marraquexe, e a cidade de Lisboa.” (CMP, 2022)

conforme salientado numa notícia de 12 de novembro de 2022, no site da Câmara Municipal do Porto.

Considerado de um notável valor universal pela sua malha urbana e pelos seus inúmeros edifícios históricos que testemunharam a história do último milénio de uma cidade europeia virada para o ocidente pelas suas ligações comerciais e culturais. O Centro Histórico do Porto constitui uma obra-prima do génio criativo do Homem, uma vez que

reúne interesses militares, comerciais, agrícolas e demográficos, para dar abrigo a uma população capaz de edificar a cidade. Retrata a memória coletiva do povo que por lá passou e reflete a energia daqueles que por lá passam. É um trabalho coletivo, resultado de sucessivas contribuições que constroem a identidade da cidade, invicta e mui nobre. Hoje a cidade tem uma nova vida e exhibe a sua identidade vibrante com vaidade. Desde as livrarias históricas, como a Livraria Lello ou igrejas que dão espaço para espetáculos, como a Igreja dos Clérigos, até às casas de música e teatro, a cidade atraiu artistas, intelectuais e criativos de todo o mundo. Hoje, a noite é uma extensão do dia e as ruas enchem-se de jovens que completam os restaurantes, os bares, as esplanadas, os hotéis, os rooftops e os jardins da cidade.

Este contraste entre o passado e o presente foi fortemente influenciado pelo aumento expressivo do turismo na cidade. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), entre janeiro e abril de 2023, o setor do alojamento turístico registou 1.569.543 dormidas no Município do Porto (INE, 2023). Este aumento no fluxo de turistas destacou a necessidade de preservar e reabilitar os edifícios históricos do Centro Histórico da cidade, sendo que a crescente procura por alojamentos locais e espaços comerciais impulsionou a reabilitação e o restauro desses edifícios, transformando-os em locais atraentes para turistas e habitantes locais.

No entanto, a reabilitação e o restauro não se limitam a emendar o original, mas também se preocupam com a criação de novas identidades para os edifícios. Ao adaptá-los para novos usos, é possível criar espaços que mantêm a autenticidade histórica, enquanto proporcionam experiências novas. Este conceito, que ressalva a interseção entre preservação e inovação, sempre despertou o meu interesse e desempenha um papel fundamental na motivação para o tema desta tese.

No meu contacto com a cidade do Porto, na qual já fui responsável por diversas obras, fui admirando a forma como os edifícios históricos se podem transformar para responder às necessidades e aspirações modernas.

Motivado pela minha admiração pelo património cultural e arquitetónico da cidade do Porto, bem como pela ambição de proteger e preservar as suas características históricas

para as gerações futuras, ao escolher o tema “A Transformação de Edifícios Históricos e a Criação de Novas Identidades através da Reabilitação e do Restauro”, encontro a oportunidade para explorar o impacto da reabilitação e o restauro na preservação da identidade de uma cidade em constante evolução — a minha, o Porto.

Académica e profissionalmente, gostava de contribuir para o entendimento das temáticas e interações complexas entre património histórico, transformação urbana e identidade cultural. Acredito que esta área de pesquisa é cada vez mais pertinente, uma vez que cidades de todo o mundo enfrentam desafios semelhantes de preservação e renovação. Ao investigar as temáticas da reabilitação e do restauro em edifícios históricos do Porto, espero conseguir oferecer conhecimentos valiosos que possam influenciar futuras decisões de planeamento e preservação, tanto na minha cidade quanto além dela.

Por fim, e não menos importante, a escolha deste tema foi particularmente influenciada pela obra da qual sou diretor — a reabilitação do Palácio de Belomonte, no centro da cidade. A minha experiência profissional permite-me conciliar a perspetiva técnica dos desafios diários da reabilitação, com a sensibilidade criativa exigida para preservar a história de um edifício. Este envolvimento direto no processo de transformação de um espaço decadente num lugar revitalizado, despertou em mim um fascínio pela complexidade e gratificação que a reabilitação e o restauro podem trazer para o património edificado. A imagem de paredes antigas que ganham uma nova vida e as histórias silenciosas que esses espaços têm para contar, têm sido uma das principais fontes de inspiração e, também, as motivações para enfrentar os desafios do dia a dia.

Esta dissertação faz parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil, na Universidade Fernando Pessoa e visa dotar-me de habilidades técnicas relacionadas com a reabilitação e o restauro, que aumentem as credenciais e conhecimentos para o desempenho das minhas funções e na aplicação de novas tecnologias mais sustentáveis e eficientes.

Metodologicamente, a elaboração desta dissertação dividiu-se em diferentes etapas, tendo começado por diversas pesquisas relacionadas com a história do Porto que envolveram a análise de outros projetos de reabilitação e restauro, bem como de alguns dados

como a densidade populacional, as taxas de ocupação e outros indicadores socioeconómicos, que ajudaram a avaliar o impacto das transformações nos edifícios históricos para a cidade. Foi ainda realizada uma pesquisa bibliográfica extensa que estabelece uma base sólida de conhecimento sobre a reabilitação e restauro de edifícios históricos. Posteriormente, com a pesquisa de campo que envolveu o acompanhamento in loco da evolução do caso de estudo escolhido — o Palácio de Belomonte — que é uma parte significativa deste estudo. Esta pesquisa permitiu analisar detalhadamente as estratégias de reabilitação, os desafios enfrentados e os resultados obtidos no contexto específico. Por último, foi feita uma análise das descobertas da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, através da apresentação de todo o processo, desde as características técnicas do edifício, a sua transformação e as dificuldades e desafios do quotidiano. São ainda descritas nesta fase as vantagens e o impacto socioeconómico e cultural para a cidade do Porto.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, descritos previamente nesta introdução:

No Capítulo I — Enquadramento e identidade, é abordada a importância da preservação da identidade histórica e cultural dos edifícios no Centro Histórico da cidade do Porto, os desafios da degradação dos edifícios antigos e necessidades de reabilitação, assim como o papel da reabilitação e do restauro na salvaguarda das características originais.

No Capítulo II — Reinterpretação funcional, onde são apresentados alguns exemplos de edifícios históricos que foram adaptados ou transformados para novos usos e como pode esta adaptação criar uma nova identidade para o edifício e o impacto para a área circundante.

No Capítulo III — Preservação da memória do edifício, que se divide em dois subcapítulos: o primeiro explora a capacidade da reabilitação para integrar elementos arquitetónicos contemporâneos de forma harmoniosa com as estruturas históricas, mantendo um equilíbrio entre a inovação do presente e o carácter histórico do passado, dos elementos originais; o segundo, numa perspetiva mais socioeconómica, analisa o potencial da

reabilitação para atrair investimentos, impulsionar o turismo e melhorar a qualidade de vida dos portuenses, assim como a envolvimento e participação, direta ou indireta, da comunidade local no processo de tomada de decisões.

Por fim, o **Capítulo IV — A reabilitação e restauro do Palácio de Belomonte: caso de estudo**, apresenta um caso de estudo emblemático que personifica os conceitos abordados ao longo desta dissertação, enquanto exemplo destas adaptações e transformações a edifícios históricos para novos usos. Neste último capítulo, encontra-se um enquadramento histórico, bem como uma descrição detalhada do edifício; os seus problemas de degradação ao longo dos anos e as razões da necessidade da sua reabilitação; a descrição do processo de reabilitação, desde as etapas às decisões tomadas sobre a preservação de elementos originais versus introdução de novos elementos; como a reabilitação trouxe uma nova identidade para o Palácio; qual o impacto da sua reabilitação para a comunidade local e área circundante, bem como os aspetos positivos e desafios; por fim, as lições aprendidas e algumas recomendações para futuras reabilitações de edifícios históricos que tenham por objetivo a criação de novas identidades.

Assim, e concluindo, esta dissertação procura, mais do que uma análise técnica, entender as histórias que os edifícios históricos têm para contar e como essas narrativas podem moldar a experiência das pessoas que vivem, visitam e interagem com esses espaços.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO E IDENTIDADE



I.1. A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE HISTÓRICA E CULTURAL DOS EDIFÍCIOS NO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO



Figura 1 Pontos de interesse do Centro Histórico da Cidade do Porto

O Centro Histórico da cidade do Porto é um testemunho vivo da história da cidade. As sinuosas ruas em paralelo e os edifícios centenários que compõem essa paisagem urbana contam histórias silenciosas de épocas passadas. Cada fachada ornamentada, cada detalhe arquitetónico único, carrega consigo as memórias coletivas de gerações que moldaram o Porto ao longo dos séculos. A preservação desses edifícios transcende a esfera do físico, ressoando como um elo inquebrável entre o passado e o presente, entre a tradição e a inovação.

A preservação dessa identidade histórica e cultural requer abordagens e processos cuidadosos que considerem a autenticidade e a integridade dos edifícios, bem como a capacidade de adaptá-los às necessidades e expectativas da atualidade. As cartas e normas internacionais desempenham um papel crucial nesta ambição, uma vez que consistem num conjunto de princípios e boas práticas desenvolvidas por organizações como a UNESCO e o ICOMOS que orientam a conservação, preservação e gestão do património cultural a nível mundial. Estes documentos, desenvolvidos com o objetivo de auxiliar todos os profissionais relacionados com a área de reabilitação e restauro, nos desafios da proteção de edifícios, monumentos e sítios históricos, ao mesmo tempo em que são adaptados às necessidades da sociedade contemporânea, as cartas e normas estabelecem princípios essenciais que incluem a valorização da autenticidade histórica e cultural, a promoção da sustentabilidade, a consideração pelas comunidades locais e a importância de equilibrar a conservação com o desenvolvimento.

Estes documentos protegem as decisões dos profissionais, uma vez que apresentam uma estrutura sólida para realizar intervenções que respeitem a história e o valor cultural dos lugares, enquanto consideram as necessidades atuais e futuras da sociedade.

Entre as várias cartas e normas, destacam-se:

- A Carta de Veneza;
- A Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural;
- Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural;
- A Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais;
- A Carta de Cracóvia - Princípios para a conservação e o restauro do património construído.

I.1.1. A Carta de Veneza

Sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios (ICOMOS, Veneza (Itália), 25 a 31 de maio de 1964), que estabelece princípios fundamentais para a conservação e restauração do património cultural, incluindo a importância de respeitar a autenticidade e a integridade dos monumentos. Como lá se encontra descrito, defende que “*os monu-*

mentos históricos são portadores de uma mensagem espiritual do passado” e “constituem um testemunho vivo das suas tradições seculares”. (Carta de Veneza, 1964)

I.1.2. A Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural

(UNESCO, Paris (França), 16 de novembro de 1972) que, face o atual panorama de ameaça por destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica, tanto do património cultural como do património natural, surge com o objetivo de identificar, proteger e preservar lugares de importância cultural e natural em todo o mundo. Além de reconhecer a importância do património cultural, promove a cooperação internacional para a sua proteção, através de um

“sistema eficaz de proteção coletiva do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos”.

I.1.3. Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural

(UNESCO, ICCROM e ICOMOS, Nara (Japão), 1 a 6 de novembro de 1994) procura responder à crescente complexidade de questões relacionadas com a autenticidade⁽¹⁾ na conservação do património cultural. Como refere o documento de Nara,

“Num mundo que está cada vez mais sujeito às forças da globalização e da homogeneização, no qual a reivindicação da identidade cultural se exprime, por vezes, através de nacionalismos agressivos e da eliminação de culturas minoritárias, a contribuição essencial da noção de autenticidade na prática da conservação do património cultural, consiste em respeitar e realçar todas as facetas da memória coletiva da Humanidade.”

Este documento concentra-se na preparação e implementação de planos de gestão para sítios culturais, ressaltando a importância da conservação a longo prazo e da participação da comunidade.

I.1.4. A Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais

(ICOMOS, Quebec (Canadá), 4 de outubro de 2008), reconhece que a interpretação e a apresentação fazem parte do processo de conservação e gestão do património cultural e procura estabelecer sete princípios fundamentais nos quais se devem basear a interpretação e a apresentação, independentemente dos meios e formas mais adequadas às circunstâncias:

- Princípio 1: Acesso e compreensão;
- Princípio 2: Fontes de informação;
- Princípio 3: Contexto e meio envolvente;
- Princípio 4: Preservação da autenticidade;
- Princípio 5: Planeamento para a sustentabilidade;
- Princípio 6: Inclusão e participação;
- Princípio 7: Importância da investigação, da formação e da avaliação.

Seguindo estes sete princípios, os principais objetivos da Carta incidem sobre a necessidade de envolver a população no processo de tomada de decisões. Isso implica que se compreendam as necessidades do processo de conservação e valorização dos sítios culturais, através da comunicação do seu valor e da sensibilização da comunidade. Em suma, consiste muitas vezes num guia para os profissionais envolvidos na interpretação e apresentação de sítios culturais, contribuindo para a promoção da consciencialização e apreciação do património cultural.

I.1.5. A Carta de Cracóvia - Princípios para a conservação e o restauro do património construído

(Cracóvia (Polónia), 26 de outubro de 2000), foca-se especificamente na conservação e restauro de edifícios históricos em áreas urbanas. Os instrumentos e os métodos utilizados para uma correta preservação do património devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança. Estas necessidades de acompanhar a evolução dos tempos deram corpo à Carta de Cracóvia que propõem uma série de princípios para a conservação e restauro do património construído, onde há a necessidade de integrar edifícios históricos em cenários urbanos em constante mudança.

Estes documentos têm uma importância significativa no contexto do tema abordado nesta dissertação — *Palácio de Belomonte: A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro* — uma vez que oferecem uma base sólida teórica sobre um conjunto de temas que se pretende abordar: a exposição de padrões de boas práticas, a importância do equilíbrio entre o passado e o presente; a contextualização local e global; a análise comparativa entre as práticas de reabilitação e restauro no Porto e as abordagens recomendadas internacionalmente; e a pertinência da sustentabilidade a longo prazo, que se alinha com a preocupação de criar identidades novas e duradouras por meio da reabilitação e do restauro.

Além disso, podem também ser aplicadas como método de avaliação do sucesso das intervenções em termos de preservação da identidade histórica e criação de novas identidades adaptadas ao contexto contemporâneo.

⁽¹⁾ O conceito de autenticidade, tal como foi expresso na Carta de Veneza, representa o fator qualitativo essencial relativamente à credibilidade das fontes de informação históricas. O seu papel é fundamental, quer nos estudos científicos sobre o património cultural, quer nas intervenções de conservação e restauro, bem como nos procedimentos de inscrição de bens culturais na Lista do Património Mundial ou em quaisquer outros inventários de património cultural.

I.2 FATORES DE DEGRADAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ANTIGOS E A NECESSIDADE DE REABILITAÇÃO

O desafio que se impõe à cidade do Porto é significativo, considerando que, cada vez mais, se torna num local central e de grande importância à escala europeia, ponto de encontro de pessoas, de negócios e produtos, espaço de comércio e cultura, de turistas e de visitantes. Apesar disso, ainda que seja um ponto de atração para diversas atividades e visitantes, ultrapassa nos últimos anos um cenário regressivo que ameaça a vitalidade e identidade da cidade.

A perda demográfica e o envelhecimento da população, especialmente entre aqueles com baixo rendimento e qualificações limitadas, são sintomas de um problema mais amplo que afeta a sustentabilidade social e económica do Porto. O custo de vida crescente e a acentuada deterioração das condições habitacionais contribuem para um ambiente desafiador que afeta não apenas a população local, mas também a atratividade da cidade para investidores, turistas e negócios.

Embora apresente o título de “Património da Humanidade” desde 1996, o Centro Histórico do Porto apresenta alguns efeitos do desgaste do tempo. Os edifícios históricos, testemunhas de épocas passadas, enfrentam agora uma batalha contra os fatores de degradação. Alguns dos principais fatores de degradação incluem o desgaste estrutural com o envelhecimento natural dos materiais de construção que pode levar à perda de resistência ao longo do tempo; infiltrações de água que podem causar danos significativos que levam à deterioração de revestimentos e enfraquecimento de estruturas; infestações de insetos ou outros animais citadinos como ratos, pombos e gaivotas; a exposição a condições climáticas adversas como ventos fortes, chuvas intensas, variações de temperatura, entre outros, que contribuem para acelerar a degradação; a poluição do ar e a exposição solar; a falta de manutenção e de cuidados regulares; bem como a não conformidade com os padrões e regulamentos em termos de segurança, prevenção, acessibilidade, entre outros.

A necessidade urgente de reabilitação torna-se evidente como uma medida crucial para preservar não apenas o passado, mas também para garantir um futuro sustentável para a cidade. A revitalização do Centro Histórico não é apenas uma questão estética, mas sim uma estratégia para enfrentar os desafios contemporâneos, promovendo a inclusão social, impulsionando a economia local e mantendo o Porto como um destino de importância europeia inegável. Desta forma, investir na reabilitação de edifícios antigos não é apenas uma resposta ao cenário regressivo, mas uma afirmação do compromisso em preservar a herança cultural, promover a coesão social e económica, e assegurar que o Porto continue a ser um ponto central.

Em suma, a reabilitação de edifícios antigos é frequentemente necessária para preservar o património arquitetónico, garantir a segurança dos ocupantes e atualizar as instalações de acordo com os padrões da atualidade. Isso pode envolver a reparação de danos estruturais, a substituição de materiais degradados, a melhoria da eficiência energética e a adaptação às normas vigentes. Além disso, a reabilitação contribui para a revitalização de áreas urbanas e a preservação da história local.

I.3. COMO PODE A REABILITAÇÃO E O RESTAURO AJUDAR A MANTER AS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS

A reabilitação e o restauro de edifícios históricos não são apenas um processo de renovação, mas sim uma delicada união entre o passado e o presente. Como preservar as características originais, como fachadas, detalhes arquitetônicos, *layouts* tradicionais e materiais autênticos, enquanto se procura adaptar esses espaços às necessidades contemporâneas? Este é um desafio complexo que exige profundo entendimento da História, habilidade técnica apurada e compromisso inabalável com a autenticidade.

Antes de mais é importante esclarecer as diferenças entre reabilitação e restauro que, apesar das várias interpretações, são conceitos distintos, mas relacionados no contexto da preservação e conservação de edifícios e monumentos históricos. Tanto a reabilitação como o restauro remetem para a conservação e revitalização, mas têm abordagens e objetivos específicos.

Por um lado, a reabilitação remete para a adaptação de edifícios históricos para novas funções ou usos e apesar de preservar a sua integridade histórica e arquitetônica, também pode incluir uma modernização das infraestruturas, quer sejam estruturais para garantir as normas de segurança atuais, ou apenas modernização de hidráulicas e instalações elétricas, mantendo assim a sua aparência histórica sem comprometer os padrões atuais de funcionalidade. A reabilitação tem como objetivo encontrar um equilíbrio entre a preservação do património cultural e a necessidade de transformar os edifícios históricos para a criação de novas identidades.

Por outro lado, o restauro remete para o ato de recuperar um edifício ou objeto à sua condição original ou datada. Pressupõe uma pesquisa detalhada de como a estrutura era na altura a que propõe o restauro e da aplicação de técnicas e materiais compatíveis com a época, de forma a reverter os danos e as alterações causadas ao longo dos anos. Tem como objetivo primordial a autenticidade histórica e estilística da estrutura. É frequentemente aplicado em edifícios de grande importância arquitetônica e de cariz histórico-cultural como castelos, igrejas e palácios.

Em suma, enquanto que a reabilitação envolve a adaptação e modernização de um edifício histórico para um novo uso, sem perder sua integridade histórica, o restauro é mais voltado para a restauração fiel de um edifício histórico às suas condições originais. Tanto um como outro desempenham papéis fundamentais na preservação e sustentabilidade do património edificado.

Neste subcapítulo exploram-se as técnicas, abordagens e considerações envolvidas na reabilitação e restauro, destacando como os profissionais equilibram a preservação do passado com a funcionalidade do presente.

À medida que se avança, são desvendadas as camadas do tempo que compõem a identidade da cidade do Porto. Desde a importância da preservação aos desafios enfrentados pelos edifícios históricos e as complexidades da reabilitação, constrói-se a base para a transformação dos edifícios e o nascimento de novas identidades que honram a herança de uma cidade enraizada na sua história.

CAPÍTULO II

REINTERPRETAÇÃO FUNCIONAL DOS EDIFÍCIOS



II.1. EDIFÍCIOS HISTÓRICOS ADAPTADOS OU TRANSFORMADOS PARA NOVOS USOS

A reinterpretação funcional de edifícios históricos é uma abordagem cada vez mais comum em cidades como o Porto. Pela riqueza do seu património histórico, surge na procura pelo equilíbrio da herança histórica com a necessidade de adaptar esses espaços a novos usos e funções.

Estes edifícios, geralmente situados no Centro Histórico, desempenham papéis fundamentais na história e evolução da cidade. Com o passar dos anos e com as naturais mudanças na sociedade, a transformação de edifícios para novos usos ou funções é uma preocupação constante e o Município do Porto tem vindo a fazer um esforço significativo nessa área.

Para entender a importância desta preocupação e necessidade, serão apresentados seguidamente alguns exemplos notáveis de edifícios históricos emblemáticos que passaram por um processo de renovação, permitindo que continuem integrados de maneira significativa no contexto contemporâneo da cidade e daqueles que por lá passam, trabalham ou vivem, ao mesmo tempo que preservam e honram a memória e herança arquitetónica e cultural do passado. Este subcapítulo está assim dividido em sete pontos:

- Mercado do Bolhão;
- Estação de São Bento;
- Edifício Águia D'Ouro;
- Cadeia e Tribunal da Relação do Porto;
- Palácio da Bolsa;
- Palácio das Cardosas;
- Alfândega do Porto.

Cada um dos pontos representa um caso exemplar desta reinterpretação funcional. Desta forma, é possível compreender a importância das adaptações e/ou transformações destas estruturas que contribuem para a criação de novos usos, e que, conseqüentemente, promovem a vitalidade e sustentabilidade do Centro Histórico do Porto.

II.1.1 O Mercado do Bolhão



Figura 2 Fotografia noturna do Mercado do Bolhão - atualidade
(Fonte: Guilherme Oliveira)

Ícone histórico da cidade, passou por um processo de reabilitação para preservar suas características arquitetónicas originais, ao mesmo tempo em que se modernizou para atender às necessidades atuais. A sua edificação, em 1837, é da autoria do arquiteto Joaquim da Costa Lima Júnior. O edifício histórico, construído no século XIX, abriu dois anos mais tarde, em 1839, com o objetivo de concentrar, no mesmo local, todos os mercados existentes na cidade (com exceção dos da Ribeira e do Anjo).



Figura 3 Mercado do Bolhão no ano de 1920
(Fonte: Página Facebook - Porto Desaparecido)

Inicialmente delimitado por apenas uma grade de ferro, o Mercado do Bolhão sofreu várias intervenções de melhoria ao longo dos anos, como a construção de uma escadaria central e a edificação de uma estrutura mais definitiva. Em 1914, a construção atual do edifício, desenhado pelo arquiteto António Correia da Silva, conferiu monumentalidade à praça do mercado que lá existia. Desde a década de 80, que estavam identificadas debilidades infraestruturais que necessitavam de correção por motivos de segurança e salubridade. Apesar dos vários esforços, apenas em 2018, no segundo mandato de Rui Moreira na CMP, se iniciou a obra com a premissa e promessa de manter as características e função originais: ser um mercado de frescos. Ao final de quatro anos, aos setenta e nove comerciantes que regressaram à antiga casa, juntaram-se ainda alguns comerciantes de artesanato e outros estabelecimentos de cafetaria, bem como espaços de restauração. Procurando responder às necessidades atuais, entre as melhorias da reabilitação encontram-se: a cave logística de apoio aos comerciantes, uma ligação direta à estação de Metro do Bolhão, uma cozinha equipada para acolher *showcookings* numa zona do primeiro piso e um passadiço que permite circular diretamente entre as ruas Alexandre Braga e Sá da Bandeira.

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura 4 O antigo Mercado do Bolhão
(Fonte: Google Images)

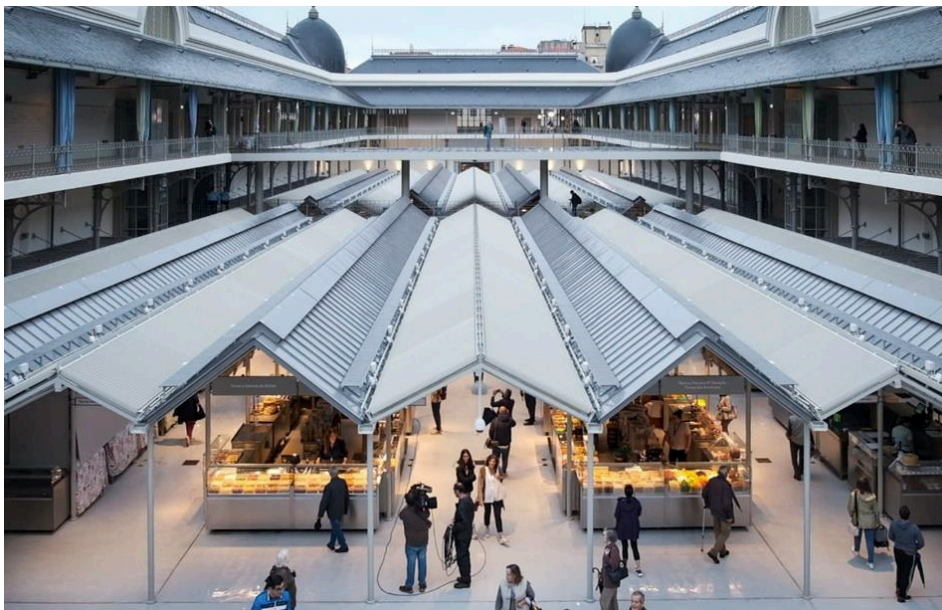


Figura 5 Mercado do Bolhão - atualidade
(Fonte: Google Images)

II.1.2 Estação de São Bento



Figura 6 Fachada da Estação de São Bento
(Fonte: Google Images)

Situada na Praça Almeida Garrett, em pleno Centro Histórico (Património Mundial da UNESCO), a Estação de São Bento, projetada pelo arquiteto português José Marques da Silva, iniciou a sua construção em 1903, apesar de ter começado a funcionar de forma provisória em 1896. Ponto de partida e chegada de viajantes diários e turistas, foi inaugurada a 5 de outubro de 1916, dezasseis anos depois da cerimónia de lançamento da primeira pedra, em 1900, no reinado de D. Carlos I (penúltimo Rei de Portugal). Com uma arquitetura de forte influência francesa, a Estação é conhecida pelo seu imponente átrio, com as paredes cobertas por mais de 222 mil azulejos tradicionais portugueses, que nos permitem viajar pela evolução dos meios de transporte, vários mitos e quadros da História de Portugal, cenas de trabalho campestre e costumes etnográficos, bem como uma alegoria ao caminho de ferro. Estes azulejos foram executados na Real Fábrica de Louça de Sacavém, e pintados por Jorge Colaço, ao gosto nacionalista e historicista tão característico do início do século XX. Cobrem totalmente as paredes do átrio, integrados na arquitetura pelo emolduramento de granito que reveste os vãos.

Classificada como um imóvel de interesse público, a Estação de São Bento recebeu vários prémios e distinções. Para a preservação deste património, no final de 2020, a IP (Infraestruturas de Portugal) iniciou os trabalhos de conservação e restauro do teto do átrio principal da Estação. Esta intervenção foi aprovada pela Direção Geral de Conservação do Norte e representou um investimento de cerca de 440 mil euros, incluindo o restauro do teto do átrio, a substituição da cobertura sobre o átrio, a colocação de passadiços no interior do teto para inspeções e futuras intervenções e a colocação de um sistema antipombos no interior da Estação.

Embora não tenha existido uma transformação para a criação de novas identidades, a Estação de São Bento passou, ao longo dos anos, por várias reabilitações funcionais, com diversos restauros e melhorias para se adequar às necessidades modernas dos passageiros e do sistema ferroviário, como a modernização das instalações, a melhoria da acessibilidade e a expansão da capacidade para atender a um maior número de passageiros.

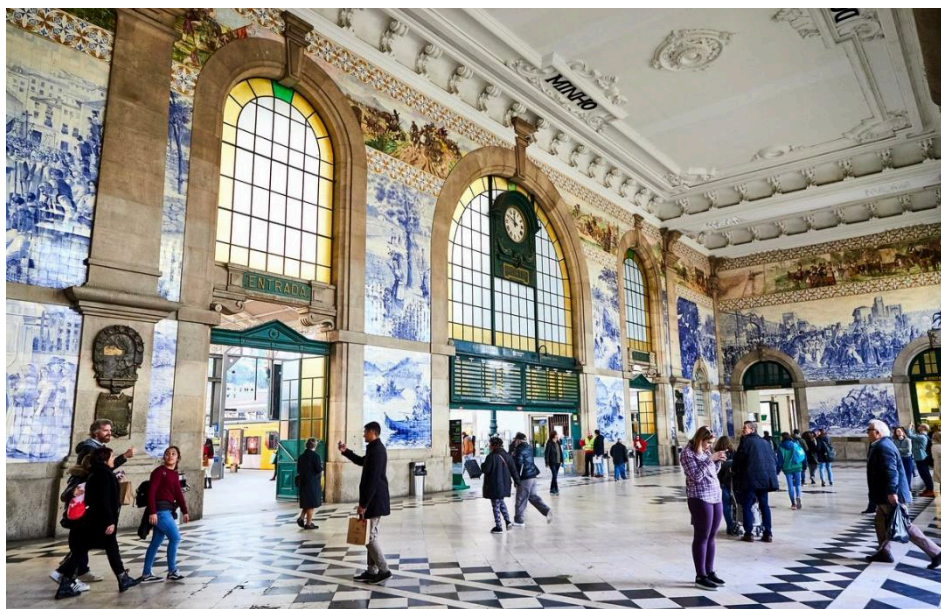


Figura 7 Antigo teto do átrio da Estação de São Bento
(Fonte: Google Images)

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura 8 Teto do átrio da Estação de São Bento - atualidade
(Fonte: Google Images)

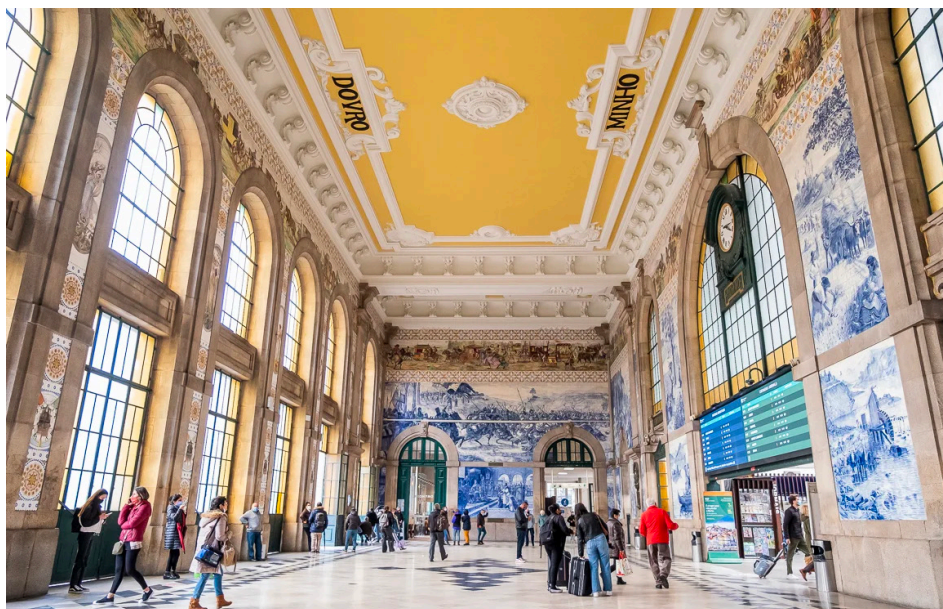


Figura 9 Átrio da Estação de São Bento - atualidade
(Fonte: Filipa Brito)

II.1.3 Edifício Águia D'Ouro



Figura 10 Fotografia noturna do Hotel Moov - atualidade
(Fonte: Google Images)

Edifício centenário localizado na praça da Batalha em pleno centro do Porto, atualmente a funcionar como unidade hoteleira, deu lugar a uma nova experiência hoteleira no coração da cidade. Este edifício sempre manteve a sua fachada original, harmonizando com o ambiente histórico ao redor.

O café Águia D'ouro abriu as suas portas em janeiro de 1839 e foi ponto de passagem de ilustres figuras portuguesas, como Camilo Castelo Branco e Antero de Quental. A 17 de junho de 1899 inaugurou-se, no mesmo espaço, o “Theatro Águia D'Ouro” com a tecnologia “cronomegaphone”, considerado na altura “o mais moderno aperfeiçoamento do cinematógrafo falante”, apesar de não ser considerado cinema sonoro, uma vez que o cinema sonoro apenas apareceu três décadas mais tarde. Em setembro de 1930, apresentou o cinema sonoro com o filme “*All That Jazz*” com Al Jolson, fazendo do Águia uma das melhores salas de teatro do Porto.

No ano seguinte sofreu algumas obras de remodelação, ganhando uma nova fachada, a atual, e sustentando no seu pórtico o símbolo representativo do próprio nome, uma águia dourada.

Em 1989, já com o café fechado e a ausência dos espectadores às salas de cinema, o Águia viu-se forçado a encerrar as portas, tendo sido comprado pela empresa Solverde com o objetivo de abrir um bingo, tal como aconteceu ao Olympia, na rua de Passos Manuel. O projeto foi reprovado pela Câmara Municipal do Porto (CMP), mas o espaço entrou em ruína. Atualmente é um hotel, tendo sido recuperada a fachada, datada da década de 1930.



Figura 11 Antigo Edifício Águia
(Fonte: Google Images)

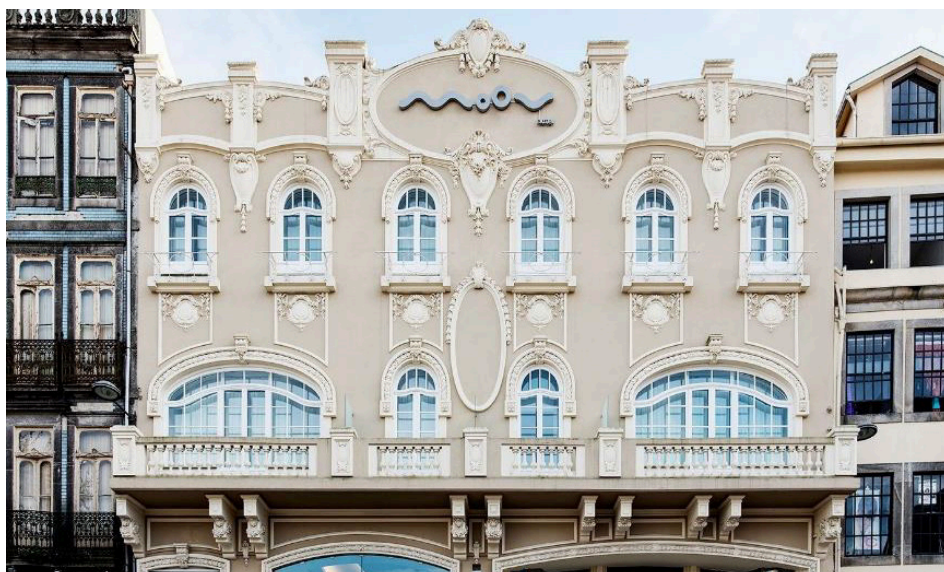


Figura 12 Hotel Moov - atualidade
(Fonte: Google Images)

II.1.4 Cadeia e Tribunal da Relação do Porto



Figura 13 Fotografia noturna do Centro Português de Fotografia - atualidade

Mandada construir em 1765 por João de Almada e Melo, é mais um notável exemplo que demonstra como a reabilitação e o restauro podem revitalizar um espaço que, anteriormente com funções prisionais, hoje funciona como um centro cultural e educacional. Com obra concluída apenas 30 anos depois, em 1796, o edifício que se situa algures entre o barroco e o neoclássico, de aspeto externo austero e planta poligonal irregular, hospedou a sede do Tribunal da Relação e desempenhou exclusivamente funções prisionais. Dois séculos mais tarde, o edifício foi desativado por questões de segurança em abril de 1974, poucos dias depois da Revolução.

Dotado de uma sucessão de 103 janelas geométricas, o edifício tem duas nobres fachadas, uma voltada para a Rua de S. Bento da Vitória, que dá entrada para o Tribunal da Relação, na qual se encontra uma fonte; a outra, mais imponente, voltada para a antiga Alameda do Olival, hoje Campos dos Mártires da Pátria, foi construída para a passagem direta dos prisioneiros e que é, hoje, a entrada principal do edifício. No seu interior, é possível encontrar três andares, onde estão distribuídas as enxovias (celas) para os prisioneiros de condição inferior, o oratório aberto para o pátio térreo, os quartos de malta (15 celas individuais), a Sala do Tribunal e a capela.

Classificado como imóvel de interesse público desde junho de 1933, é um exemplar único no país da arquitetura judicial e prisional dos finais do Antigo Regime. Apesar dos esforços para a reabilitação do edifício, apenas entre 1999 e 2002, com as obras de reabilitação e restauro coordenadas por Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira, para acolher o Centro Português de Fotografia, se conseguiu que o edifício começasse a ser explorado devidamente.



Figura 14 Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto
(Fonte: Página Facebook- Porto Desaparecido)



Figura 15 Fachada da Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto
(Fonte: Página Facebook- Porto Desaparecido)

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura 16 Centro Português de Fotografia - atualidade
(Fonte: Google Images)

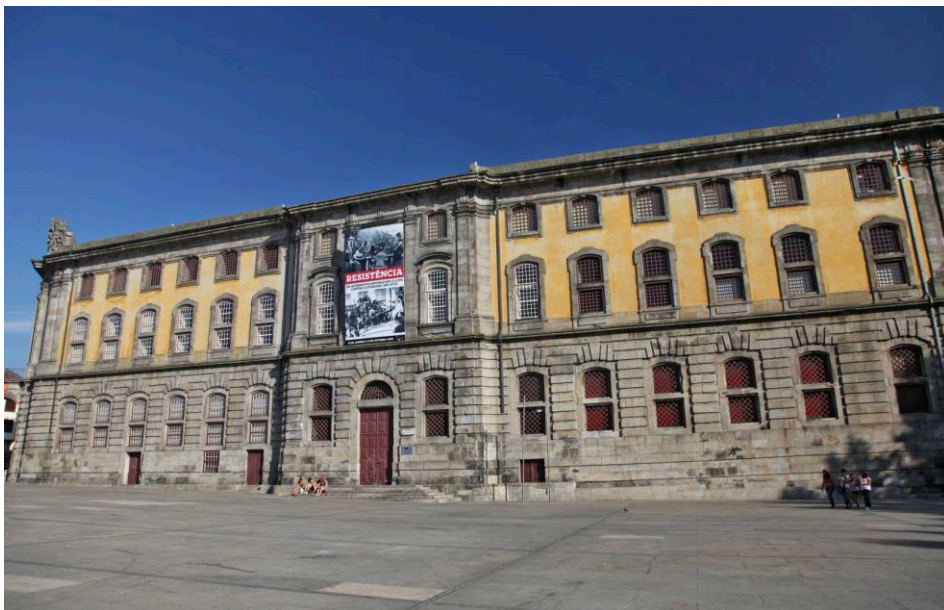


Figura 17 Fachada do Centro Português de Fotografia - atualidade
(Fonte: Google Images)

II.1.5. Palácio da Bolsa



Figura 18 Fotografia noturna Palácio da Bolsa - atualidade
(Fonte: Website Best Guide - Palácio da Bolsa)

Palácio da Bolsa ou Palácio da Associação Comercial do Porto, localizado na zona ribeirinha da cidade do Porto, é mais um exemplo da transformação de um edifício histórico e da sua adaptação para novos usos, mantendo sua relevância e identidade ao longo do tempo. De estilo neoclássico, começou a ser construído a 6 de Outubro de 1842, pelo arquiteto Joaquim da Costa Lima, depois do grande incêndio dez anos antes, no convento de S. Francisco, do qual restou apenas a atual igreja. No século XIX, o Porto viveu o seu auge da atividade comercial e industrial. Era um importante centro de comércio e negócios na época, devido ao seu porto movimentado e ao comércio de vinho do Porto. A cidade experimentava um período de grande prosperidade económica e isso refletiu-se na vontade de construir edifícios impressionantes e majestosos, como é o caso do Palácio da Bolsa. Dois anos depois do incêndio, foi autorizado que o corpo do comércio da cidade utilizasse as ruínas do Convento de S. Francisco, com vista à instalação do Tribunal do Comércio e da Associação Comercial. As obras do primeiro pavimento do edifício e da frontaria principal, foram concluídas em 1859, tendo a Direção no relatório anual exaltado que *“esta nossa casa vai-se levantando das ruínas e já se nos mostra bastante formosa”*.

O edifício serve, desde essa altura, de sede da Associação Comercial do Porto, e desempenha um papel fundamental na regularização do comércio e na promoção dos interesses comerciais da cidade, além de abrigar a Bolsa do Comércio, onde os comerciantes reuniam para negociações, essencialmente relacionadas com o comércio do vinho do Porto.

Nos anos de 1860, decorreram os requintados trabalhos interiores que, pela duração e pela qualidade exigida, se tornou uma verdadeira escola para os artistas que ali trabalharam.

Vinte anos mais tarde, em 1880, é inaugurado o Salão Árabe, a jóia do Palácio, por ocasião das celebrações do tricentenário de Camões. A obra, idealizada por Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa durou 18 anos e reflete o gosto pela exuberância e pelo ecletismo da época.

As obras e decoração do Palácio da Bolsa são dadas como concluídas em 1909, devido a uma visita do Rei D. Manuel II, pouco antes da proclamação da República. Nessa altura, o Palácio da Bolsa é inventariado e desocupado e a posse do edifício é lavrada um ano depois da Implementação da República, em Fevereiro 1911. Um dos quadros de um monarca presente no espaço, o de D. Carlos I, foi vandalizado com dois tiros de pistola. O edifício veio a ser devolvido à Associação Comercial em 1918, durante a governação de Sidónio Pais.

Hoje, o Palácio da Bolsa é um dos principais pontos turísticos do Porto, sendo frequentemente utilizado para a realização de eventos culturais e oficiais. O emblemático e notável Salão Árabe é utilizado para receber os visitantes e convidados ilustres. Além de funções turísticas e culturais, o Palácio da Bolsa é também um centro de conferências, exposições e cerimónias, e dispõe de um dos mais prestigiados restaurantes da cidade, o “Restaurante O Comercial”. Esta adaptação do edifício permitiu que o Palácio se mantivesse relevante no contexto contemporâneo.

O Palácio de Belomonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura 19 Fachada do Palácio da Bolsa
(Fonte: Website PAM)



Figura 20 Fachada do Palácio da Bolsa - atualidade
(Fonte: Blog Viajando e viajando)

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

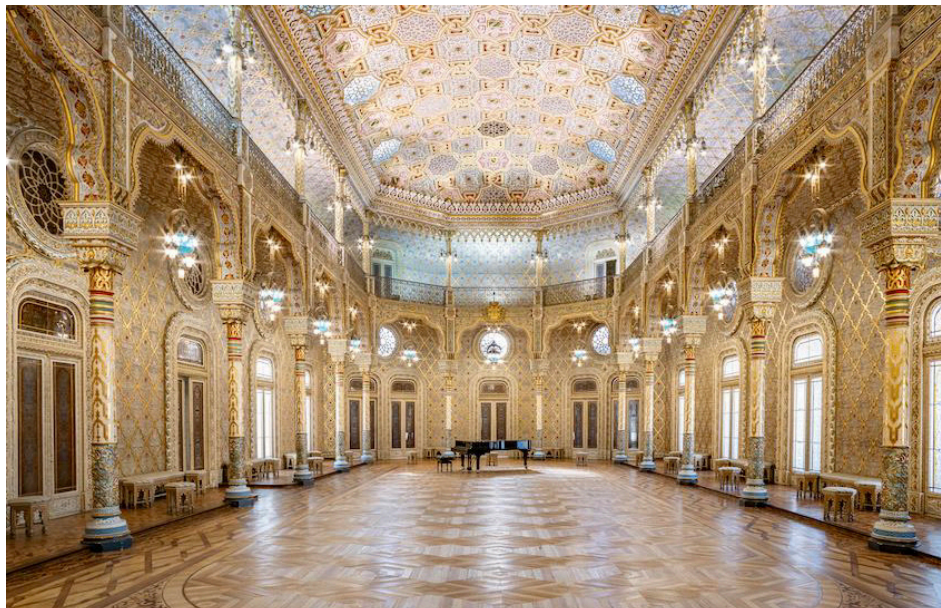


Figura 21 Salão Árabe no Palácio da Bolsa - atualidade
(Fonte: Website do Palácio da Bolsa)

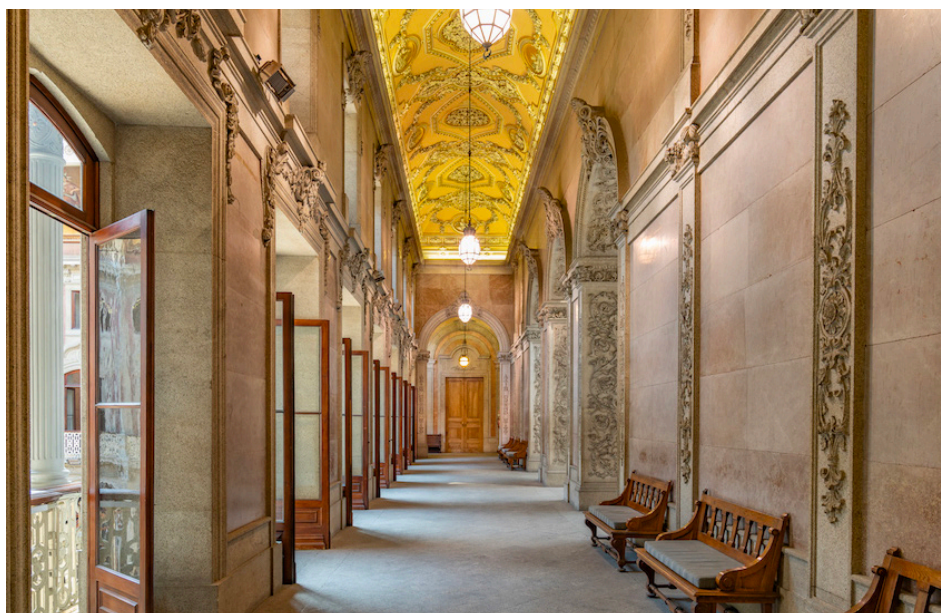


Figura 22 Claustros do Palácio da Bolsa - atualidade
(Fonte: Website do Palácio da Bolsa)

II.1.6 Palácio das Cardosas



Figura 23 Fotografia noturna do Hotel Intercontinental - atualidade
(Fonte: Website do hotel Intercontinental)

Outro exemplar do tesouro do património histórico e arquitetónico da cidade do Porto. Situado no centro da cidade, no quarteirão das Cardosas, está delimitado a norte pela Praça da Liberdade, a nascente pela Praça Almeida Garrett, a sul pela Rua das Flores e a poente pelo Largo dos Lóios e pela Rua Trindade Coelho.

Dada a sua importância patrimonial e urbanística para o centro da cidade, bem como o potencial para revitalizar a área circundante, impôs-se a necessidade de reabilitação e restauro do edifício provocada pelo passar dos anos, o desgaste e a falta de manutenção. Desde logo que se procurou preservar a sua herança e características originais, ao mesmo tempo que se lhe queria conferir uma nova identidade.

Antes de se transformar no Palácio das Cardosas, o quarteirão contava com cerca de 75% de área útil edificada subaproveitada, sendo 60% dessa área devoluta. Cerca de 15% era utilizada como armazenamento dos comércios localizados no rés-do-chão e apenas seis fogos estavam habitados. No interior, existiam construções desordenadas

que, além de inestéticas, representavam um grande potencial de degradação e ameaça para a saúde e segurança pública.

A intervenção tinha como principal objetivo conferir condições de funcionalidade, salubridade, segurança e estética, reabilitando os edifícios existentes e reconstruindo o interior do quarteirão. Além disso, face às necessidades da reabilitação, ambicionava-se ainda a introdução de novas valências e atividades, que aumentassem a sua exploração, quer no mercado de habitação, quer de comércio e serviços. Além das preocupações com a degradação do edifício e a sua complexidade e desordem da área edificada, o desafio do projeto de reabilitação e restauro estava na ambição de conseguir criar novas relações urbanas com a envolvente e criar uma área residencial de qualidade.

Este é um excelente exemplo daquilo que se aborda nesta dissertação, uma vez que, mais do que a reabilitação e restauro do Palácio, conjuga a intervenção nas construções existentes na periferia do quarteirão, bem como no miolo do mesmo. No Palácio das Cardosas, além de se conciliar a reabilitação com a transformação do espaço para novas funções — assim como o restauro com a recuperação de todas as fachadas e a linguagem dos alçados inspirada nas construções originais — criou-se também um parque de estacionamento subterrâneo de apoio, não só ao Palácio, mas também ao público em geral. Embora os materiais e princípios de composição se inspirem no passado, o edifício apresenta uma imagem contemporânea em toda a construção.

Atualmente, o quarteirão é composto por habitações, espaços comerciais e de serviços. Abriga ainda um parque de estacionamento público, bem como o luxuoso hotel Intercontinental, no antigo edifício do Palácio das Cardosas, com frente para a Avenida dos Aliados.

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

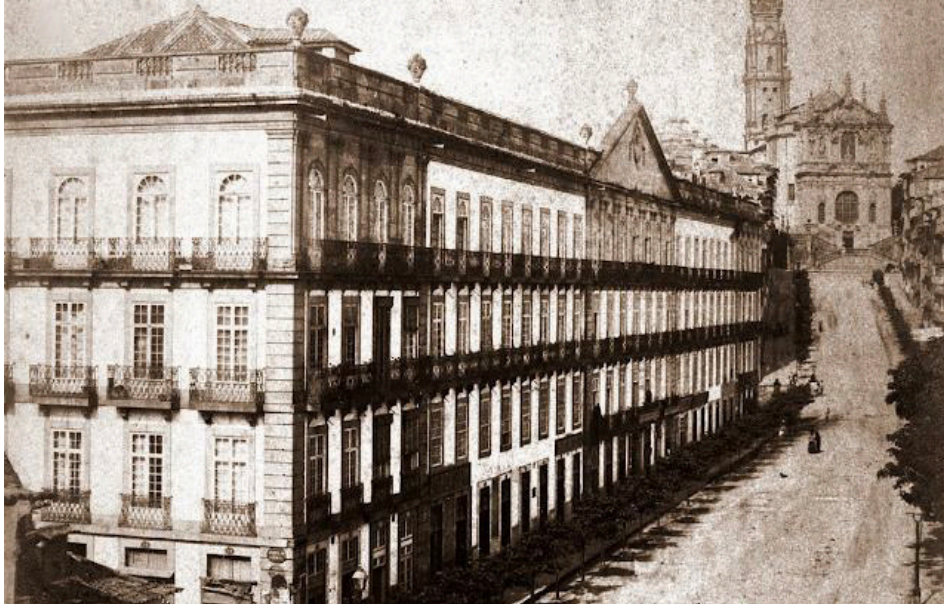


Figura 24 Antigo Palácio das Cardosas, em 1860
(Fonte: Emílio Biel, Porto Desaparecido)



Figura 25 Hotel Intercontinental - atualidade
(Fonte: Google Images)

II.1.7 Alfândega do Porto



Figura 26 Fotografia noturna da Alfândega do Porto
(Fonte: Google images)

Situada nas margens do Rio Douro, assistiu à história da cidade até aos dias de hoje. Com a expansão do comércio para o norte do país e depois de vários conflitos entre burgueses e o senhorio episcopal do Porto, a Alfândega surge entre 1254 e 1255 como ferramenta do poder central. Mais tarde, durante os conflitos, o Rei D. Afonso IV mandou fazer o “almazém” e a “Alfândega” criando casa própria para o resguardo de mercadorias. Em 1335, depois de vários protestos e conflitos, a obra da casa do “almazém” estava construída e servia de Alfândega, na atual Casa do Infante. Ao longo dos anos e face às necessidades crescentes do mercado, a Alfândega sofreu diversas obras de ampliação e reconstrução, com especial relevo a realizada no início de 1400, no reinado de D. João I, com a abertura da “Rua Nova”, a atual rua Infante D. Henrique. Anos mais tarde, já no reinado de D. João III, foi emitido o regimento que pretendia tornar a instituição moderna e capaz de corresponder ao incremento comercial aberto pelas ligações com o Brasil. Dois séculos depois, percebe-se que a Alfândega ainda não tem instalações e condições suficientes de armazenamento e despacho, tendo sido, no início do século XIX, essa Alfândega, designada de Alfândega Velha. Durante esse período, foi provisoriamente utilizado mais um armazém — Saavedra, mais conhecido por

“Alfândega de Massarelos” e atual Museu do Vinho do Porto. No entanto, a dispersão do serviço e a falta de segurança dos armazéns levou a que se exigisse uma nova casa de Alfândega. Neste sentido, em 1834, José da Silva Carvalho (ministro da fazenda) recomendou que se utilizasse um edifício público para estabelecer a Alfândega. Apesar disso, as decisões caíram sobre a construção de um novo edifício que, em 1859, havia sido aprovado para a zona ribeirinha, no areal em frente a Miragaia, e estava a cargo do engenheiro Francisco de Carvalho Mourão Pinheiro e a obra do cais ao engenheiro Faustino José da Victoria.

O edifício da Alfândega Nova do Porto inaugurou-se em 1869. Composto por um corpo central e dois laterais simétricos, Colson usou essencialmente o ferro na sua construção, mas com a particularidade de lhe juntar outros materiais como pedra, pequenos tijolos e madeira. Ao longo do período de construção, a obra teve várias alterações de projeto, nomeadamente em termos estruturais, com a introdução de pilares de cantaria e abóbadas de pedra nos pisos subterrâneos, colunas de ferro e abobadilhas nos intermédios a estruturas metálicas e madeira. No corpo central, o último piso é rematado por uma cobertura em madeira de Riga. Houve também uma preocupação com a integração na rua onde esta se inseria, também construída para o efeito. A Rua Nova da Alfândega tornou-se particularmente importante na mobilidade da zona ribeirinha enquanto centro de passagem e escoamento de todo o trânsito. Ainda, em 1888, a Alfândega estabeleceu uma conexão com o sistema ferroviário, na sequência da rede entretanto instalada na região.

Em 1987, passados mais de 100 anos, a Alfândega deixa de exercer as suas originais funções que, com a evolução das vias e meios de comunicação, foram transportadas para a periferia que valia pelos melhores acessos e pela maior proximidade com o terminal TIR, o Porto de Leixões e o Aeroporto. Nesse ano, na sequência de movimentações culturais e da autarquia, o edifício da Alfândega passou a alojar o Museu dos Transportes. Depois de criada a Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, que promovia exposições permanentes relacionadas com a temática, o edifício começou a receber todo o tipo de eventos e, para tal, iniciou-se uma renovação a cargo do Arquiteto Eduardo Souto Moura. A amplitude do edifício e a sua exposição solar, bem como salas luminosas, proporciona uma flexibilidade inigualável para a realização

de todo o tipo de eventos. As obras dotaram as salas de equipamentos de segurança, acústica e comunicações, adaptando o edifício às suas novas e atuais funções de espaço cultural, exercidas desde o início do século XXI. As cuidadosas adaptações aos espaços interiores a novas funcionalidades mostram como a reabilitação e o restauro podem dar uma nova identidade a estruturas antigas, contribuindo para a preservação do património histórico-cultural da cidade.

Em 2008, o edifício é reconhecido com diversos prémios nacionais e internacionais e é hoje um dos pontos mais turísticos da cidade, mantendo viva a memória do passado enquanto contribui para o desenvolvimento contemporâneo, na construção de um futuro mais rico, cultural e economicamente.



Figura 27 Zona ribeirinha do Porto: antes da construção da nova Alfândega
(Fonte: Blog do sapo “tentalembartedealgo”)

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

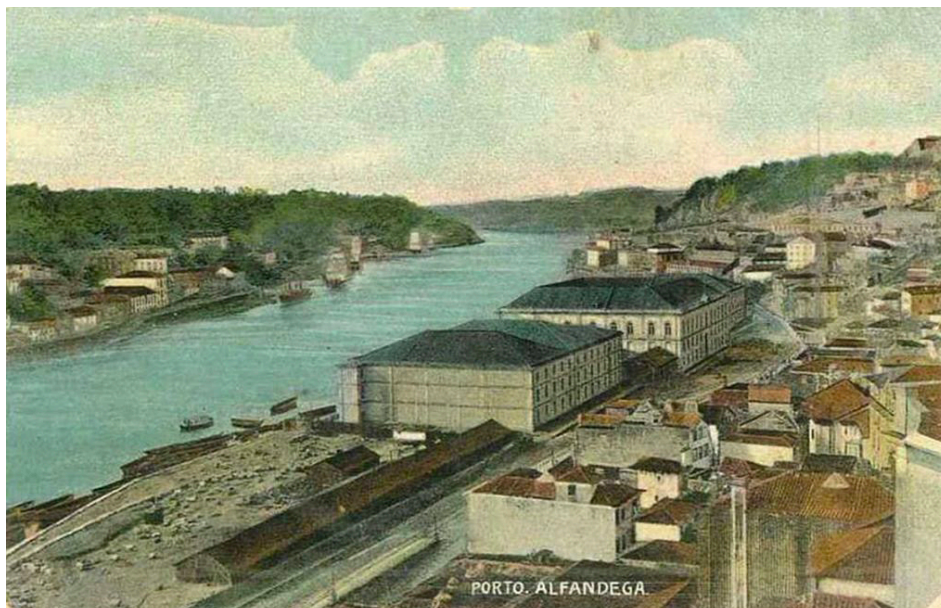


Figura 28 Final da construção da Alfândega do Porto
(Fonte: Blog de Maria José e Rui Cunha)



Figura 29 Fachada do edifício da Alfândega Nova do Porto e rua - atualidade
(Fonte: APCER Group)

O Palácio de Belomonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura 30 Tardoz do edifício da Alfândega do Porto - atualidade
(Fonte: Igor Martins)



Figura 31 Edifício da Alfândega do Porto: vista de V. N. de Gaia - atualidade
(Fonte: Google images)

II.2. A ADAPTAÇÃO FUNCIONAL COMO NOVA IDENTIDADE DO EDIFÍCIO E REVITALIZAÇÃO DA ÁREA CIRCUNDANTE

O conceito de identidade e o conceito de património são dois temas intrinsecamente relacionados. Geralmente, por património, consideram-se apenas as estruturas físicas que compõem as cidades, os monumentos ou edifícios históricos. No entanto, associado ao património edificado, existe o património imaterial, que diz respeito aos símbolos, tradições e costumes.

É da junção destes dois tipos de patrimónios que nasce a identidade de uma cidade ou local. A identidade, por si só, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, pode definir-se como “um conjunto de características de um indivíduo consideradas para o seu reconhecimento” (Dicionário da Língua Portuguesa — Porto Editora). Transpondo esta definição para um contexto de identidade coletiva de uma cidade, esta diz respeito ao conjunto de características que se baseiam na envolvimento daquela área ou região, em elementos e aspetos que moldam a vivência do local.

A complexidade do processo requer especial atenção tanto a nível do “que fazer”, como a nível do “como fazer”. A transformação de edifícios históricos vai além da sua conservação arquitetónica, pois é também uma oportunidade única para a criação de novas identidades e um grande contributo para o (re)nascimento de áreas urbanas. Um dos principais fatores deste processo é a adaptação funcional que, quando cuidadosamente planeada e executada, preserva não apenas a herança arquitetónica, mas revitaliza também a área circundante.

“Preservar a identidade histórica ou tradicional significa, de resto, declarar-se também partidário da continuidade do novo na História, através de um diálogo criterioso com o moderno, com os novos usos e exigências socioculturais e as consequências das transformações da arquitetura, face às oportunidades e capacidades do desenvolvimento da ciência e das inovações tecnológicas.” (Jorge, V. F. 2000)

Ao adaptar a função de um edifício histórico, os arquitetos, urbanistas e engenheiros têm a oportunidade de redefinir o propósito original de maneiras inovadoras e contemporâneas. A transformação de um antigo armazém num espaço cultural, por exemplo, além de restaurar a estrutura física, reabilita o espaço para uma nova vida que, conseqüentemente, terá impacto na comunidade e áreas circundantes, por proporcionar diversos momentos culturais, como exposições, espetáculos e outras interações sociais.

Esta adaptação funcional reflete-se no setor económico e social, funcionando como uma espécie de catalisador. Por exemplo, a transformação de um edifício histórico num centro comercial, atrai novos negócios, turistas e residentes locais, criando um ciclo positivo de desenvolvimento. A preservação da herança histórica ganha uma importância maior, uma vez que deixa de ser apenas uma questão de conservação, mas também uma estratégia para o crescimento sustentável e de renovação urbana.

A transformação de edifícios históricos para a criação de novas identidades pode gerar empregos de forma direta ou indireta, impulsionando setores como o da construção civil e do turismo. Um exemplo notável deste impacto é o projeto de reabilitação e restauro do antigo Mercado do Bolhão no Porto, um dos mais importantes espaços comerciais do Porto, além de um dos edifícios mais emblemáticos. Espaço de memórias para várias gerações, lugar de encontro e convívio social, palco político, entre outros, é um lugar onde se pode sentir a personalidade da cidade do Porto e que, de certa maneira, a representa.

A revitalização do Mercado atraiu investimentos significativos que geraram empregos que, desde a fase de reabilitação e restauro até a abertura, incluíram uma variedade de profissionais como arquitetos, engenheiros, profissionais da construção civil e comerciantes locais. Além do claro impacto económico, esta obra contribuiu também para o senso de comunidade e colaboração entre os diferentes setores envolvidos. Com a conclusão do projeto, o Mercado renasceu como um polo de atividades comerciais, culturais e gastronómicas, com a criação de trinta e oito novos espaços que abraçam o exterior do edifício, assim como mais dez restaurantes que terão lugar no primeiro piso, além de manter as bancas de produtos frescos no piso térreo. Esta diversificação de atividades atraiu não apenas residentes locais, mas também turistas, contribuindo tanto para o dinamismo económico como social.

É de destacar ainda que a adaptação funcional de edifícios históricos pode contribuir para a redução da segregação urbana, promovendo uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades. Em cidades onde a revitalização de bairros históricos foi implementada, é possível observar-se uma diminuição nas disparidades socioeconómicas e um aumento na diversidade de ocupação dessas áreas. Criam-se oportunidades de acesso para todos os estratos sociais, sem exceção, atuando como uma espécie de agente democratizador por abordar as lacunas sociais que, de outra forma, continuariam a contribuir para as distinções e desigualdades. Os projetos de reabilitação e restauro extrapolam a esfera arquitetónica e cultural, uma vez que atingem a estrutura social e promovem uma comunidade mais inclusiva e dinâmica:

“Já em 1987 se defendia que o uso sustentável dos recursos naturais devia “suprir as necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (Relatório de Brundtland, 1987). (...) Neste relatório também se apresentou pela primeira vez a dimensão social da sustentabilidade equiparada à dimensão ambiental. Uma das missões do desenvolvimento sustentável seria servir de combate à pobreza.” (Branco-Teixeira, M. 2023)

Assim, a adaptação funcional de edifícios históricos não é apenas uma estratégia eficaz para preservar o património edificado, mas também um motor de desenvolvimento económico local e um agente de coesão social.

Por fim, o processo de adaptação funcional permite também a incorporação de tecnologias modernas e práticas mais sustentáveis, as quais se tornaram cada vez mais, um tema central de estudo e de grande relevância no contexto atual de crescentes preocupações ambientais.

Ao adotar abordagens sustentáveis — tais como a eficiência energética com, por exemplo, sistemas solares passivos e sistemas de controlo de energia; reutilização de materiais, como os resíduos de construção e demolição; e design ecoeficiente como coberturas e fachadas verdes — a transformação de edifícios históricos não apenas responde às neces-

sidades contemporâneas pela responsabilidade ambiental, mas também estabelece essas estruturas como exemplos concretos de inovação, que contribuem para um futuro mais sustentável e resiliente.

Conforme mencionado no “Manual de inovação e sustentabilidade” (Branco-Teixeira, M. 2023), o conceito de sustentabilidade começou a ser discutido em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment — UNCHE), realizada na Suécia. Nesta conferência foram definidas as bases das ações ambientais, destacando que a poluição ambiental transcende as fronteiras políticas, afetando o planeta como um todo.

Mais tarde, já em 2002, na Cimeira da Terra sobre Desenvolvimento Sustentável, percebeu-se que a sustentabilidade apenas é possível se considerarmos também as dimensões social e económica. Desta forma, para que alguma ação humana seja considerada sustentável, é imperativo que seja ambientalmente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente diversa.

Face a este panorama, em 2015, foram definidas as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030, reunidas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Portugal tem tido um papel ativo na implementação da Agenda 2030 e, em 2017 apresentou, de forma voluntária, um “Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, onde se procurava comprovar os progressos relativamente a cada um dos objetivos. Em 2022, segundo o Relatório de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Report), Portugal ocupava a décima oitava posição entre os cento e noventa e três estados membros das Nações Unidas, com uma pontuação de 80.02 em 100. De forma a perceber os contributos individuais das várias cidades em relação ao cumprimento dos ODS, as entidades locais propuseram o desenvolvimento de Relatórios Voluntários Locais (RVL). Com base nas recomendações do “Manual Europeu para os Relatórios Voluntários Locais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” e uma proposta de setenta e um indicadores, esses relatórios permitem uma comparação entre as diferentes cidades europeias. A cidade do Porto, em conjunto com outras cinco cidades europeias, e a convite do *Joint Research Centre* (JRC), aceitou o desafio para testar a metodologia proposta e perceber o impacto deste contributo para o cumprimento dos ODS.

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura 32 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

(Fonte: Blog do impactosocial.esolidar)

Como é possível verificar, a adaptação funcional não é apenas uma questão de preservação cultural, mas também a oportunidade para desempenhar um papel ativo na construção de ambientes urbanos mais ecológicos, conscientes e sustentáveis. O sector da construção é um dos mais poluentes da União Europeia, por isso, é importante que a melhoria da sustentabilidade se concentre na utilização de materiais e técnicas com menor impacto ambiental e maior potencialidade de reutilização. Todos os fatores anteriormente mencionados, tornam os edifícios mais evoluídos e interessantes para todos, possibilitando que o mesmo se destaque como uma referência e ponto de progresso dentro da comunidade.

CAPÍTULO III

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO EDIFÍCIO

III.1. OS DESAFIOS DO EQUILÍBRIO DA INOVAÇÃO COM A PRESERVAÇÃO DO CARÁTER ORIGINAL

Ao longo da preparação de uma obra de reabilitação e restauro de edifícios históricos, o equilíbrio entre o histórico e o contemporâneo emerge como um dos aspectos mais importantes a considerar. Com efeito, desde o levantamento do edifício existente até à elaboração do projeto de arquitetura e às fases subsequentes das especialidades, a prioridade reside na preservação do caráter original do edifício, uma vez que, por se tratar de uma obra de reabilitação e restauro, é imperativo manter a autenticidade do edifício.

Dada a complexidade da tarefa de preservar a narrativa do edifício enquanto se tentam incorporar elementos inovadores para atender às necessidades contemporâneas, é importante que se apliquem técnicas de restauro sensíveis ao estado dos edifícios que, muitas vezes, pelo passar dos anos, se encontram em grande degradação. O nível de degradação do edifício implica o uso de métodos que respeitem os materiais originais, a estética e os detalhes arquitetónicos, exigindo perícia e compreensão histórica. A integração de tecnologias modernas, essenciais para a eficiência e sustentabilidade, surge como outra das principais preocupações nestas obras, bem como considerações sobre o impacto direto e indireto das intervenções na área envolvente.

Outro desafio significativo reside no envolvimento da comunidade e partes interessadas no processo de transformação. A aceitação das mudanças e inovações, muitas vezes, depende da participação ativa da comunidade local, sendo fundamental promover o diálogo aberto e transparente de modo a garantir que as transformações se alinham com as expectativas e valores da comunidade. Assim, conforme mencionado anteriormente na “Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais” o envolvimento da comunidade desempenha um papel crucial, na medida em que a sensibilização e participação ativa do público no processo de decisão, contribuem para soluções que respeitam memórias coletivas e valores associados ao edifício.

Outro dos principais constrangimentos deste tipo de obra está relacionado com a interpretação e aplicação da legislação, que impõe um conjunto de restrições e diretrizes

destinadas a proteger o património cultural edificado e desempenha um papel crucial na preservação de edifícios históricos. As leis associadas a este tipo de projetos representam, frequentemente, limitações na liberdade criativa, reduzindo as possibilidades de adaptação dos edifícios para novos usos. Além disso, a demora na aprovação de processos, devido à burocracia associada à obtenção de aprovações legais, como licenças e outros documentos necessários, interfere no planeamento definido, gerando atrasos na obra que prejudicam todas as partes, desde os proprietários, às empresas executantes e a própria comunidade envolventes.

Para superar todos estes desafios, é essencial envolver profissionais especializados, trabalhar em estreita colaboração com autoridades reguladoras, conhecer as regulamentações aplicáveis e envolver a comunidade no processo de tomada de decisão desde o início do projeto. O diálogo entre as partes interessadas e a consciencialização sobre a importância da preservação podem influenciar positivamente a transformação de edifícios históricos através da reabilitação e do restauro.

III.2 TRANSFORMAÇÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A reabilitação e o restauro de edifícios históricos representam mais do que esforços pela conservação arquitetónica, estendendo-se a toda a malha urbana, com raízes profundas na identidade da comunidade local e na história da própria cidade. As complexas dinâmicas da reabilitação de edifícios históricos, destacam o potencial transformador que estes processos podem ter na construção de novas identidades urbanas e no fortalecimento dos laços entre o passado e o presente.

Além dos motivos de degradação, uma das principais preocupações da reabilitação e do restauro deste tipo de edifícios é a interseção entre a renovação física dos edifícios históricos e o envolvimento ativo da comunidade local na tomada de decisões.

O potencial da reabilitação para atrair investimentos, impulsionar o turismo e melhorar a qualidade de vida (III.2.1), bem como o envolvimento da comunidade local na tomada de decisões (III.2.2) são dois aspetos que, além de relacionados, representam os interesses financeiros, culturais e sociais que moldam a evolução destes espaços urbanos historicamente significativos.

III.2.1 O potencial da reabilitação de atrair investimentos, impulsionar o turismo e melhorar a qualidade de vida

A reabilitação de edifícios históricos tem vindo a revelar-se um poderoso motor de transformação urbana, impulsionando diversos aspetos para o desenvolvimento local. A cidade do Porto representa um tesouro de oportunidades pela sua história e pela sua herança arquitetónica e cultural. Nesse sentido, os esforços de reabilitação e de restauração não são apenas uma manifestação de respeito e interesse pelo passado, mas também um investimento para o futuro.

À medida que os investidores encontram potencial para dar uma nova vida a esses edifícios antigos, o mercado imobiliário no centro da cidade torna-se conseqüentemente mais atrativo. A compra, reabilitação e restauro de edifícios históricos reflete-se em oportunidades para os investidores, seja para a criação de hotéis, apartamentos de luxo ou até espaços comerciais. Estes investimentos mobilizam a economia local através do aumento da empregabilidade com, por exemplo, a contratação de profissionais de construção civil.

À medida que os edifícios históricos são restaurados e transformados em alojamentos, a cidade torna-se cada vez mais atraente enquanto destino turístico, atraindo pessoas de todo o mundo. Cria-se assim um ciclo de investimento e retorno virtuoso, uma vez que o turismo crescente traz mais receita para os hotéis, restaurantes, lojas e a economia local em geral.

A reabilitação e o investimento nestes edifícios tem também impacto na qualidade de vida dos moradores. Por um lado, como os moradores que muitas vezes são os proprietários das lojas e mercearias locais, vem as suas ruas e proximidades revitalizadas, com ruas mais movimentadas, mas melhor conservadas e limpas, com um ambiente urbano mais agradável e até acessível, aumentando o número de clientes e, por isso, a receita mensal.

Apesar disso, o potencial destas áreas urbanas para investimentos atrai jovens e pessoas com maior poder económico, que promovem a revitalização destas áreas, valorizando a cidade, mas aumentando do custo de vida, incluindo o de habitação. Isto, muitas vezes, re-

sulta no desalojamento dos moradores e inquilinos, que sempre lá viveram, com alugueres e rendas mensais extremamente baixas, e deixam de ter capacidade financeira para continuar a pagar a habitação no Centro Histórico, após estas intervenções de reabilitação e restauro.

Este fenómeno foi designado por *gentrification*, ou em português de gentrificação, e é amplamente utilizado para descrever esta transformação das áreas urbanas, inicialmente bastante degradadas e habitadas por comunidades com menor poder económico, que vêem os preços dos imóveis e o custo de vida em geral aumentar significativamente com a chegada de pessoas mais novas e com mais poder económico. Este processo afeta também a composição socioeconómica e cultural dessas áreas, colocando em risco a identidade da comunidade residente. Antes do fenómeno de *gentrification* acontecer, esta apropriação dos espaços coincide, frequentemente, com um outro fenómeno chamado de *NIMBY* (*Not In My Backyard*) que, traduzido para português, significa “não no meu quintal” ou “não na minha vizinhança”, e consiste numa prática social que diminui consideravelmente a coesão social. O “*nimbyismo*” tende a manter a população da classe mais baixa afastada das áreas a reabilitar e restaurar. Assim, em alguns casos, estas transformações podem levar a mudanças na composição dos grupos sociais que residem ou trabalham nestas áreas, disfarçando os problemas de segmentação social através da exclusão, em vez de os resolver com a integração das diferentes classes, promovendo a coesão social do lugar.

Já em 2002, com o artigo “*The contribution of tourism to the regeneration of cities: a route for change*”, Breda-Vázquez (Cit in, Santos. A. e Branco-Teixeira. M. 2020) refletiu sobre estes problemas de inclusão social, e valorizou particularmente uma comunicação articulada e orientada, que permite a resolução de alguns dos problemas associados, possibilitando que os cidadãos participem na tomada de decisões de uma forma mais positiva. O envolvimento da população deve ser incentivado, pois pode desempenhar um papel fundamental no aumento da credibilidade das intervenções territoriais, conforme será explorado com maior detalhe no próximo ponto.

Em suma, apesar das evidentes melhorias nas infraestruturas dos edifícios, os processos de reabilitação e de restauro são delicados porque, muitas vezes, podem causar desalojamento e problemas de desigualdade social. É extremamente importante que se tenha em consideração a voz da comunidade local na transformação destes espaços, de

modo a que a identidade histórica e cultural dos mesmos não se perca. Desta forma, a cuidadosa e consciente preservação do património cultural do Porto, não só encanta e atrai turistas, como fortalece o senso de identidade da comunidade local que, tão orgulhosa da sua nobre cidade, a vê recuperada.

Por fim, mas não menos importante, encontra-se a sustentabilidade da cidade. A reabilitação de edifícios históricos, frequentemente, envolve a introdução de tecnologias modernas que os tornam mais eficientes energeticamente, respondendo, também de forma positiva às questões ambientais, bem como económicas, com a redução de custos operacionais a longo prazo.

III.2.2 O envolvimento da comunidade local na tomada de decisões

No âmbito da transformação urbana e participação comunitária, destaca-se a importância do envolvimento da comunidade local na tomada de decisões. Ao explorar o potencial da reabilitação para atrair investimentos, impulsionar o turismo e melhorar a qualidade de vida, é essencial considerar o papel ativo da comunidade.

O diálogo contínuo estabelece e fortalece a ponte para a participação, com sessões informativas e alguns mecanismos de recolha de opiniões. As consultas públicas representam momentos cruciais de interação e permitem uma forma para a apresentação dos planos e abertura para a discussão das propostas. O envolvimento da comunidade, apesar de ser uma consideração contínua ao longo de todo o processo de transformação urbana, é essencial nos momentos de definição do projeto, pois é nessas fases iniciais que se estabelece o alicerce para o sucesso da intervenção. A voz da comunidade, quando ouvida desde cedo, pode influenciar diretamente as escolhas, a identificação de prioridades e a consideração de características culturais únicas. Essa colaboração inicial pode prevenir conflitos posteriores, uma vez que as preocupações e expectativas da comunidade são integradas na definição do projeto.

A transparência e a participação ativa nessas consultas fortalecem a compreensão mútua e proporcionam uma base sólida para a criação de parcerias entre os responsáveis pelo projeto e os residentes e comerciantes locais. Além disso, fomenta um sentido de copropriedade e responsabilidade no desenvolvimento urbano e contribui para a confiança mútua, mitigando potenciais resistências e facilitando a aceitação das mudanças propostas. Este envolvimento pode prevenir alguns dos fenómenos de transformação urbana mencionados anteriormente, como é o caso da “*Gentrification*” e do “*Nimbyismo*”. Ao incluir a comunidade local no processo de decisão, consegue-se não apenas respeitar a diversidade de opiniões, mas também garantir que as intervenções propostas estão alinhadas com os valores e aspirações da população que vive naquela área.

Esta não é apenas uma abordagem ética, uma vez que reconhece a sabedoria e experiência local única, considerando a perceção dos residentes sobre o ambiente em que vivem. Este reconhecimento vai além de uma mera formalidade, sendo, na verdade,

uma valorização profunda das perspectivas e conhecimentos que os locais detêm sobre a história, os costumes e as características peculiares da região. Ao envolver ativamente a comunidade na definição do projeto, as decisões tornam-se mais alinhadas com as necessidades reais da população. Por exemplo, ao desenvolver uma nova proposta para as paragens de autocarro, como ocorreu recentemente no Porto, é crucial que os responsáveis pelo projeto vivenciem a experiência do utilizador. Realizar viagens de autocarro seria essencial para compreender as necessidades daqueles que dependem diariamente desse meio de transporte. Conforme publicado em vários meios de comunicação social, como o Jornal de Notícias, o Porto Canal e o Público, apesar de não haver grandes discórdias acerca do design das novas paragens, a sua utilidade e usabilidade têm sido questionadas. Alguns comentários dos portuenses às novas paragens dizem que “*não faz sentido estar virada ao contrário*”. Cite-se a título ilustrativo Amélia Cardoso, que apanha o autocarro diariamente na Rua do Bolhão, a qual afirmou que

“São muito elegantes, mas o que estamos a ver nestes dias de aguaceiros é que não resguardam como as anteriores as pessoas da chuva. Os bancos ficam encharcados. O telhado devia ser mais comprido”. (Porto Canal. 2022).

Este é apenas um exemplo de como o envolvimento da comunidade local na tomada de decisões, no caso da reabilitação e do restauro de edifícios históricos, assegura não só a autenticidade cultural, preservando tradições e valores locais, como também enriquece o processo de transformação urbana com opiniões e sugestões que só quem vive no local pode oferecer.

Além disso, essa colaboração estabelece uma conexão mais forte entre os projetos de reabilitação e a identidade da comunidade. Os moradores tornam-se participantes ativos na construção do seu próprio ambiente, o que gera um sentimento de pertença e orgulho na evolução da sua área. Dessa forma, o envolvimento da comunidade não é apenas uma consideração ética, mas uma estratégia para garantir que as intervenções urbanas respeitem, preservem e promovam a riqueza cultural do local.

No entanto, apesar dos claros benefícios, é importante estar ciente dos desafios associados a esse envolvimento, como a gestão das diferentes perspectivas e interesses dentro

da própria comunidade, e a necessidade de encontrar soluções equilibradas que beneficiem o coletivo. O envolvimento da comunidade no processo de decisão representa uma mudança significativa em relação aos modelos tradicionais, onde as decisões são frequentemente centralizadas e tomadas por especialistas ou proprietários, sem ter em consideração as perspectivas e necessidades da comunidade envolvente. A falta de aplicação desta metodologia pode justificar-se pelos vários desafios inerentes, incluindo a resistência institucional, a falta de recursos e a percepção de que o envolvimento comunitário pode complicar e atrasar os processos de decisão. No entanto, é fundamental superar essas barreiras e promover uma mudança em todo o sistema, mas principalmente no processo de licenciamento, em direção a práticas mais inclusivas.

Em última análise, o envolvimento da comunidade na tomada de decisões não apenas fortalece a legitimidade das intervenções urbanas, mas também cria uma base sólida para o sucesso a longo prazo desses projetos.

CAPÍTULO IV

A REABILITAÇÃO E RESTAURO DO PALÁCIO DE
BELOMONTE: CASO DE ESTUDO



IV.1. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

O Palácio do Belomonte localiza-se geograficamente no Norte de Portugal, mais concretamente no distrito do Porto, um dos dezoito distritos do país, composto, também ele, por dezoito concelhos. O Palácio, situado na Rua de Belomonte, pertence à União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. A Rua de Belomonte confina com o Largo de S. Domingos, a Rua de Ferreira Borges, a Rua das Taipas e o Largo de S. João Novo. Localizada no Centro Histórico da cidade, numa das mais emblemáticas zonas, considerada até Património Mundial da UNESCO, começou desde cedo a sofrer várias transformações de reabilitação, inserindo-se numa Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Município do Porto, procurando responder às crescentes necessidades da população e da cidade. Atualmente, nesta rua, podem encontrar-se vários alojamentos locais, cafés, restaurantes, estabelecimentos comerciais e até o Museu das Marionetas.

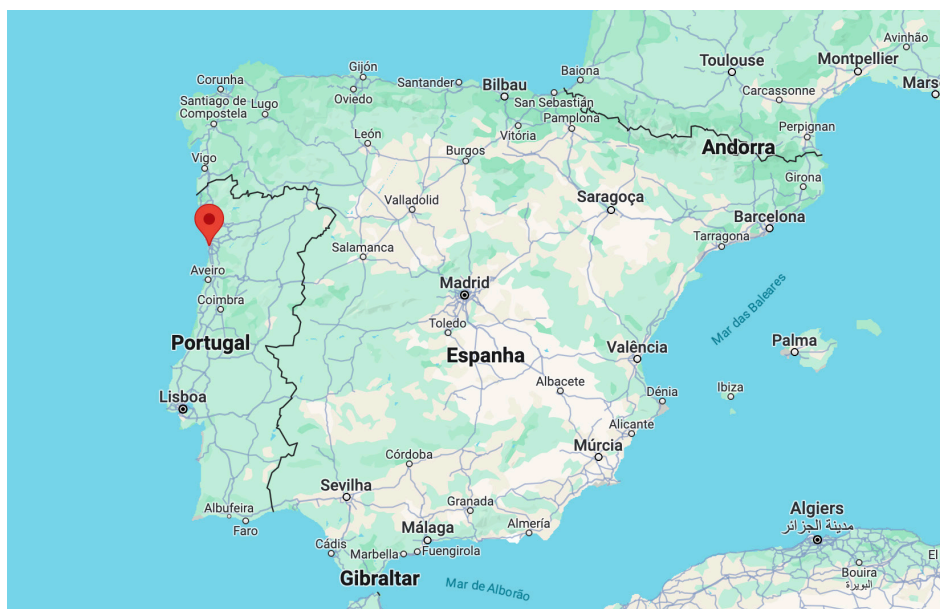


Figura 33 Localização da cidade do Porto na Península Ibérica
(Fonte: Google maps)

O Palácio de Belomonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

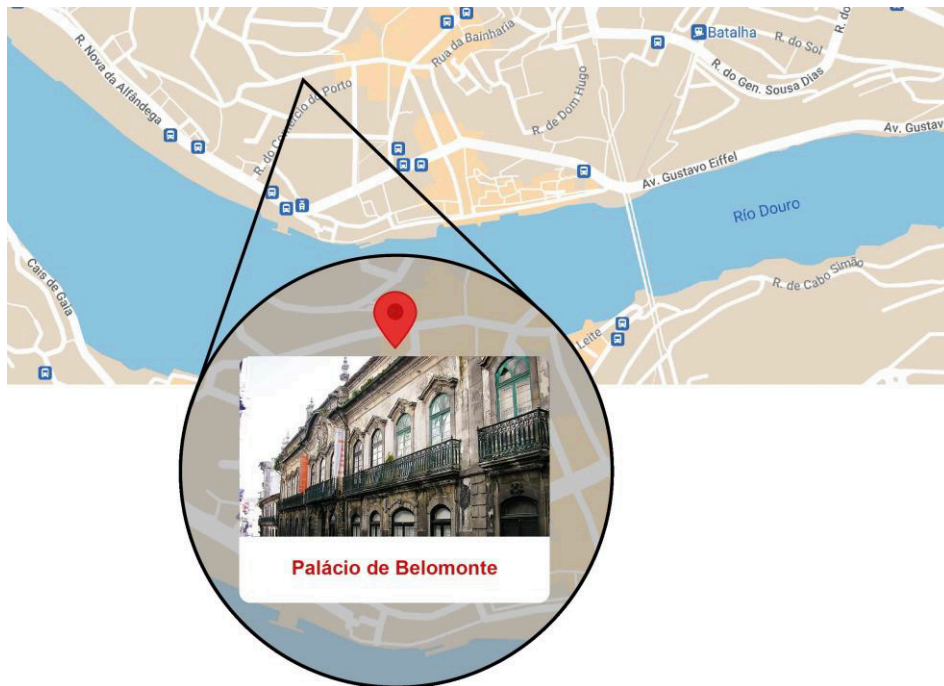


Figura 34 Localização do Palácio de Belomonte no Centro Histórico do Porto

O Palácio de Belomonte está situado a escassos metros do Rio Douro e de alguns dos mais emblemáticos edifícios históricos do centro do Porto, como o Palácio da Bolsa, a Alfândega do Porto, a Catedral da Sé do Porto e a Torre dos Clérigos.

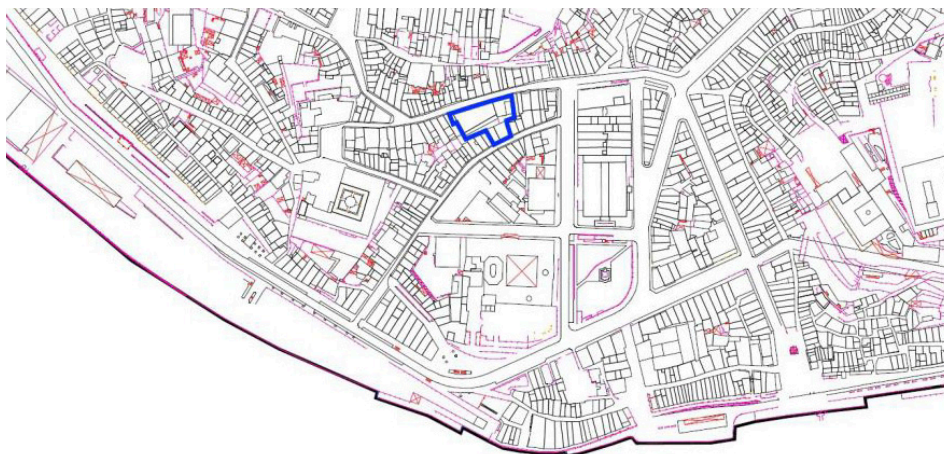


Figura 35 Localização do projeto na malha urbana da cidade do Porto
(Fonte: Divisão Municipal de Informação Geográfica)

A malha urbana da cidade do Porto está em fase acelerada de transformação histórico-social (gentrification), sendo bem evidentes os sinais de mudança e modernidade. Conforme comprovado pela figura 32, a malha urbana é característica da cidade histórica, de ruas estreitas e sinuosas, tem vindo a dificultar a circulação rodoviária que, de ano para ano, se faz com mais dificuldades pelo aumento de tráfego e com limitações de largura e altura dos veículos, que por vezes impactam na organização e avanços das obras de reabilitação e restauro, como é o caso do Palácio de Belomonte



Figura 36 Rua de Belomonte, via Largo de São Domingos

Os formatos das ruas do Centro Histórico da cidade não favorecem ou contribuem para o rápido desenvolvimento deste tipo de obras, uma vez que tornam difícil o acesso de veículos pesados às entradas das obras. Além disso, as subidas e descidas em paralelo, em dias de chuva, causam transtorno a estes meios e recursos, uma vez que perdem tração e não carecem de espaço para manobras. O próprio formato urbano do Centro Histórico, de construção antiga, acarreta outros problemas como inundações e cheias, desabamento de terras, entre outros.

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura 37 Rua de Belmonte, via Taipas
(Fonte: Google Images)

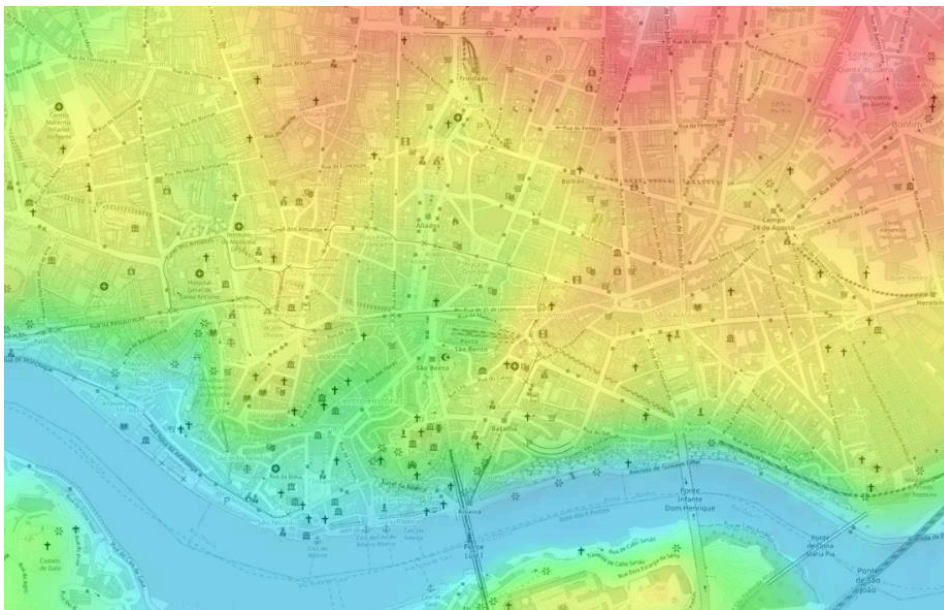


Figura 38 Altimetria do Centro Histórico do Porto
(Fonte: Website topographic-map)

Como se pode verificar na figura 33, no Centro Histórico do Porto podemos encontrar diferenças de cotas que variam entre os -3 e os 130 metros de altimetria. Em poucos

metros de distância, o Palácio de Belomonte encontra-se já a uma cota de 49 metros. Com a matriz nº 853, o Palácio localizado na Rua de Belomonte, nos nºs 43 a 53, é um exemplar bem representativo da arquitetura do Porto da primeira metade do século XVIII, como referido no documento elaborado pela DMPC:

“O edifício que apresenta maior destaque é o Palácio de Belomonte, também conhecido como Casa dos Pacheco Pereira. O primeiro registo de construção no local do atual Palácio atribui-se às casas que o mestre João da Paz, cirurgião e médico de D. João II e D. Manuel I, cristão-novo, mandou construir, tendo mais tarde passado para Manuel Pacheco, o primeiro juiz da Alfândega do Porto, que as reformulou no século XVIII, correspondendo “(...) grosso-modo ao imóvel que chegou até aos nossos dias, pelo que se reveste de um claro valor patrimonial que importa salvaguardar (...)”.



Figura 39 Fachada frontal do Palácio de Belomonte: virada para a R. de Belomonte
(Fonte: Google Images)

O edifício é conhecido pela sua arquitetura palaciana tão própria do século XVIII. Enquanto tesouro arquitetónico da cidade, destaca-se pela sua elegância e pelos detalhes ornamentais, marcado pela influência neoclássica, predominante no final do século. Entre a procura pela simplicidade e o equilíbrio de formas e proporções, o edifício de planta retangular apresenta duas imponentes fachadas.

A fachada principal e frontal, voltada a Norte, para a Rua de Belomonte, é constituída por dois pisos acima do nível da rua e composta por cinco partes divididas por seis pilstras e seis pináculos em pedra.

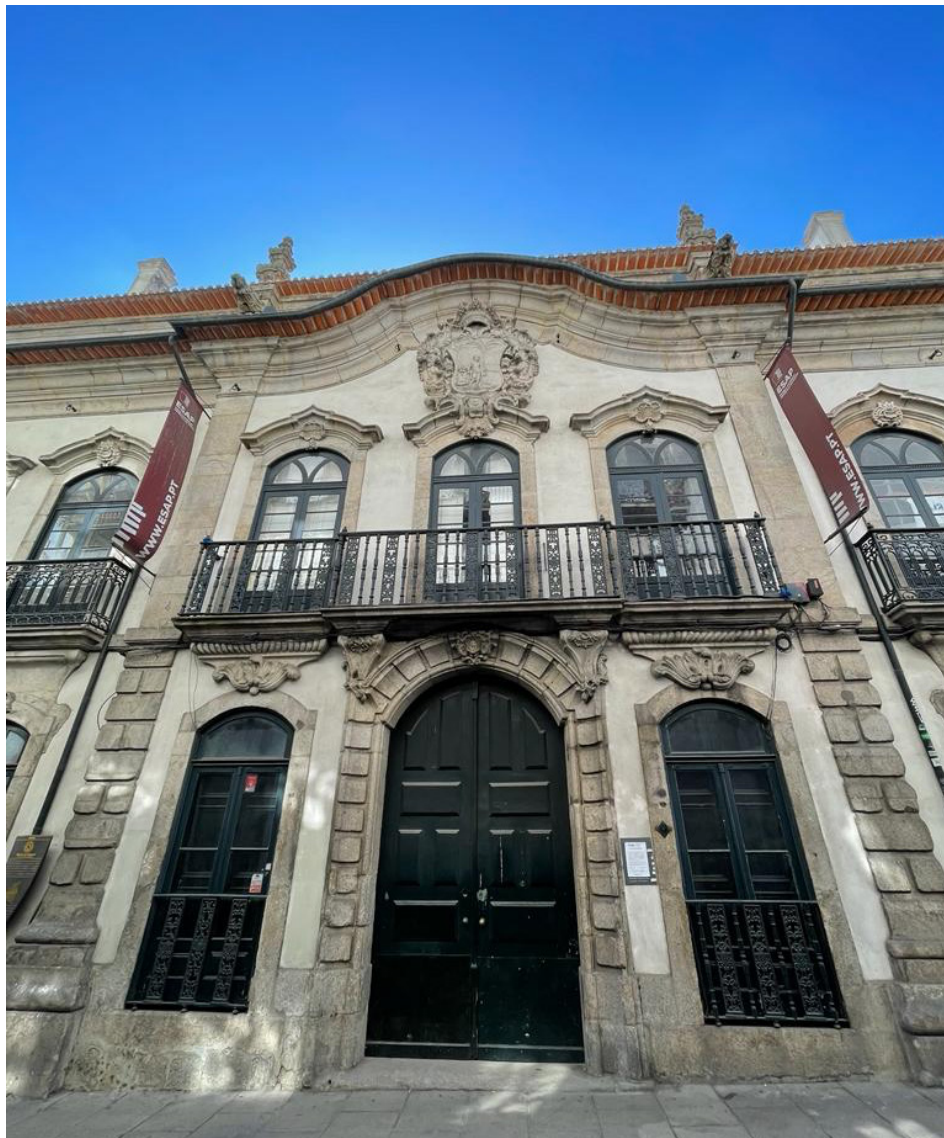


Figura 40 Detalhe do bloco central da fachada frontal



Figura 41 Alçado da fachada frontal

Ao centro e nos extremos da fachada, a cornija é arqueada, com um brasão em pedra ao centro. Ao nível do rés-do-chão, conta com doze vãos, quase simétricos sobre o eixo central (a porta principal) — praticamente, porque o vão do extremo direito é constituído por um gradeado. No piso superior, e alinhadas com as aberturas do piso inferior, encontram-se treze janelas de sacada corrida. As portadas destas janelas, de verga curva perfeita, são encimadas por frontões ondulados. Ao centro e nos extremos deste alçado, a cornija é rematada por um arqueamento e completada por uma pedra de armas (o brasão) ao centro, e os dois óculos nos extremos. Estes óculos laterais são envidraçados, com caixilharia de madeira e são enquadrados com uma espécie de moldura, também em cantaria trabalhada. Esta moldura em pedra, do estilo barroco, com formação de espécie de *rocailles*, dispostas em várias direções, com uma concha como remate, no topo.

Horizontalmente, a fachada divide-se em duas partes por um friso liso de cantaria que se encontra sob o alinhamento das varandas, constituídas por um gradeamento metálico, e que percorrem toda a largura do edifício. As janelas estão no mesmo alinhamento em ambos os pisos e agrupam-se conforme as cinco divisórias das pilastras do plano vertical.

Ao centro, o bloco central da fachada é constituído por uma porta principal e duas janelas de cada lado. Imediatamente por cima, no piso um, no seguimento destas, existem três janelas, todas iguais e com gradeamento metálico e corrimão em madeira.

Nos planos adjacentes ao central, ainda no piso zero, encontram-se duas janelas, segui-

das de uma porta secundária e novamente uma janela. Esta sequência é simétrica em ambos os planos adjacentes ao central. Na prumada, no piso superior temos, nos dois planos, quatro janelas todas iguais: três delas estão emparelhadas pelo gradeamento e, ao lado, uma varanda individual. Por fim, nos planos extremos encontramos uma porta de apoio com portada dupla e no outro extremo o vão em gradeado (zona da capela).



Figura 42 Alçado da fachada tardoz

A outra fachada, do tardoz, voltada ao logradouro com cerca de 30 por 4 metros de largura, apresenta cinco pisos acima da cota do terreno: o piso de rés-do-chão conta com uma altura de aproximadamente 6 metros, o piso um e dois de características semelhantes, distinguem-se do piso três pelas varandas corridas.

No piso três encontram-se terraços em cada extremidade do edifício. Por fim, na cobertura encontra-se uma mansarda e a cúpula da claraboia.

Nesta fachada são de salientar o gradeamento verde (sem corrimão de madeira), os pináculos assentes sobre plintos, bem como as pilastras verticais de divisória. Esta fachada, voltada ao jardim, dispõe de uma simplicidade que contrasta com a frontal, uma vez que todas as varandas e janelas possuem vãos em cantaria lisa.

A cobertura, que aparenta já não ser a de origem, é composta por uma estrutura de três águas, com um corpo saliente, uma trapeira tradicional. É possível e provável que em tempos existisse mais um corpo saliente nesta cobertura, ao centro, que deu origem à zona da claraboia do teto em estuque da escadaria. O lanternim era um elemento muito comum em estruturas desta tipologia, bem como nas casas do Centro Histórico. O tipo de telha que se encontra sobre a claraboia é vidrada transparente, fornecendo os elementos para perceber que, provavelmente, este sistema de cobertura já não é o original.



Figura 43 Hall de entrada do Palácio de Belomonte



Figura 44 Mosaico hidráulico na entrada

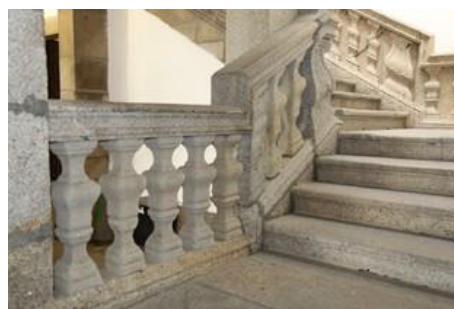


Figura 45 Corrimão e balaustrada da escadaria

Voltando à fachada frontal, ao entrar pela porta principal do edifício, destaca-se, no seu interior, o espaço do hall de entrada com um pavimento em mosaico hidráulico e um lajeado perimetral, bem como a grande escadaria em granito com balaústre no mesmo material e ornamentados de ambos os lados da escadaria. O teto do hall, constituído por caixotões de madeira com pinturas detalhas, encontra-se dividido em quatro quadrantes de igual tamanho, separados por uma cruz central de pontas. Posteriormente, foi colocada uma viga de sustentação em ferro, com o objetivo de corrigir a deformação que o teto já apresentava.



Figura 46 Teto hall de entrada a)



Figura 47 Teto hall de entrada b)

Ainda no mesmo piso, numa sala à direita da porta de entrada, é de salientar um outro teto em madeira pintada, composto por um elemento oval ao centro do plano, de onde surgem dez panos triangulares simétricos e coplanares.

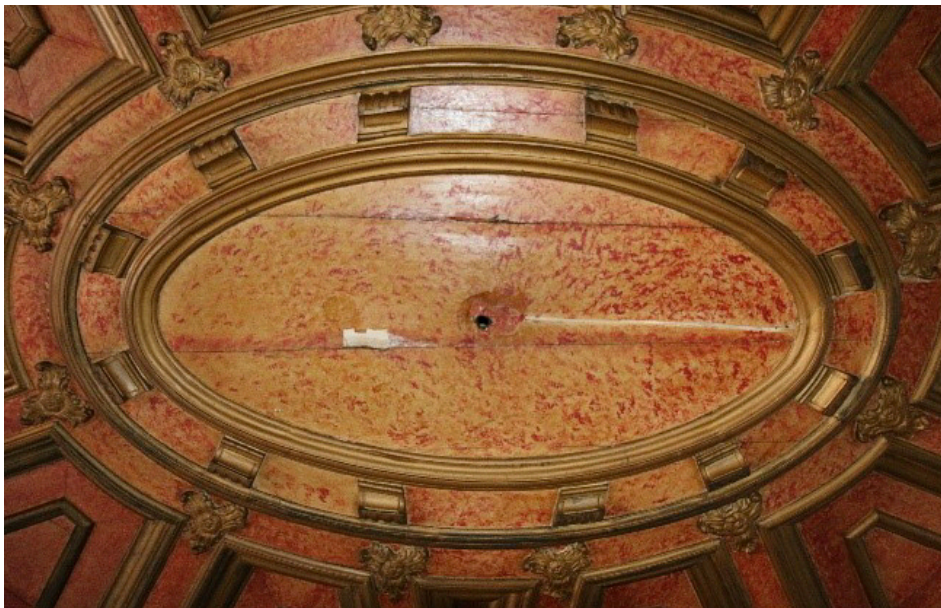


Figura 48 Teto em madeira pintada

Subindo ao segundo piso pela escadaria central, encontra-se a claraboia da cobertura, um dos ex-líbris do Palácio, em forma elíptica e elevada pelas paredes com estuques profundamente trabalhados.



Figura 49 Claraboia central



Figura 50 Misula decorativa de rostos



Figura 51 Friso da moldura de teto

Algumas das salas do segundo piso têm também uma importância arquitetônica pelos seus vários tetos em masseira, com pinturas e molduras trabalhadas, como é o caso do teto do salão nobre, posicionado no centro do piso, que apresenta uma figura central de grandes dimensões.



Figura 52 Brasão central do teto do Salão Nobre

Além deste, existem no segundo piso mais quatro tetos, dois de cada lado do salão nobre, que merecem especial destaque: o da sala mais à esquerda do salão nobre (sala A), em estuque pintado em tons de dourado e de construção sanqueada, com frisos e molduras trabalhadas, decorado geometricamente e pintado em baixo relevo com nervuras e cores; entre este e o salão nobre, encontra-se outra sala (sala B), com teto em estuque branco numa abordagem bastante mais simples; do outro lado do salão nobre, à direita, encontram-se mais duas salas (sala C e D) com tetos em masseira, forrados a madeira envernizada, de acabamento brilhante.



Figura 53 Teto da Sala A



Figura 54 Teto da Sala B



Figura 55 Teto da Sala C



Figura 56 Teto da Sala D

O acesso ao piso da cobertura (piso três) é possível por duas vias distintas, sendo a original por uma escadaria interior em madeira, que liga o piso zero diretamente ao piso da cobertura. A outra, por umas escadas metálicas no terraço do tardoz, é uma execução não original de uma das outras identidades do edifício posteriores ao Palácio, e faz a ligação exterior do piso dois ao piso da cobertura.

Chegando ao piso da cobertura, são de destacar três zonas. Num primeiro momento, uma espécie de hall com paredes revestidas a azulejos de fundo branco e pequenos apontamentos geométricos de cor azul. De seguida, a estrutura de sustentação do teto em estuque da escadaria principal, localizado no desvão da cobertura, construída numa espécie de cofragem que permite perceber o método construtivo — em estrutura de vigas de madeiras pregadas em barrotes formam o esqueleto de sustentação. É possível circular em torno desta estrutura, sobre um soalho de madeira, com o objetivo de assegurar a manutenção e a boa ventilação do espaço. Ainda neste piso, encontra-se a estrutura de assentamento e apoio dos tetos, muito semelhantes à composição da estrutura de madeira da própria cobertura do Palácio, formando uma forma piramidal.

Por fim, mas não menos importante, nos pisos menos um e menos dois, atualmente com acesso pelo piso do rés-do-chão e a partir de uma escadaria metálica, é possível visualizar vários tetos abobadados, bem como uma sala forte, revestida a chapa metálica bloqueada por portas maciças de metal, que impedem o acesso indesejado ao interior do espaço. É no piso menos dois que se dá o acesso ao tardoz do Palácio, onde se localiza o jardim.



Figura 57 Logradouro do Palácio



Figura 58 Arco em pedra no piso -1

IV.2. DETERIORAÇÃO E NECESSIDADE DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE BELOMONTE

Depois de conhecido o edifício do Palácio de Belomonte, é o momento de se explorar as marcas do tempo que, ao longo de mais de dois séculos, têm desafiado a sua durabilidade e robustez.

Sendo conhecido o primeiro registo do edifício do ano de 1817, torna-se clara a necessidade de reabilitação, uma vez que cada detalhe arquitetónico carrega consigo não apenas a passagem do tempo, mas também as histórias e vicissitudes de épocas que testemunharam mudanças sociais, políticas, económicas e culturais. Além disso, a exposição contínua aos elementos naturais (como a chuva, o vento, as variações de temperatura) e os animais citadinos (como gaivotas, térmitas, ratos, entre outros) desencadearam um processo complexo e gradual de degradação, que vai além do desgaste físico. A deterioração do Palácio levanta também questões éticas sobre a preservação das suas características históricas e a própria identidade do edifício.

Ao longo dos anos, o Palácio de Belomonte abrigou múltiplas identidades e funções. Originalmente dividido em várias casas, mandadas construir pelo mestre João da Paz, foi no século XVIII, já na posse de Manuel Pacheco, que o edifício foi reformulado e transformado em casa nobre — a Casa dos Pacheco Pereira. Anos mais tarde, foi adquirido pela Companhia do Caminho de Ferro Através de África (CCFAA), que retirou da fachada principal as armas dos Pacheco Pereira para as substituir pelo seu próprio escudo, rematado por uma coroa real, e removeu alguns dos peitoris dos vãos da fachada principal, transformando-os em portais. Depois disso, albergou ainda o Colégio de S. Sebastião e o Banco Aliança. A última identidade conhecida do Palácio foi a Escola Superior Artística do Porto (ESAP) que acentuou o processo de deterioração por uma série de fatores inter-relacionados como o uso intensivo do espaço, as alterações estruturais para adaptar os espaços às novas necessidades, a falta de manutenção, entre outros. A ESAP funcionou no Palácio até finais de 2021 altura em que foi adquirido por uma entidade privada, com o objetivo de o reabilitar e restaurar para abrigar um hotel de charme.

O tempo e os desafios inerentes à diversidade de funções desempenhadas deixaram as suas marcas, exigindo agora uma abordagem meticulosa de reabilitação e restauro para preservar, não só a estrutura e os elementos arquitetónicos relevantes, mas também a identidade histórico-cultural. Considerando o potencial da localização do Palácio, ao transformá-lo num hotel de luxo não se está apenas a fazer uma intervenção estrutural, mas a aproveitar uma oportunidade única para dar uma nova vida ao edifício.

A reabilitação do Palácio de Belomonte não consiste apenas numa restauração estética, mas também numa adaptação funcional. Identificar as zonas que requerem intervenção implica uma compreensão das necessidades contemporâneas, sem comprometer a integridade histórica do edifício. Durante os meses prévios à elaboração dos projetos de arquitetura e das várias especialidades, existiu uma análise profunda de todos os detalhes arquitetónicos e da sua deterioração e extensão, com o objetivo de formular estratégias eficazes para a reabilitação e restauro. Daqui resultou um relatório que permitiu, junto das entidades públicas como a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), definir quais os elementos a manter e a intervencionar, sempre conscientes do seu valor patrimonial e histórico.

Assim sendo, as áreas identificadas para preservação e intervenção abrangem um pouco de todo o Palácio: no exterior, as cantarias lavradas das fachadas, os pináculos e plintos distribuídos por toda a cobertura e terraços e as guardas e elementos metálicos; no interior foram identificados como elementos a conservar os revestimentos cerâmicos do hall de entrada, a escadaria central em pedra, as estruturas e elementos de madeira da claraboia, os tetos estucados, os tetos em caixotões de madeira, os azulejos das paredes e as namoradeiras em pedra.

Após a meticulosa identificação das áreas destinadas à preservação e intervenção, abrangendo diversos elementos no interior e exterior do Palácio de Belomonte, iniciou-se o processo reabilitação e restauro para integração da nova identidade, onde se aplicou na prática as estratégias delineadas para a reabilitação definidas no diagnóstico prévio e se explorou como cada elemento identificado deve ser cuidadosamente restaurado e adaptado.



Figura 59 Guarda metálica de acesso à caixa forte

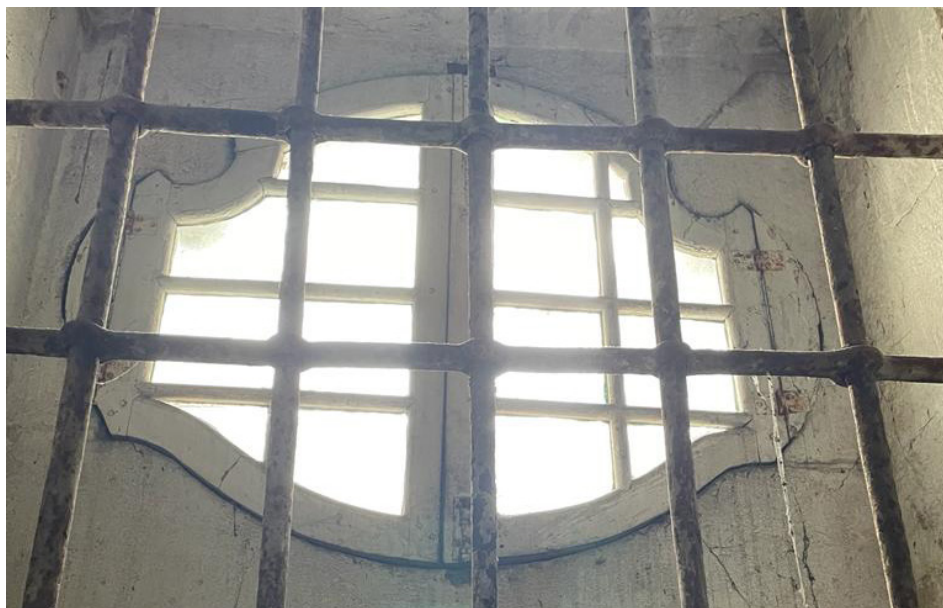


Figura 60 Guarda metálica da antiga zona da capela

IV.3. PROCESSO DE REABILITAÇÃO E RESTAURO PARA INTEGRAÇÃO DA NOVA IDENTIDADE

No centro do processo de reabilitação e restauro de um edifício histórico como o Palácio de Belomonte encontra-se a procura pelo equilíbrio entre o antigo e o novo, através da preservação da sua essência original, ao mesmo tempo que se lhe concebe uma nova narrativa que continua a responder às necessidades e expectativas contemporâneas.

Neste contexto, a procura por princípios orientadores, estratégias e métodos assume um papel central na definição do processo de reabilitação e restauro. Antes de avançar é importante distinguir princípio, estratégia e método: o princípio refere-se essencialmente à ética e deveres morais que fundamentam as boas práticas e orientam as estratégias e métodos a definir; a estratégia consiste num plano de ação ou abordagem para alcançar objetivos específicos; o método remete para um procedimento ou técnica específica utilizada para realizar atingir o objetivo definido na estratégia.

Numa fase prévia ao início das intervenções, com o diagnóstico detalhado do relatório supracitado, bem como com a compreensão da condição estrutural que preserva a estabilidade do edifício, a pesquisa histórica serviu para a identificação das intervenções a realizar.

Num segundo momento, foram aplicadas as estratégias que visam a conservação do património material de certos elementos arquitetónicos originais, como fachadas, ornamentos e estruturas. Estas intervenções apoiam-se, frequentemente, em métodos de restauro especializados, realizados por profissionais da área, com formação técnica e académica, que asseguram a integridade não só estética, mas também física do edifício.

A aplicação destas estratégias e métodos abrangem, como já mencionado, tanto o exterior quanto o interior do Palácio. Começando pelo exterior do edifício, existem uma série de procedimentos a realizar nos diferentes elementos ou zonas identificadas:

• **Exteriores**

- i) Cantarias, pináculos e plintos;
- ii) Guardas e elementos metálicos.

• **Interiores**

- iii) Revestimentos cerâmicos do hall de entrada;
- iv) Escadaria central em pedra;
- v) Estruturas e elementos de madeira da claraboia;
- vi) Tetos estucados;
- vii) Tetos em caixotões de madeira;
- viii) Azulejos das paredes;
- ix) Namoradeiras em pedra.

IV.3.1 Cantarias, pináculos e plintos

Relativamente às cantarias, foram executadas ao longo de toda a obra, algumas tarefas como levantamento, erradicação, limpeza, refechamento, colagem, consolidação e proteção. De seguida, encontram-se listados os procedimentos relativos a cada tarefa:

- Levantamentos gráficos e fotográficos de todos os elementos a intervir, assim como das áreas envolventes, para identificar as patologias e causas mais evidentes;
- Erradicação da vegetação superior com a aplicação de herbicidas;
- Erradicação de colonizações biológicas mais profundas, com a aplicação de biocidas;
- Limpeza dos materiais pétreos, em conformidade com o tipo de sujidade, havendo em alguns casos a possibilidade de utilizar água em quantidades controladas, escovagem adequada ao elemento e eventual aplicação de compressas químicas;
- Abertura de juntas para limpeza e posterior refechamento com argamassas adequadas, preferencialmente à base de cal hidráulica;
- Preenchimento de lacunas de pequena dimensão, com pasta de pó de pedra, conseguida a partir de pedras existentes na envolvente para manter o grão e pigmentação, bem como cal e areia;
- Remoção de elementos metálicos não funcionais que possam estar no interior ou ainda fixos às cantarias, e tratamento de elementos funcionais;
- Limpeza das superfícies ornamentais e cantarias com recurso a água desionizada, detergente (que se mostre eficaz), escovas macias, esponjas e por vezes decapagem mecânica, com recurso a um martelo bojador;
- Consolidação de zonas fragilizadas com recurso a consolidante de matriz mineral;
- Colagem de fragmentos com recurso a resinas epoxídicas, quer seja com os próprios elementos originais, quer com elementos criados para o efeito;
- Consolidação de fissuras estruturais, com argamassas pré-definidas, com injeções de resinas de baixa pressão ou com recurso a reforços (gateamentos) mecânicos;
- Refechamentos de juntas com argamassas permeáveis ao vapor de água com baixo teor de sais solúveis, não sendo permitido utilizar cimento do tipo Portland ou equivalente, tendo em conta a correção cromática e textura;
- Preenchimentos, micro estucagem e reposições volumétricas com argamassas descritas no item anterior, corrigidas cromaticamente;

- Limpeza e desobstrução de orifícios de drenagem;
- Execução de próteses, ou elementos novos semelhantes aos originais, no caso de se verificar estritamente necessário;
- Aplicação de biocida de carácter preventivo;
- Aplicação de camada de verniz de proteção ou hidrofugante.

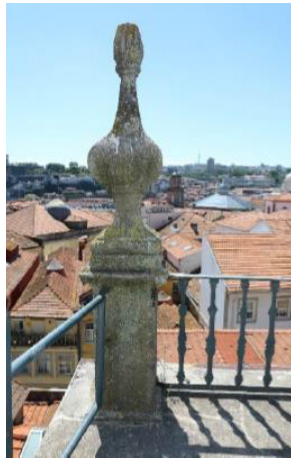


Figura 61 Pináculos e cantarias exteriores a)



Figura 62 Pináculos e cantarias exteriores b)



Figura 63 Pináculos e cantarias exteriores c)



Figura 64 Cantarias em fase de restauro

IV.3.2 Guardas e elementos metálicos

Quanto às guardas e elementos metálicos, foram executadas tarefas de levantamento, limpeza, tratamento, reforço, regularização e pintura. De seguida, apresentam-se os procedimentos relativos a cada tarefa:

- Levantamentos gráficos e fotográficos de todos os elementos a intervir, assim como das áreas envolventes, para identificar as patologias e causas mais evidentes;
- Limpeza em profundidade com escovagem e aspiração, remoção de óxidos de corrosão e tintas ou vernizes existentes;
- Revisão de elementos metálicos funcionais e estruturais;
- Execução de próteses ou substituições em material metálico da mesma natureza;
- Reforços com soldas ou elementos de sustentação novos (como aplicação de chumbo em chumbadouros, onde o mesmo esteja em falta);
- Aplicação de conversor de óxidos e posterior aplicação de camada de proteção;
- Regularização da superfície e aplicação de primário para metais;
- Pintura com tinta esmaltada definida, com acabamento brilho ou forja.

Estes processos podem ser executados em obra ou em oficina, mediante a necessidade de intervenção seja mais ou menos profunda e complexa.



Figura 65 Guardas e elementos metálicos a)

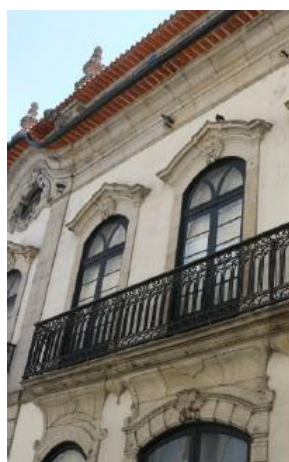


Figura 66 Guardas e elementos metálicos b)



Figura 67 Guardas e elementos metálicos c)

IV.3.3 Revestimentos cerâmicos do hall de entrada

Regressando ao interior do edifício temos vários elementos que foram referenciados pelos relatórios da CMP, como zonas a preservar de acordo com o original. O chão, em pedra em forma de ladrilho, presente no hall de entrada do edifício ocupa todo o hall e o ladrilho é alternado em tons preto e branco em pedra mármore lajeada. Este padrão é emoldurado por um beiral em pedra de granito. Para esta zona foram definidas tarefas de proteção, levantamento, faceamento, limpeza, consolidação e reintegração. Posteriormente, encontram-se listados os procedimentos relativos a cada tarefa:

- Levantamentos gráficos e fotográficos de todos os cerâmicos a intervir, assim como os elementos mais danificados ou em falta;
- Proteção e isolamentos dos pavimentos com uma camada de polietileno reticulado de 10mm e uma forra de osb de 22mm, por ser uma das últimas áreas a ser intervencionadas;
- Resgate de todos os elementos em risco de quebra ou desligados da base, para acondicionamento e posterior reassentamento;
- Desinfestação com aplicação de biocida;
- Remoção de materiais não idóneos, uma vez que ao longo do tempo ocorreram reparações inadequadas, que não tiveram em atenção a compatibilização dos materiais;
- Limpeza mecânica e química;
- Remoção de elementos em destacamento que não estavam visíveis nos pontos prévios;
- Colagem de fragmentos com recurso a resina acrílica em solvente com percentagem adequada;
- Consolidação dos elementos cerâmicos;
- Reintegração de cerâmicos, provenientes do banco de materiais ou de elementos retirados de zonas a demolir;
- Reintegração cromática.

Este processo contou com o apoio do banco de materiais da CMP, foram chamados os técnicos ao local para uma vez mais, partilharem a sua experiência e consultarem no arquivo do banco de materiais a existência de elementos iguais que permitissem substituir os mais danificados.



Figura 68 Pavimento hidráulico a preservar no hall de entrada

IV.3.4 Escadaria central em pedra

A escadaria em pedra é uma das mais notáveis zonas do edifício, sendo o acesso principal ao piso superior. Composta por três lanços de escada em pedra de granito, delimitada de um lado por uma balaustrada com corrimão e, do outro lado, por uma balaustrada “cega”, por se encontrar encostada à parede de alvenaria. Esta balaustrada de estilo romano tem uma decoração que se repete ao longo de toda a escadaria, com exceção das zonas de mudança de direção onde o balaústre se inicia com uma coluna de decoração mais imponente. Também na escadaria foram definidas algumas tarefas de preservação e restauro como levantamento, proteção, erradicação, limpeza, colagem, consolidação e acabamento. Conforme nos casos anteriores são descritos os respetivos procedimentos:

- Levantamento fotográfico de toda a escadaria, respetivos balaustres e corrimões;
- Proteção e isolamentos de toda a escadaria, incluindo balaustres e corrimões, com uma camada de polietileno reticulado de 10mm e uma forra de osb de 22mm, por ser outra das últimas áreas a ser intervencionadas;
- Erradicação de colonizações biológicas mais profundas, com a aplicação de biocidas, existentes em zonas de alguma humidade;
- Limpeza dos materiais pétreos, em conformidade com o tipo de sujidade, havendo em alguns casos a possibilidade de utilizar água em quantidades controladas, escovagem adequada ao elemento;
- Abertura de juntas para limpeza e posterior refechamento com argamassas adequadas, preferencialmente à base de cal hidráulica;
- Preenchimento de lacunas de pequena dimensão, com pasta de pó de pedra, conseguida a partir de pedras existentes na envolvente para manter o grão e pigmentação, bem como cal e areia;
- Limpeza das superfícies ornamentais com recurso a escovas macias e, por vezes, decapagem mecânica com recurso a um martelo bojador;
- Colagem de fragmentos com recurso a resinas epoxídicas, quer seja com os próprios elementos originais, quer com elementos criados para o efeito;
- Execução de próteses, ou elementos novos semelhantes aos originais, no caso de se verificar estritamente necessário;
- Aplicação de camada de verniz de proteção ou hidrofugante.



Figura 69 Escadaria, balaustres e corrimões em pedra de granito a)



Figura 70 Escadaria, balaustres e corrimões em pedra de granito b)

IV.3.5 Estruturas e elementos em madeira da claraboia

De todos os elementos a conservar, o teto da escadaria central é, sem dúvida alguma, o elemento mais importante, não só pela sua composição, como também pela sua localização e disposição no edifício. Em forma de cúpula ovalada em estuque, atualmente na cor branca, possui quatro óculos em cada “lado” e ao centro, no topo, uma claraboia.

Esta claraboia em estuque nasce no topo das paredes com uma moldura composta por um friso liso branco e, sobre este, um outro friso mais largo com uma espécie de tecido adamascado, em tons de ocre e castanho claro. Sobre este, mais dois frisos brancos, mais largos que o primeiro. De seguida, em direção à claraboia, encontra-se uma decoração em baixo relevo de cor branca em forma entrelaçada, com pequenas folhagens, cachos de uvas e outros elementos florais. Nos quatro cantos arredondados do teto existe uma mísula decorativa com o rosto de figuras femininas, com pequenas grinaldas de folhas e flores. Existem ainda apontamentos decorativos de baixo relevo nos cantos do teto, onde são visíveis decorações em forma de concha. Os óculos encontram-se emoldurados por uma decoração de baixo relevo. No verso da claraboia situa-se a estrutura de sustentação, conforme referido na descrição geral do Palácio.

É ainda de salientar que a estrutura que sustenta o teto, muito atípica, encontra-se em mau estado de conservação devido à sujidade depositada e aderida, a ataques biológicos, à oxidação de elementos metálicos, à deterioração e desagregação das argamasas e do suporte lenhoso, com manchas evidentes de escorrência de águas, e com o pavimento assoalhado instável e apodrecido. Sobressai também o razoável estado de conservação dos estuques, que terão sido já alvo de várias intervenções de manutenção e até de conservação e restauro. Contudo, pelas várias sondagens existentes nos vários espaços do edifício, esta zona seria originalmente com uma pintura decorativa de várias cores que simulam outros materiais.

Toda a claraboia foi identificada como um dos elementos a reabilitar e a restaurar, tendo sido definidas diversas tarefas de levantamento, limpeza, desinfestação, reforço e tratamento. Seguidamente, encontram-se listados os detalhes de cada tarefa:

- Levantamentos fotográficos e topográficos do interior e exterior da claraboia;
- Limpeza com escovagem, aspiração e remoção de elementos metálicos e pétreos não funcionais;
- Avaliação do estado de conservação, não apenas estético, como também estrutural;
- Desinfestação preventiva e curativa de todas as madeiras, assim como dos ocos resultantes da remoção de alguns barrotes de madeira;
- Execução de barreira antitérmica com furação da alvenaria e das madeiras das estruturas, com aplicação de buchas unidirecionais para aplicação de termiticida e desinfestante;
- Revisão e tratamento de elementos metálicos funcionais;
- Execução de próteses ou substituições em madeira tratada.

No lado interior da claraboia, os processos executados serão definidos juntamente com o dos tetos estucados, a referir no próximo ponto.



Figura 71 Teto da claraboia
(Fonte: Guilherme Oliveira)



Figura 72 Estrutura da claraboia a)



Figura 73 Estrutura da claraboia b)

IV.3.6 Tetos estucados

Estuques são revestimentos decorativos, lisos ou ornamentados, feitos a partir de uma mistura de cal e areias finas ou cal e gesso. São aplicados em paredes, tetos ou outras superfícies para criar uma camada decorativa, muitas vezes moldada para formar padrões ornamentais. Além da sua função decorativa, pode também ser utilizado para cobrir imperfeições.

Além do teto da claraboia, existem mais três tetos a serem destacados: o teto da sala A, da sala B e do salão nobre. O teto do salão nobre tem um sistema construtivo plano e retangular, com uma espécie de brasão central redondo que apresentada figura, em tons de bronze, com acabamento em estuque policromado. No mesmo plano e em torno deste brasão, existem oito panos de forma trapezoidal, com um fundo de decoração adamascada em tons leves.



Figura 74 Teto do salão nobre: em fase de restauro
(Fonte: Guilherme Oliveira)

O teto da sala A, é um caso particular e diferente dos restantes, uma vez que foi demolido por colidir com o projeto de arquitetura para o novo espaço, o hotel. Contudo, foi aproveitado o elemento central e aplicado no teto do futuro restaurante do hotel. Este teto, em tons bege e dourados, é composto por uma sanca de arranque com frisos e molduras levemente trabalhadas. No plano seguinte, uma série de decoração ao estilo geométrico, pintado e em baixo relevo, com nervuras e cores. Ao centro encontra-se o elemento que foi aproveitado, uma roseta geometricamente simétrica e trabalhada em alto relevo com elementos florais.



Figura 75 Teto estucado da Sala A
(Fonte: Guilherme Oliveira)

Por fim, o teto da sala B, destaca-se pela sua simplicidade na cor branca. O seu sistema construtivo é abobadado e sanqueado por uma série de frisos lisos. Dos cantos da sanca surgem uns frisos que sobem até chegarem a uma moldura retangular, que delimita uma decoração geométrica em relevo de estuque branco.



Figura 76 Teto da Sala B em estuque branco

O tardo dos tetos fica localizado no desvão da cobertura e são muito semelhantes à composição da estrutura de madeira da claraboia. De um modo geral, são compostos por quatro (ou mais) vigas de madeira que convergem num ponto comum, formando uma forma piramidal. Entre estas vigas principais surgem travessas, que criam uma espécie de malha, onde estão pregadas as travessas mais pequenas de madeira dos respectivos tetos. Dada a sua importância, estas estruturas em madeira foram revestidas em osb para prevenir quaisquer danos decorrentes das demolições da cobertura.



Figura 77 Tardo dos tetos estucados a)



Figura 78 Tardo dos tetos estucados b)

Estes três tetos estucados são outros dos elementos de principal foco do Palácio e, por isso, foram também identificados como áreas de relevo a serem reabilitadas e restauradas. Nesse sentido, as tarefas relativas aos tetos incluem levantamento, proteção, limpeza, abertura, consolidação, ancoragens, refechamentos, reforço e pintura. Segue-se uma descrição detalhada dos procedimentos relativos a cada tarefa:

- Levantamentos fotográficos exaustivos que identificam todas as particularidades e pormenores;
- Proteções, facing ou outras que se revelem necessárias para preservar os estuques;
- Recolha de todos os elementos em risco de queda e acondicionamento em reserva;
- Sondagens do programa cromático original;
- Limpeza e higienização do tardo dos respetivos tetos;
- Limpeza em profundidade das madeiras do tardo, com escovagem, aspiração e remoção de elementos metálicos não funcionais, e tratamento dos funcionais;
- Abertura minimal de fissuras;
- Injeção de caldas consolidantes;
- Consolidação de argamassas com aplicação de consolidante;
- Preenchimento no tardo, dos fasquiados com argamassas de cal de forma a colmatar as zonas em falta e a ancorar a argamassa que atravessa o fasquiado;
- Ancoragens pontuais recurso a linhadadas de sisal impregnadas em gesso e gesso cola;
- Desinfestação de madeiras de estruturas e suporte;
- Consolidação de madeiras de suportes dos estuques;
- Substituição e reforço de elementos de madeira do suporte;
- Aplicação de fasquiado novo;
- Refechamentos de fissuras e lacunas com argamassas de cal aérea e gesso;
- Reprodução e aplicação de todos os elementos em falta tais como: sancas, molduras, centros, cantoneiras, tabelas, ornatos, etc.;
- Remoção de pinturas em destacamento;
- Aplicação de massas de preenchimento e nivelamento das mesmas;
- Pinturas integrais com recurso a tintas adequadas e permeáveis ao vapor de água de matriz mineral como por exemplo, tintas de silicatos;
- Reintegração cromática.

IV.3.7 Tetos em caixotões de madeira

O Palácio de Belomonte é um edifício rico em elementos de enorme valor histórico e patrimonial. Outro dos elementos a que vale a pena dar destaque são os tetos em caixotões de madeira que, por norma, são compostos por uma estrutura de madeira, de acabamento pintado ou decorado.

No Palácio existem vários tipos de tetos, classificados segundo critérios construtivos ou estruturais. Assim, é possível distinguir nesta obra três tipos de tetos: planos, sanqueados e masseira.

Começando então pelo teto do hall de entrada, do tipo plano, constituído em madeira de caixotões dividido em quatro quadrantes iguais, é o mais imponente dos tetos em caixotões. Os quadrantes, separados por uma cruz central, possuem uma pintura a imitar madeira, com uma moldura de cantos arredondados em tom mais claro, rematados por um desenho orgânico e floral, que se repete em todos os quadrados. No interior da moldura, existe em destaque outro elemento decorativo, pintado de acordo com a exposição solar da sala, onde o jogo de sombras procura representar a luz que atravessa a porta principal do edifício. Atualmente, neste teto, encontra-se uma viga metálica estrategicamente adicionada para impedir o arqueamento que o teto vinha a demonstrar.



Figura 79 Teto de hall de entrada

Ainda no piso de entrada, ligeiramente à direita do hall, encontra-se a antiga sala dos professores, também com um teto em madeira pintada. Este teto, apesar de não parecer, é também plano. Em tons de vermelho alaranjado, que simulam uma espécie de marmoreado, é composto por um elemento oval ao centro, de onde surgem dez panos triangulares, que acentuam a profundidade do mesmo. As divisórias, frisos, molduras e pormenores decorativos, todos da mesma cor, num tom castanho e ocre envelhecido, ajudam a delimitar os diferentes níveis do teto.

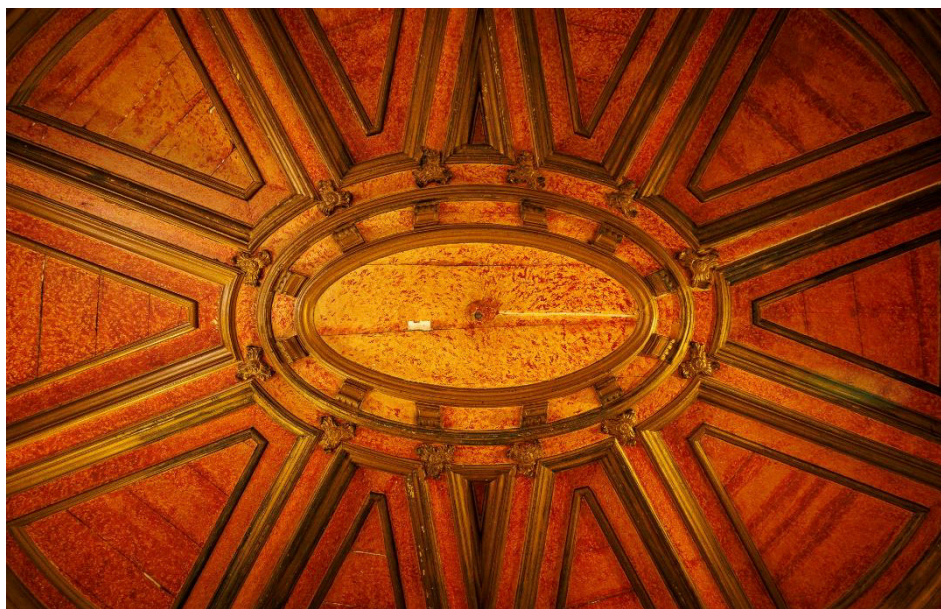


Figura 80 Teto da antiga sala dos professores
(Fonte: Guilherme Oliveira)

Por fim, subindo ao primeiro piso, é importante destacar o teto da sala C, do tipo masseira. Num estilo mais simples, este teto é composto por um régua completamente liso, possuindo apenas um verniz de acabamento.



Figura 81 Forro do teto da antiga sala dos professores

Todos os tetos foram analisados e restaurados por uma equipa especializada, procurando manter a sua integridade.

Estes três tetos em caixotões foram previamente analisados e recuperados por uma equipa de profissionais especializados que lhes devolveu a identidade original. Neste sentido, devido ao seu valor, estes tetos foram outros dos elementos identificados como áreas de relevo a serem reabilitadas e restauradas. As várias tarefas definidas incluíram levantamento, proteção, limpeza, abertura, consolidação, ancoragens, refechamentos, reforço e pintura. Segue-se uma descrição detalhada dos procedimentos relativos a cada tarefa:

- Levantamentos fotográficos e topográficos da face visível e da respetiva estrutura de madeira;
- Limpeza com escovagem, aspiração e remoção de elementos metálicos e pétreos não funcionais;
- Avaliação do estado de conservação, não apenas estético, como também estrutural;
- Desinfestação preventiva e curativa de todas as madeiras visíveis e estruturais, no verso e reverso, assim como dos ocos resultantes da remoção de alguns barrotes de madeira;
- Execução de barreira antitérmica com furação da alvenaria e das madeiras das estrutu-

ras, com aplicação de buchas unidirecionais para aplicação de termiticida e desinfestante;

- Revisão e tratamento de elementos em madeira funcionais;
- Execução de próteses ou substituições em madeira tratada;
- Reforços e ou preenchimentos com recurso a resinas epoxídicas, recorrendo a varões de fibra de carbono, aço inoxidável ou outros que se verifiquem adequados;
- Execução das peças necessárias para reforço da estrutura;
- Remoção dos acabamentos existentes como vernizes e tintas;

Regularização, polimento, acabamento e aplicação de camada de proteção.

É importante mencionar que foi instalado um sistema de monitorização, com distribuição de armadilhas para o controlo de eventuais pragas.



Figura 82 Teto em masseira da Sala C

IV.3.8 Azulejos das paredes

Os azulejos, de elevado valor histórico, encontram-se no piso amansardado, virado a sul, onde existem três panos de azulejos azuis e brancos, com motivos vegetalistas, possivelmente do séc. XIX, em estado razoável de conservação, mas com algumas unidades em falta. É também possível observar algumas lacunas de vidro, bem como a existência de preenchimentos e eventuais réplicas, onde sobressaem as juntas, feitas com argamassa cimentícia. Também nos azulejos se contou com o apoio do banco de materiais da CMP, tendo sido chamados os técnicos ao local para consultarem no arquivo do banco de materiais a existência de elementos iguais que permitissem substituir os mais danificados. Quanto aos azulejos, foram executadas tarefas de levantamento, faceamento, proteção, limpeza, colagem e consolidação. De seguida, encontram-se listados os procedimentos relativos a cada tarefa:

- Levantamentos gráficos e fotográficos de todos os azulejos, assim como dos elementos mais danificados ou em falta;
- Execução de faceamento de proteção, com aplicação de manta de gaze colada com resina reversível;
- Recolha de todos os elementos em risco de queda ou desligados da parede, para acondicionamento e posterior reassentamento;
- Remoção de materiais não idóneos, uma vez que ao longo dos tempos ocorreram reparações inadequadas, que não tiveram em atenção a compatibilização dos materiais;
- Limpeza mecânica e química;
- Colagem de fragmentos com recurso argamassas adequadas;
- Fixação de vidrados;
- Consolidação dos elementos cerâmicos;
- Reintegração volumétrica de lacunas e de vidrados;
- Reintegração cromática manual, executada *in situ*;
- Proteção e isolamento das paredes com uma camada de polietileno reticulado de 10mm e uma forra de osb de 22mm, para garantir a integridade até ao final da obra.



Figura 83 Painéis de azulejos a)



Figura 84 Painéis de azulejos b)

IV.3.9 Namoradeiras em pedra

Nos quartos do piso superior, virados ao Rio Douro, junto às janelas, é possível encontrar esculturas em pedra, frequentemente conhecidas como “namoradeiras”. Estas esculturas chamaram-se assim pela associação às mulheres que contemplavam e esperavam o regresso dos seus entes queridos, na volta das viagens marítimas. Estes elementos foram também identificados como alvo de intervenção, incluídos e semelhantes aos processos aplicados às cantarias e escadarias em pedra. Assim, foram definidas as seguintes tarefas de levantamento, proteção, limpeza, colagem, consolidação e acabamento:

- Levantamento fotográfico;
- Proteção e isolamentos, com uma camada de polietileno reticulado de 10mm e uma forra de osb de 22mm;
- Erradicação de colonizações biológicas mais profundas, com a aplicação de biocidas;
- Limpeza dos materiais pétreos, em conformidade com o tipo de sujidade, havendo em alguns casos a possibilidade de utilizar água em quantidades controladas, escovagem adequada ao elemento;
- Abertura de juntas para limpeza e posterior refecimento com argamassas adequadas, preferencialmente à base de cal hidráulica;
- Preenchimento de lacunas de pequena dimensão, com pasta de pó de pedra, conseguida a partir de pedras existentes na envolvente para manter o grão e pigmentação, bem como cal e areia;
- Limpeza das superfícies, com recurso a água desionizada, detergente, escovas macias, esponjas e por vezes decapagem mecânica, com recurso a um martelo bojador;
- Colagem de fragmentos com recurso a resinas epoxídicas, quer seja com os próprios elementos originais, quer com elementos criados para o efeito;
- Execução de próteses, ou elementos novos semelhantes aos originais, no caso de se verificar estritamente necessário;
- Aplicação de camada de verniz de proteção ou hidrofugante.

De acrescentar que as namoradeiras eram um dos elementos a restaurar com maior degradação, provocada pelo uso indevido, bem como por pinturas de *graffitis*.

Como se constata, a reabilitação e o restauro de todos os elementos construtivos do Palácio de Belmonte anteriormente mencionados, foram realizados com muito cuidado e rigoroso respeito pelos princípios da boa execução e da sustentabilidade em obra. Este fato possibilitou que o impacto na área envolvente e na comunidade fosse positivo, como se revela no próximo ponto.



Figura 85 Namoradeiras em pedra

IV.4. IMPACTO NA COMUNIDADE E NA ÁREA ENVOLVENTE

A preservação de um edifício histórico depende da colaboração e contribuição de várias entidades e pessoas, cada uma com um papel único para o processo. Das várias entidades envolvidas, destacam-se três: o “dono de obra”, no qual se incluem os investidores e todas as equipas de arquitetura, projetistas, fiscalização e até a entidade executante; os órgãos municipais, não apenas o gabinete de urbanismo, mas também os departamentos externos como bombeiros, arqueólogos e património; por fim, também com um papel preponderante, a comunidade, considerando não apenas a que está diretamente ao redor do edifício, mas a que virá para usufruir do hotel.

As expectativas dos proprietários têm por base o retorno financeiro do investimento e a viabilidade financeira a longo prazo, sendo fundamental entender que o rácio entre o investimento e o retorno, pode variar mediante o valor histórico e patrimonial do edifício. A reabilitação e o restauro do espaço, revitaliza não só o edifício, mas também toda a área envolvente, atraindo de forma viral os turistas nacionais e internacionais.

Do ponto de vista da entidade executante, na qual o autor desta dissertação trabalha como diretor de obra, a reabilitação e restauro do Palácio representa uma grande responsabilidade devido à sua localização, em área classificada ou em zona de proteção de área classificada.

A envolvência das entidades reguladoras, representadas na sua maioria por órgãos pertencentes às entidades da Camara Municipal do Porto, desempenham um papel fundamental na análise e aprovação dos projetos. Como vimos anteriormente, no ponto “III.1. Os desafios de equilibrar a inovação com a preservação do carácter original”, a interpretação e aplicação de regulamentos pode gerar alguns desafios e, por isso, é importante compreender e envolver todas as entidades e partes interessadas.

Para a aprovação do licenciamento da obra do Palácio houve uma análise prévia e cuidada sobre os requisitos necessários, tendo sido consultadas entidades externas da CMP, tais como:

- **DGPC** — Direção Geral do Património Cultural, que emitiu uma informação com parecer favorável;
- **DMAAU** — Divisão Municipal de Apreciação Arquitetónica e Urbanística e o Gabinete de Apreciação de Projetos, emitiu os seus pareceres;
- **DMGPU** — Divisão Municipal de Gestão de Procedimentos Urbanísticos;
- **DMGPC** — Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural que concluiu nada ter a obstar à aprovação desta pretensão desde que seja dada continuidade aos trabalhos arqueológicos, nomeadamente a realização de sondagens prévias em zonas que fossem suscetíveis de achados arqueológicos, com o Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA). Acompanhamento permanente de uma equipa de arqueologia em todas as fases de desmonte, demolições e aberturas de caboucos e sapatas;
- **DMIG** — Divisão Municipal de Informação Geográfica (toponímia), emitiu informação favorável;
- **PSP** — Polícia de Segurança Pública, que acompanha e fiscaliza diariamente a licença de corte total da via pública;
- **TP, I.P.** — Turismo de Portugal, I.P., que mencionou que o requerente deveria cumprir com os requisitos necessários e previstos na legislação em vigor, sempre em articulação com a entidade externa. Turismo de Portugal.

Por fim, a transformação do Palácio de Belomonte resgatou não apenas um importante património histórico, mas teve também impactos significativos, por efeito contágio na comunidade e na área circundante.

Um dos mais significativos impactos da obra do Palácio de Belomonte está relacionado com a revitalização de um edifício degradado na Praça Coronel Pacheco, previsto para ser reabilitado e transformado em habitações acessíveis. Este processo é resultado de um acordo estabelecido entre a Câmara Municipal do Porto (CMP) e o proprietário da obra, o qual incentiva a cedência de espaços para restauração em troca de benefícios e reduções de taxas municipais. Essa iniciativa não contribui apenas para a reabilitação urbana, mas também representa uma parceria estratégica entre entidades públicas e privadas para promover o desenvolvimento sustentável da cidade, refletindo uma preocupação social relativamente à falta de habitação de baixo custo.

A revitalização do Palácio desempenha um papel crucial em termos económicos, durante e depois da obra. Durante a obra são necessários diversos profissionais do setor da construção, envolvidos diretamente na transformação do Palácio que, consequentemente, enchem os restaurantes, cafés e confeitarias ao redor da obra durante o dia. Este dinamismo contribui para o aumento da receita dos estabelecimentos comerciais e restauração que, com o crescente aumento da movimentação contribui não só para a criação de postos de trabalho, como também motiva a uma onda de otimismo para novas oportunidades de negócio. Todos estes fatores contribuem, direta e indiretamente, para a melhoria da qualidade de vida dos residentes, com um aumento da segurança e higiene e limpeza das ruas, das infraestruturas, acessos e até dos meios de transporte. Além disso, a nova função do Palácio — um hotel de luxo — contribui para o setor hoteleiro, atraindo turistas de classe alta, promovendo o reconhecimento da própria cidade.

É importante notar que, apesar dos impactos positivos, como a melhoria das condições de vida e a revitalização de áreas urbanas degradadas, este fenómeno urbano denominado de *gentrification*, é também motivo de preocupação devido às implicações sociais, como a deslocamento de comunidades de baixa renda e a perda da identidade cultural local. À medida que atrai pessoas com maior poder económico, gera efeitos negativos como a subida dos preços imobiliários e a consequente expulsão de residentes de baixa renda, que não conseguem suportar os aumentos dos custos das rendas. Este fenómeno resulta, muitas vezes, na perda de identidade local, com a chegada de pessoas com outro tipo de hábitos, tradições e até culturas.

É de acrescentar que, com o significativo aumento do número de pessoas e veículos que estão afetos às obras, a cidade enfrenta problemas de congestionamento de tráfego urbano. As ruas estreitas que rodeiam o Palácio exigem que se façam intervenções diárias, como é o caso dos cortes de vias necessários para a passagem de veículos pesados, para cargas e descargas demoradas e também para a montagem de equipamentos como guias, andaimes, tapumes, entre outros. Estes cortes impactam também nos estacionamento disponíveis na rua e na alteração nos sentidos de circulação.

No decorrer da obra verifica-se um aumento considerável da poluição do ar com os trabalhos de demolições, picagens de rebocos e remoção de coberturas. É ainda de

destacar a poluição sonora desencadeada pelas gruas e máquinas ou equipamentos de demolição e corte de pedra. Ambos os fatores são motivo de preocupação e descontentamento por parte dos vizinhos, que diariamente lidam com o problema.

A procura por soluções que promovem o desenvolvimento urbano responsável e asseguram o bem-estar dos habitantes locais deve estar no centro das preocupações dos trabalhos, sendo indispensável que a construção não se preocupe apenas com as estruturas físicas, mas também com a comunidade e todos os aspetos ambientais e sociais relacionados direta e indiretamente com as intervenções.

Neste contexto, a incorporação de medidas preventivas, a participação ativa da comunidade e a atenção às questões culturais são fundamentais, para responder às necessidades imediatas da obra, promovendo uma herança cultural que fortalece o tecido social. O compromisso com uma visão integrada, que abrange não apenas o desenvolvimento edificado, mas considera também a qualidade de vida das pessoas, reflete uma abordagem progressista e consciente na condução de projetos de reabilitação urbana.

IV.5. OS DESAFIOS DA REABILITAÇÃO E RESTAURO DO PALÁCIO DE BELOMONTE

A história do Palácio de Belomonte é um testemunho rico de cultura e tradição, marcado por desafios significativos durante o processo de reabilitação e de restauro. Apesar da sua complexidade, o processo é marcado pelos esforços de preservação da sua autenticidade desde a fase de projeto, com uma equipa multidisciplinar — composta por profissionais das áreas de arquitetura, engenharia e especialidades, bem como o próprio dono da obra —, que se comprometeu com a análise minuciosa e dedicação necessárias.

Contudo, durante a execução, surgiram desafios complexos que exigiram uma abordagem metódica, prática e consciente dos riscos e da dificuldade de cada tarefa, destacando-se as dificuldades enfrentadas na criação de uma nova identidade para o Palácio. Cada etapa, desde a preservação da autenticidade até a aceitação pública, foi marcada por obstáculos únicos e impossíveis de prever. Entre os vários desafios enfrentados destacam-se:

- Diferenças entre projeto e execução de obra;
- Condicionantes de licenciamentos municipais;
- Imprevistos durante os trabalhos de demolição;
- Acompanhamento arqueológico;
- Necessidade de reavaliação dos danos nas estruturas;
- Incumprimento do planeamento devido a fatores externos;
- Planeamento dependente de múltiplas especialidades;
- Acidentes de trabalho.

IV.5.1 Diferenças entre projeto e execução de obra

Ao iniciar o processo de reabilitação e restauro do Palácio, encontraram-se diferenças inerentes à transição da fase de projeto para a execução de obra. Um dos principais desafios a destacar esteve relacionado com as diferenças encontradas nas cotas e medidas entre o projeto inicial e a realidade existente. Se, por vezes, algumas dessas variações foram favoráveis, outras apresentaram obstáculos na implementação das infraestruturas planeadas, como ocorreu durante a demolição da zona da capela, que teve como objetivo abrigar a nova caixa de escadas do edifício.

Para ultrapassar esses desafios, adotou-se uma abordagem proativa, com a realização de entalhes de trinta centímetros desde as fundações até à cota de tosco. Esta intervenção, não apenas reforçou as fundações, como também minimizou as perdas de espaço previstas no projeto de arquitetura. Mais do que uma simples resolução de problemas, essa solução evidenciou a capacidade de adaptação da equipa perante os imprevistos, sublinhando a importância da flexibilidade e da proatividade durante a transição da fase de projeto para a fase de execução.

Outro desafio, surgiu quando se percebeu que, em diversas áreas, as paredes existentes eram meeiras, impossibilitando a colocação de pilares e vigas metálicas nos locais inicialmente previstos. Isso exigiu não apenas a revisão e reajuste do projeto de estruturas, mas também na avaliação das restantes especialidades impactadas pelas modificações e adaptações às condições existentes.

Estes episódios são apenas alguns exemplos que ressaltam a necessidade premente de uma comunicação eficaz entre a equipa de projeto e a direção de obra, a fim de identificar as diferenças e adotar soluções ágeis. A capacidade de resposta rápida diante de desafios inesperados torna-se, assim, um fator determinante para o sucesso da condução de projetos de reabilitação e restauro, destacando a importância de uma abordagem colaborativa e flexível ao longo de todo o processo.

IV.5.2 Condicionantes de licenciamentos municipal

Outro aspeto complexo e demorado enfrentado ao longo da obra esteve diretamente relacionado com os licenciamentos da Câmara Municipal do Porto (CMP). Desde o início do projeto, a obtenção de licenças camarárias foi uma necessidade constante, abrangendo diversos aspetos como corte de via, permissão para betonagem, emissão de licenças para ruídos, autorização para trabalhos ao sábado, ocupação de lugares de estacionamento, licenciamento para a montagem de andaimes e tapumes e até mesmo corte de fachada para a entrada de equipamentos na obra. Apesar de todos os pedidos terem sido submetidos dentro dos prazos estipulados pelos vários departamentos da CMP, enfrentamos o desafio de não receber respostas oportunas ou favoráveis em alguns casos.

Também a solicitação de policiamento, essencial durante as fases que exigiam o corte total de via na Rua do Comércio do Porto, se revelou problemática. Pontualmente, enfrentamos dificuldades devido à realização de eventos na cidade que mobilizavam todos os agentes da polícia para essas localizações específicas, impossibilitando o acompanhamento policial no horário estabelecido para o corte total de via, das 10:00 às 16:00 horas.

Perante estas adversidades, foram realizadas reuniões presenciais nos departamentos de urbanismo e mobilidade da CMP. Esses encontros foram essenciais para uma compreensão conjunta das necessidades mais urgentes e fundamentais para a execução das tarefas ao longo de toda a obra. A colaboração direta com os órgãos municipais permitiu uma abordagem mais eficiente e proativa na resolução dos desafios relacionados com os licenciamentos e à coordenação com as autoridades locais.

IV.5.3 Imprevistos durante os trabalhos de demolição

Os imprevistos durante as demolições representaram um obstáculo significativo no processo e planeamento da obra, exigindo uma abordagem ágil e estratégica para superá-los. Ao longo das diversas fases de demolição, tornou-se evidente que as condições do terreno não correspondiam ao que havia sido inicialmente previsto para áreas específicas. Este desafio foi particularmente evidente nas fundações, onde em algumas áreas foi necessário

recorrer a métodos como corte a disco, realização de carotes e o uso de dardas e martelo hidráulico, para atingir as cotas de projeto necessárias.

Da mesma forma, ocorreram situações opostas, especialmente durante as escavações para encontrar o solo com a resistência pretendida, revelando terrenos de aterro sem a compactação e resistência exigidas pelo projeto. Nesses momentos, foi imperativo realizar enchimentos com betão ciclópico para assegurar uma base sólida e consolidada para a execução das novas estruturas.

A necessidade de ajustar as estratégias de demolição e adaptação contínua às características inesperadas do terreno destacou a importância da flexibilidade e da capacidade de resposta da equipa. Estes desafios, embora complexos, proporcionaram lições de aprendizagem, evidenciando a habilidade da equipa para lidar eficazmente com situações imprevisíveis e garantir o avanço bem-sucedido do projeto de renovação do Palácio de Belomonte.

É também importante referir que, as demolições, sendo uma fase crítica do processo, exigiram a implementação rigorosa de medidas de segurança para salvaguardar tanto a integridade da equipa como a execução eficiente do trabalho. Entre as várias precauções adotadas, destacam-se o equipamento de proteção individual que inclui capacetes de segurança, luvas resistentes, óculos de proteção e calçado adequado; sinalização e barreiras, com a identificação das áreas sob demolição e isolamento com barreiras para prevenir a entrada de pessoas não autorizadas; formação específica da equipa sobre procedimentos seguros de demolição, incluindo a utilização adequada de ferramentas, técnicas e identificação de potenciais riscos; supervisão contínua, garantindo a implementação das práticas seguras e o cumprimento dos protocolos estabelecidos; análise prévia dos potenciais riscos associados a cada fase de demolição, permitindo a implementação antecipada de medidas preventivas; controlo da utilização de maquinaria pesada e de ferramentas de demolição, para garantir a operação segura e eficaz dos equipamentos; e, por fim, a proteção de estruturas adjacentes, prevenindo danos indesejados derivados das vibrações e impactos das demolições.

Além disso, a elaboração de um Plano de Trabalho Riscos Especiais (PTRE) para a remoção de estruturas nas demolições desempenha um papel central na gestão eficiente e

segura deste processo. Garante que as demolições ocorrem de maneira segura, controlada e eficiente, procurando minimizar os impactos negativos e proteger tanto a equipa de trabalho quanto o ambiente em volta. Algumas das considerações e elementos essenciais que podem ser abordados no PTRE de demolições incluem a descrição detalhada dos trabalhos, a análise de riscos e avaliação preliminar, especificação de equipamento e ferramentas, procedimentos de controlo de poeiras e resíduos, formação e qualificação da equipa, procedimentos de emergência e evacuação, coordenação com entidades reguladoras, supervisão contínua e estabelecimento de sistemas de documentação e registo do processo das demolições, salvaguardando quaisquer desvios em relação ao PTRE original.

IV.5.4 Acompanhamento arqueológico

O acompanhamento arqueológico, uma condição fundamental para a emissão do licenciamento ao longo de toda a obra, revelou-se particularmente valioso, mas desafiante. A imposição desse acompanhamento contribuiu para a preservação e proteção de potenciais sítios arqueológicos e artefactos históricos, descobertos durante as fases de demolição e abertura de fundações.

Esse compromisso salvaguardou o património cultural presente no Palácio e enriqueceu a compreensão e conhecimento sobre o edifício. As descobertas arqueológicas forneceram insights valiosos sobre a história e a construção do Palácio, enriquecendo o conhecimento de todos os intervenientes. A colaboração estreita entre arqueólogos, engenheiros e arquitetos demonstrou uma abordagem dinâmica, cooperativa e proativa, alinhada com os objetivos globais do projeto.

No entanto, é necessário reconhecer as limitações inerentes ao acompanhamento arqueológico contínuo, uma vez que a descoberta de sítios arqueológicos relevantes pode resultar em atrasos significativos no cronograma da obra, especialmente quando exigem escavações detalhadas e levantamentos. A necessidade de comunicar essas descobertas às autoridades camarárias pode causar demoras que comprometem o desenvolvimento planeado dos trabalhos. Além disso, a realização de escavações e a implementação de medidas de preservação inevitavelmente geram custos adicionais que impactam no orçamento global

da obra. O planeamento meticuloso para coordenar as atividades de construção com as operações arqueológicas torna-se desafiador dada a incerteza quanto à extensão e importância das descobertas.

Nesse contexto, torna-se imprescindível antecipar a possibilidade de descobertas arqueológicas significativas. A previsão de novas frentes de trabalho, especialmente em áreas de potencial relevância, é essencial para garantir a continuidade eficaz da obra. A gestão cuidadosa dos desafios que vão surgindo permite conciliar a preservação do património com a execução bem-sucedida do projeto de reabilitação do Palácio.

IV.5.5 Necessidade de reavaliação dos danos nas estruturas

Ao longo da obra, outro dos desafios mais significativos e imprevistos envolveu a resistência e conservação das estruturas destinadas a reabilitar ou restaurar. A descoberta de estruturas mais danificadas do que inicialmente previsto arrecadou sérios obstáculos que tiveram impacto direto nos custos, no cronograma e no compromisso dos intervenientes com a preservação dos elementos de carácter original.

Em diversos momentos, a necessidade de reforços estruturais ou até mesmo a reconstrução de elementos tornou-se imperativa devido ao avançado estado de degradação. Conforme mencionado no subcapítulo IV.3, após as demolições e avaliações de resistência, houve a necessidade de reestruturar o projeto, incluindo a substituição de elementos a preservar por novos, nomeadamente em alguns reforços de tetos em madeira, elementos em alvenaria — como por exemplo pináculos — e em paredes cujas características técnicas não atendiam aos requisitos de intervenção.

Um desafio notório esteve na parede lateral da cobertura, que se revelou com largura e resistência insuficientes para sustentar as vigas de coroamento e, por conseguinte, a própria cobertura. Para contornar esta situação, uma injeção de argamassa de cal hidráulica natural (NHL) consolidou e preencheu os vazios na parede. Posteriormente, foi executado um reforço em reboco armado em ambos os lados da parede que assegurou a espessura e solidez necessárias para atender às demandas estruturais do projeto.

Todas essas adaptações impactaram em atrasos e custos que não estavam inicialmente orçamentados e previstos. Os atrasos no planejamento não implicaram apenas no tempo demorado para a execução de cada tarefa, mas também abrangeram a análise das entidades de projeto e de execução, apresentação de propostas, orçamentação e aquisição de materiais e equipamentos. Estes imprevistos exigiram uma experiência e análise crítica por parte do diretor de obra que, muitas vezes, propôs soluções técnicas mais complexas e com riscos adicionais de segurança. A avaliação contínua de riscos foi crucial para mitigar potenciais danos e prever situações de perigo, destacando a importância da segurança em todas as etapas da obra.

IV.5.6 Incumprimento do planejamento devido a fatores externos

A pontualidade na conclusão de uma obra representa um dos principais pilares para a sua avaliação positiva. Contudo, o não cumprimento do planejamento pode surgir devido a fatores externos, muitas vezes imprevisíveis e não contemplados inicialmente no planejamento, caracterizado por um otimismo frequentemente elevado.

O incumprimento do cronograma devido a fatores externos pode ter sérias implicações e prejuízos para o desenvolvimento da obra, sendo que estes fatores, alheios ao controle dos intervenientes, impactam a eficiência global do projeto. Os atrasos no planejamento, além de implicarem custos diretos para a entidade executante, requerem um registo meticuloso e uma salvaguarda de todos os elementos que contribuíram para os desvios na programação e planejamento dos trabalhos.

Um dos principais motivos para esses atrasos está associado a condições climáticas adversas que impedem, por exemplo, a operação de guias devido a ventos fortes, a paralisação em áreas mais expostas, como coberturas, e inviabilizando atividades de betonagem. As betonagens, restritas pelas datas nas licenças, podem resultar em atrasos significativos, podendo chegar até oito dias úteis para reagendar nova data e obter a devida autorização.

Esses atrasos acarretam custos diretos e levam, muitas vezes, à necessidade de horas extras, com custos superiores aos inicialmente previstos, prolongamento de aluguer de

equipamentos e obtenção de licenças para trabalhar aos sábados. As pressões para recuperar o tempo perdido resulta ainda numa sobrecarga de trabalho para os funcionários, aumentando os riscos de acidentes e comprometendo fatores de segurança. A urgência em recuperar o atraso pode também comprometer a qualidade do trabalho, levando a erros que exigirão análise e correções futuras.

Uma abordagem favorável à resolução deste tipo de atrasos envolve uma comunicação transparente e direta com todas as partes interessadas, informando sobre as situações e revisões ao planeamento à medida que ocorrem. É crucial adotar uma postura proativa na procura de estratégias que reduzem esses desvios.

Além das condições climáticas, outras causas externas para os atrasos incluem licenças e aprovações para alterações de projeto, tanto por parte das entidades públicas, quanto do dono de obra. No Palácio de Belomonte, a necessidade de executar microestacas para a fundação de um dos elevadores exemplifica uma situação desse tipo. Para a realização das microestacas, além da necessidade de uma máquina encarregada da escavação e aplicação das microestacas, foi também indispensável o uso de um transformador consideravelmente pesado, com quase cinco toneladas, cujas dimensões impediam a sua colocação no interior da obra. Perante o desafio logístico, foi apresentado um pedido especial à Câmara Municipal do Porto (CMP) para permitir que o referido transformador ocupasse um lugar de estacionamento durante cinco dias. Contudo, devido à ausência de resposta no tempo necessário por parte da CMP, optou-se por, diariamente, durante o horário compreendido entre as 10:00 e as 16:00 horas, fazer-se uso da licença de corte total de via. Isso possibilitou a colocação e remoção diária do transformador, contornando as limitações de espaço e garantindo a continuidade dos trabalhos, embora com impacto no prazo previsto para a execução das microestacas e, conseqüentemente, no cronograma.

Essa experiência ressalta a necessidade e importância de abordagens flexíveis e proativas para superar obstáculos logísticos, possibilitando o progresso eficiente das atividades. No entanto, evidencia também a importância de uma comunicação eficaz entre as partes interessadas e destaca a relevância de respostas céleres em situações que requerem decisões específicas para o desenvolvimento ininterrupto da obra. Este episódio destaca a importância de uma colaboração estreita entre os setores público e privado, garantindo

que desafios logísticos sejam enfrentados com soluções ágeis que promovem também a resiliência e a adaptabilidade no ambiente de construção.

Outras causas externas incluem atrasos na entrega de materiais ou equipamentos, escassez de mão de obra, problemas com infraestrutura pública — como redes de água, esgotos ou eletricidade — e revisões de projeto para corrigir erros, omissões ou alterações entre o projeto e a execução real. Pandemias e surtos de doenças também surgem como fatores com impactos significativos na mão de obra, na disponibilidade de materiais e nas tarefas desempenhadas no canteiro de obras.

IV.5.7 Planeamento dependente de múltiplas especialidades

O planeamento de uma obra é, por si só, uma tarefa difícil, que se torna ainda mais complexa no contexto de reabilitação de um Palácio. Na obra do Palácio de Belomonte, o planeamento não pode ser estático, pois requer ajustes diários para evitar atrasos no plano macro. Além dos vários imponderáveis já mencionados, o sucesso do planeamento está intrinsecamente ligado à articulação das diversas especialidades presentes na obra, exigindo uma coordenação complexa entre entidades que tomam decisões e validam as soluções propostas pela direção de obra e equipa de projeto.

Ao elaborar um planeamento, são definidos os rendimentos, os prazos e a interligação entre todos os trabalhos e especialidades previstos ao longo de toda a obra. Contudo, não é possível antecipar os atrasos resultantes de demoras nas tomadas de decisão por parte da fiscalização ou pelo dono de obra, nem as alterações de projeto decorrentes de fatores externos à entidade executante, ou os conflitos de prioridades por parte do dono de obra, que muitas vezes precisa de ponderar a relação do custo/benefício das alterações propostas.

Para manter o planeamento dentro dos prazos estipulados, é crucial que o diretor de obra possua não apenas experiência e conhecimento técnico (hard skills), mas também características de liderança, flexibilidade e habilidades de gestão de pessoas (soft skills). É essencial que exista uma comunicação direta e eficaz para que a mensagem seja transmitida sem ruído e compreendida por todos os envolvidos. É necessário ter um domínio abran-

gente de todos os trabalhos a serem executados, um conhecimento profundo das regras, normas e regulamentos para otimizar processos, uma visão estratégica para antecipar desafios e identificar oportunidades de melhoria, desenvolver planos de resolução, e uma compreensão sólida dos custos para que as soluções ou alternativas propostas estejam alinhadas com os custos previstos inicialmente. É também fundamental para um planeamento eficaz dispor de uma equipa alinhada com os objetivos do projeto e comprometida com os prazos estabelecidos. A gestão bem-sucedida desses elementos assegura não apenas a fluidez operacional, mas também a resiliência diante dos desafios inerentes a obras de reabilitação e ao restauro.

IV.5.8 Acidentes de trabalho

Acidentes de trabalho representam sempre episódios indesejados e de grande tensão que, frequentemente, resultam em lesões leves ou graves, temporárias ou permanentes e, em casos extremos, até mesmo fatalidades durante a realização de atividades laborais. A ocorrência de acidentes de trabalho acarreta sérias implicações para os trabalhadores, para as empresas e para a eficiência global de uma obra. Num primeiro momento, as consequências diretas recaem sobre a saúde dos trabalhadores, podendo resultar em lesões de natureza grave, com impactos de longo prazo que, por vezes, afetam não apenas o próprio, mas também a família. Para além das lesões físicas, os trabalhadores podem sofrer impactos psicológicos, como o stress pós-traumático, ansiedade e depressão.

Os custos associados a um acidente de trabalho transcendem as despesas médicas, seguros e indemnizações diretas, incluindo as despesas relacionadas à interrupção das atividades durante o incidente e possíveis paralisações determinadas por entidades reguladoras como o ACT ou a proteção civil. As taxas de acidentes também desempenham um papel crucial na reputação de uma empresa, influenciando a sua participação em concursos para obras públicas.

Durante a execução da obra no Palácio, o caso em análise, um acidente significativo ocorreu durante a abertura de um vão, apesar de terem sido seguidos, rigorosamente, todos os procedimentos e o PTRE estabelecidos para essa tarefa específica. Um arco em pedra

desabou e resultou em traumatismos para três funcionários envolvidos no trabalho. Após acionamento dos serviços de socorro, os funcionários foram transportados para o hospital, onde receberam alta alguns dias depois, com fraturas nos membros. Importa destacar que o incidente não esteve diretamente relacionado com o método de execução, pois toda a estrutura encontrava-se devidamente escorada e travada. A pedra que se soltou estava em condições precárias e, devido à vibração, fissurou-se e colapsou, comprometendo o travamento do arco em pedra.

Devido a essa derrocada, a proteção civil interveio em conjunto com a direção da obra, para definir os trabalhos de escoramento e reforço para toda a escadaria central, suspendendo qualquer atividade até que a segurança do edifício fosse plenamente assegurada. As intervenções incluíram o reforço e contenção da estrutura que sustentava o arco, com a utilização de perfis metálicos e posteriormente com a implementação de uma viga de betão.

O incidente gerou não só atrasos no cronograma da obra, devido à suspensão das atividades, como também motivou a realização de ações formativas para fortalecer as medidas de segurança e a implementação de procedimentos adequados às tarefas executadas. Toda a cultura de segurança aplicada à obra foi revista, incluindo a designação de um funcionário dedicado à verificação do cumprimento dos procedimentos de segurança e à fiscalização do uso absolutos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Além disso, esse profissional era igualmente responsável por ouvir as preocupações dos trabalhadores e comunicá-las ao técnico de segurança designado para a obra.

Estes desafios, apesar de inesperados e complexos, criaram oportunidades valiosas para demonstrar a resiliência e a competência da equipa envolvida na restauração do Palácio de Belomonte. Cada obstáculo superado não apenas fortaleceu a estrutura do edifício, mas também contribuiu para enriquecer a sua narrativa da história e a experiência de cada profissional envolvido.

No caso do autor desta dissertação, que desempenhou o papel crucial de diretor de obra, esses momentos desafiadores representam particular importância, uma vez que exigiram não apenas habilidades técnicas e conhecimento aprofundado, mas também um compro-

misso com a missão de preservação e renovação. A exigência de adaptação constante, a tomada de decisões rápidas em situações imprevisíveis e a liderança perante os diversos desafios moldaram não só o edifício, mas a experiência do autor como profissional, sendo que capacidade de transformar os desafios em oportunidades de aprendizagem e aperfeiçoamento, contribuiu muito para a bagagem de conhecimento e competências adquiridas.

Assim, a conclusão desta obra celebra mais do que a restauração física do Palácio de Belomonte, destacando também o percurso enriquecedor e transformador enfrentado pelo autor e toda a equipa. O legado deste projeto não está apenas nas paredes reconstruídas e restauradas, mas nas lições aprendidas, na resiliência demonstrada e na contribuição para a preservação de um património cultural que se adapta às necessidades contemporâneas, permitindo que o Palácio se mantenha relevante nos tempos correntes.



Figura 86 Colapso de arco em pedra

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação foi investigado o potencial da transformação de edifícios históricos para criar uma nova identidade através da reabilitação e do restauro, tendo por base o caso do Palácio de Belomonte no Porto, Portugal.

Para o efeito, os diferentes capítulos da dissertação abordam aspetos fundamentais relativos à preservação da identidade histórica da cidade, à reinterpretação funcional dos edifícios, à preservação da memória do edifício e, por fim, à forma em como estes aspetos se relacionam com o processo de reabilitação e restauro do caso de estudo.

No primeiro capítulo, sobre a “Identidade histórica do património da cidade”, explorou-se a importância da preservação da identidade histórica e cultural dos edifícios no Centro Histórico do Porto. Esta análise começou com uma pesquisa teórica acerca das várias cartas e normas, que estabelecem os princípios essenciais para a valorização da autenticidade histórica e cultural, a promoção da sustentabilidade, a consideração pelas comunidades locais e a importância de equilibrar a conservação com o desenvolvimento. Além disso, estes documentos protegem as decisões dos profissionais na realização de intervenções que respeitem a história e valor cultural dos lugares, ao mesmo tempo que consideram as necessidades atuais. Dos vários documentos estudados, foram referenciados em particular: a Carta de Veneza; a Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural; o Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural; a Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais; e a Carta de Cracóvia. O capítulo incluiu também os principais fatores de degradação dos edifícios antigos e a respetiva necessidade de reabilitação e restauro, destacando o papel fundamental e crucial que desempenham na manutenção das características originais dessas estruturas.

No capítulo II, "Reinterpretação funcional dos edifícios", o foco esteve na adaptação e transformação de edifícios históricos para novos usos. Nesse contexto, foram apresentados sete exemplos específicos da cidade do Porto, que refletem a importância da adaptação funcional para a sustentabilidade da cidade através de um paralelismo entre o antes e o depois da intervenção nestes edifícios. Os exemplos selecionados e aprofun-

dados foram o Mercado do Bolhão; a Estação de São Bento; o Edifício Águia D'Ouro; a Cadeia e Tribunal da Relação do Porto; o Palácio da Bolsa; o Palácio das Cardosas; e a Alfândega do Porto. O capítulo explora como a adaptação funcional desses edifícios não apenas proporciona uma nova identidade a cada estrutura, mas também contribui para a revitalização das áreas circundantes. No seguimento destes exemplos abordou-se igualmente o conceito de identidade e de como a transformação dos edifícios históricos é uma oportunidade e contributo para o (re)nascimento da cidade, constituindo assim uma estratégia para o crescimento sustentável. Ainda neste capítulo, destacou-se como a adaptação funcional pode impactar na economia e dinâmica social. Não se pôde deixar de referir também a oportunidade para a incorporação de tecnologias modernas e práticas mais sustentáveis, conscientes das preocupações ambientais e dos “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” definidos para atingir até 2030.

No Capítulo III, intitulado “Preservação da memória do edifício”, aprofundaram-se questões relacionadas com os desafios de equilibrar inovação com a preservação do carácter original. O processo de preservar a narrativa do edifício destaca-se como uma tarefa delicada e que está no cerne das preocupações do projeto e de todas as equipas envolvidas na obra, exigindo técnicas de restauro sensíveis e considerações sobre a integração de tecnologias modernas. O envolvimento da comunidade surge como um desafio significativo, mas onde a participação ativa é essencial para alinhar as transformações com os valores locais. Também as restrições legais e burocráticas, ainda que fundamentais para a preservação do património, restringem a liberdade criativa e influenciam de forma negativa o cumprimento dos prazos.

Numa segunda parte do capítulo abordou-se o potencial da reabilitação para atrair investimentos, impulsionar o turismo e melhorar a qualidade de vida, tendo sido exploradas as dimensões económicas, culturais e sociais. Se, por um lado, a origem do sucesso da relação entre as intervenções urbanas e o turismo é benéfico para a comunidade, por outro lado, os problemas de fragmentação e segregação social são também uma consequência desse sucesso. Muitas vezes, essas intervenções têm como objetivo atrair uma população mais jovem e dinâmica com um nível económico e cultural superior, afastando a população residente menos favorecida. Neste caso, as zonas históricas intervencionadas voltam a ser lugares de moda, económica e socialmente bem posicionados, mas

costumam resultar numa diminuição da coesão social, contribuindo a longo prazo para a perda da identidade dos locais. Uma das abordagens para minorar este impacto passa por envolver a comunidade local na tomada de decisões, com a recolha das opiniões dos residentes, promovendo um processo de transformação mais inclusivo.

Por fim, o Capítulo IV, focado no caso de estudo do Palácio de Belomonte, proporcionou uma visão prática de todos os temas previamente abordados, refletindo sobre os processos, impactos e desafios envolvidos na reabilitação e no restauro de um edifício histórico no centro do Porto. Neste capítulo, além de uma contextualização histórica e geográfica do Palácio, foi descrito o grau de deterioração do edifício, identificada a necessidade de reabilitação e detalhado todo o processo de reabilitação e restauro para a integração da nova identidade.

Associado à localização do Palácio de Belomonte e as respetivas características urbanas peculiares, existiu um desafio considerável em conciliar os prazos de execução com as dificuldades de transporte, colocação e manuseamento dos elementos de maiores dimensões, que, muitas vezes, tinham de ir inteiros para a obra, nomeadamente equipamentos e estruturas metálicas. O contexto exigiu uma abordagem estratégica e metódica para superar esses desafios logísticos e garantir a realização bem-sucedida do projeto, destacando a adaptabilidade e experiência necessárias para lidar com as particularidades da intervenção no Palácio de Belomonte.

Enquanto exemplar representativo da arquitetura do Porto da primeira metade do século XVIII, a análise do edifício foi de extrema importância para a compreensão da urgência da reabilitação e do restauro, destacando a necessidade de conservação do património histórico, não só para manter a autenticidade arquitetónica, mas também para garantir a continuidade da herança cultural. Tendo o Palácio mais de dois séculos, foi notório o seu estado de degradação, visível pelas marcas do próprio passar do tempo, mas igualmente pelas múltiplas identidades e funções que abrigou. A obra do Palácio não se limitou à reabilitação e ao restauro do edifício, uma vez que consistiu, acima de tudo, na sua adaptação funcional, para a qual o conhecimento da história e a compreensão do seu estado de deterioração foram fundamentais. Esse processo exigiu uma análise profunda de todos os detalhes arquitetónicos e, posteriormente, uma identificação

das áreas para preservação e intervenção, incluindo um conjunto de elementos como cantarias, revestimentos cerâmicos e estruturas em madeira, demonstrando uma visão abrangente das complexidades técnicas envolvidas na tarefa de revitalizar o edifício.

O processo de reabilitação, restauro e transformação de edifícios históricos para novos usos é delicado e exige um conhecimento profundo das necessidades contemporâneas. Requer a todos, mas em particular ao diretor de obra, uma combinação de conhecimentos históricos, das melhores práticas construtivas, valores éticos e um enorme respeito pela herança cultural, assegurando que a transformação é uma contribuição valiosa para o tecido urbano e para a comunidade local. Por esse motivo, é tão relevante perceber e avaliar o impacto da intervenção na comunidade local e na área circundante, ressaltando a conexão entre o património edificado e o tecido social.

Ao longo de toda a obra, tornou-se evidente a notável simbiose entre as entidades públicas, internas e externas à CMP, a direção de obra e os residentes e comerciantes locais. Essa colaboração, orientada para a revitalização daquela zona, é um excelente exemplo do compromisso coletivo, excepcionalmente dedicado ao renascimento e fortalecimento da identidade cultural, social e económica da comunidade.

Apesar de alguns constrangimentos, principalmente durante o decorrer da obra, o Palácio de Belomonte não desencadeou nenhum fenómeno negativo associado à mudança urbana, tendo, pelo contrário, contribuído para os mais diversos fatores positivos, destacando o enriquecimento da comunidade local.

Transformar o Palácio de Belomonte num hotel de luxo representa uma estratégia inteligente. Esta escolha, não apenas preserva a integridade histórica e arquitetónica do edifício, mas também introduz uma nova dinâmica naquela área, promovendo oportunidades de integração social e económica.

A nova função do Palácio enquanto hotel, revitaliza tanto o próprio edifício, que se encontrava em processo de degradação acelerado, como ajuda ao retorno do comércio local e tradicional em redor, com a presença constante de visitantes que, sejam turistas ou trabalhadores, fomentam o crescimento dos negócios locais e promovem a oferta

de produtos e serviços autênticos. Também, a intensificação da movimentação na rua, resultante das atividades do hotel, cria uma sensação de segurança para os residentes locais. O nascimento de um hotel no Palácio de Belomonte é um catalisador para a dinamização da rua que, ao atrair os mais variados visitantes, torna-se um ponto promissor para eventos culturais, sociais e económicos.

Ao resgatar a beleza do Palácio, os profissionais e funcionários envolvidos na obra não foram apenas agentes de construção, tendo também contribuído para o favorecimento da economia local. O aumento da receita nos estabelecimentos de restauração e bens alimentares da rua reflete o impacto positivo e a conexão entre o projeto de reabilitação e o tecido comercial da comunidade.

Todo este processo esteve repleto de desafios intrínsecos à reabilitação e ao restauro do Palácio. As diferentes complexidades que foram surgindo, desde as diferenças entre o projeto e execução, até aos acidentes de trabalho, contribuíram para uma aprendizagem mais profunda de uma obra deste tipo. Agora, ao rever os desafios enfrentados e com a conclusão desta dissertação, é perceptível que as dificuldades vão além das complexidades técnicas, evidenciando a importância crucial das aptidões de liderança, empatia e de colaboração. Desde 2019, após a conclusão do MBA em Gestão, tenho refletido sobre uma citação de Les McKeown acerca de liderança que considero significativa:

“Na realidade existem apenas duas categorias de aptidões obrigatórias para ser um líder eficaz: as que lhe dão a capacidade de se gerir a si mesmo e as que lhe permitem trabalhar bem com os outros.” (McKeown, L. 2016).

Esta citação destaca a importância de uma liderança eficaz, ressaltando que esta vai muito além da simples emissão de ordens. Num projeto como o da reabilitação e restauro do Palácio de Belomonte foi notória a necessidade de aprimorar esta aptidão, conciliando fatores como a gestão de tempo vs. a produtividade, a gestão de prioridades e, por fim, mas não menos importante a gestão de crises. Ainda sobre este último ponto, é importante referir que apesar do ambiente saudável durante a obra, existiram vários momentos de tensão, com conversas difíceis, que exigiram a gestão de conflitos e uma comunicação efi-

caz. Por ser uma obra de grande dimensão, existiram preocupações de inclusividade, destacando também a orientação e coordenação de dois engenheiros adjuntos. A sensibilidade às necessidades e perspetivas diversas é essencial para construir parcerias produtivas e alcançar objetivos comuns. A obra do Palácio determinou uma combinação equilibrada de autogestão e habilidades interpessoais, essenciais para que a direção de obra inspire, motive e colabore para fazer acontecer de forma eficaz e respeitosa.

Neste projeto, destaca-se o percurso de investigação e exploração das diversas dimensões associadas à reabilitação e ao restauro de edifícios históricos, utilizando o caso de estudo como um espelho para reflexões mais amplas. Esta dissertação não apenas contribui para a compreensão do processo de reabilitação e restauro, mas também destaca o papel crucial desempenhado pelos profissionais que conseguem ultrapassar desafios complexos, respeitar a herança cultural e promover a integração positiva das intervenções nas comunidades locais.

Ao concluir esta dissertação, fica a esperança de que as reflexões e resultados aqui apresentados inspirem futuras intervenções de preservação do património histórico e cultural. A transformação do Palácio de Belomonte é, acima de tudo, um testemunho de que, ao respeitar o passado, pode construir-se um futuro vibrante e enriquecedor para as gerações vindouras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, B. (2012). *Comunidades Imaginadas - Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Edições 70.

Appleton, J. Augusto. (2011). *Reabilitação de edifícios antigos — Patologias e Tecnologias de Intervenção* (2ª Edição). Editora ORION.

Ashworth, G. J., & Tunbridge, J. E. (2000). *The Tourist-Historic City: Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City*. Pergamon.

Bandarin, F., & Van Oers, R. (2012). *A Paisagem Urbana Histórica: Gestão do Património em um Século Urbano*. Edições 70.

Branco-Teixeira, M. (2020). *Diagnóstico do Posicionamento Estratégico das Empresas no Mercado da Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável*. Publicações Universidade Fernando Pessoa.

Branco-Teixeira, M. (2023). *Manual de Inovação e Sustentabilidade: os desafios e as soluções na Reabilitação Urbana 4.0 — materiais, tecnologias, recursos humanos e segurança*. Vida Económica.

Carlos A. Marques Pinto, José A. M. Salgado Rodrigues, Rolando B. Rodrigues, Maria Arnaldina Dias Moreira e Luís T. Melo. (2006). *Fundamentos de Gestão*. Editorial Presença / Fundamentos.

Cleto, J. (2010). *Lendas do Porto* (Volume I). Verso da História.

Cleto, J. / Jacques, S. (2013). *O Porto de Nasoni: Guia de Arquitetura e Património*. Esencia del Lugar.

Cóias, V. (2007). *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos*. Argumentum / GECORPA.

EAMHID - European Architectural History Network. (2019). *Adaptive Reuse: The Contemporary and Historical Practice of Adapting and Reusing Buildings*. EAMHID.

Farias, I. (2018). *Reabilitar: A (re)construção da identidade do lugar através da reabilitação de edifícios históricos*. Tese de doutoramento, Universidade do Porto.

FEUP / Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (2005). *2º Seminário - A Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação* (Volume I).

FEUP / Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (2005). *2º Seminário — A Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação* (Volume II).

FEUP / Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (2002). *A Intervenção no Património*. Práticas de Conservação e Reabilitação.

Gaspar, A. S., & Lousada, J. (2015). *Técnicas construtivas tradicionais*. Argumentum.

Harari, Y. N. (2017). *Sapiens - História Breve da Humanidade: De animais a Deuses*. Elsinore.

Harrison, R. (2012). *Heritage: Critical Approaches*. Taylor & Francis Ltd.

Jorge, V. F. (2000). *Património e Identidade Nacional*. Universidade de Évora.

Lechner, A. M. (2018). *The Participatory Turn in Urbanism*. Routledge.

Leite, I. R. (2015). *Oporto - Guia turística*. Editora Educação Nacional.

Lopes, C. (Ed.). (2016). *Património cultural e desenvolvimento: Perspetivas e práticas de investigação*. Edições Húmus.

Macdonald, S., & Basu, P. (2007). *Exhibition Experiments*. Wiley-Blackwell.

McKeown, L. (2016). *Para liderar não basta mandar — Partilhe os seus objetivos. Motive os outros.* Faça acontecer. Clube do Autor, S.A.

Oliveira, F., & Lopes, J. F. (Eds.). (2015). *Adaptar: Reabilitação e Espaço Público.* Dafne Editora.

Pinto, A. (2012). *Manual de Segurança: Construção, Conservação e Restauro de Edifícios.* Edições Sílabo.

Pereira, H., & Bragança, L. (Eds.). (2017). *Sustainable Rehabilitation of Buildings.* Springer.

Rapoport, A. (1990). *History and Precedent in Environmental Design.* Plenum Press.

Rego, A. / Braga J. (2017). *Ética para Engenheiros.* Lidel.

Santos, A. (2018). *Reabilitação Urbana e a Sustentabilidade das Cidades.* Vida Económica — Editorial, SA.

Santos, A. / Branco-Teixeira, M. (2020). *Tourism to the renegeration of cities. Vol. 12. The contribution of tourism to the renegeration of cities: a route for change* (p. 761-766). Emerald Publishing Limited.

Santos, A. / Branco-Teixeira, M. (2023). *Políticas Locais de Habitação: O papel dos Municípios no âmbito das novas políticas de habitação.* Vida Económica.

Silva, G. (2012). *Porto - Nos Recantos do Passado.* Porto Editora.

Silva, G. (2015). *Porto Desconhecido & Insólito: Histórias que (provavelmente) nunca ouviu.* Porto Editora.

Sinek, S. (2018). *Primeiro pergunte porquê: Como os grandes líderes nos inspiram a fazer sempre melhor.* Lua de Papel.

Siragusa, A., Proietti, P., Bertozzi, C., Coll Aliaga, E., Foracchia, S., Irving, A., Monni, S., Pacheco Oliveira, M. and Sisto, R. (2021). *BUILDING URBAN DATASETS FOR THE SDGs: Six European cities monitoring the 2030 Agenda*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Siragusa, A., Vizcaino, P., Proietto, P., Lavalle, C. (2020). *European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews*. JRC Science for Policy Report.

Távora, F. (2023). *Novo/Antigo - Obras | New/Old - Works: Conservação, reabilitação, renovação, restauro, reconstrução, requalificação, salvaguarda*. Edições Afrontamento

UNESCO. (2011). *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauro de Monumentos e Sítios*. Edições 70.

Vaz, P. (2019). *Edificar no Património: Pessoas e paradigmas na conservação e restauro*. Edições 70.

SÍTIOS DA INTERNET

Alojamento Turístico no Porto Regista Mais de 1,5 Milhões de Dormidas nos Quatro Primeiros Meses do Ano

<https://www.porto.pt/pt/noticia/alojamento-turistico-no-porto-regista-mais-de-15-milhoes-de-dormidas-nos-quatros-primeiros-meses-do-ano>

APCER Group — Alfândega do Porto: A Nossa Resposta, Estamos Prontos, com Confiança e Segurança

<https://apcergroup.com/pt/noticias-e-destaques/1798/Alfandega-do-porto-a-nossa-resposta-estamos-prontos,-com-confianca-e-seguranca>

Arquivo — Alfândega do Porto

<https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=48585&detailsType=Description>

Bolsa do Porto — Centro de Conferências

<https://palaciodobolsa.com/centro-de-conferencias/>

Cadeia da Relação do Porto — RTP

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cadeia-da-relacao-do-porto/>

Cadeia da Relação Vai Ser Monumento Nacional

<https://www.porto.pt/pt/noticia/cadeia-da-relacao-vai-ser-monumento-nacional>

Cadeia da Relação — Histórias da Cidade, Memórias de Relação e Perdição no Cárcere

<https://www.porto.pt/pt/noticia/historias-da-cidade-memorias-de-relacao-e-perdicao-no-carcere>

Centro de Conferências da Bolsa do Porto

<https://www.ccAlfandegaporto.com/pt/sobre-nos/>

Estação de S. Bento — Conservação e Restauro

<https://www.ncrestauro.pt/index.php/pt/portfolio/conservacao-e-restauro/215-estacao-de-s-bento>

Hotel Moov Porto Centro

<https://hotelmoov.com/hoteis/porto/hotel-moov-porto-centro/>

ICOMOS Portugal — Recursos, Normas Internacionais

<https://www.icomos.pt/recursos/normas-internacionais>

IHG — InterContinental Hotel Reviews

<https://www.ihg.com/intercontinental/hotels/us/en/porto/prtha/hoteldetail/hotel-reviews>

JPN — O Bolhão Está de Volta: Uma Casa Nova, Mas de Alma Antiga

<https://www.jpn.up.pt/2022/09/19/o-bolhao-esta-de-volta-uma-casa-nova-mas-de-alma-antiga/>

Mapas da Câmara Municipal do Porto

<https://mapas.cm-porto.pt/>

Memórias do Bolhão

<https://mercadobolhao.pt/historias/>

Palácio da Bolsa — Visit Porto Travel

<https://visitporto.travel/pt-PT/poi/5cd04b50f979e0000196beb5#/>

Palácio da Bolsa Porto — Viajando e Viajando

<http://www.viajandoeviajando.com/2020/04/palacio-da-bolsa-em-porto.html>

Palácio da Bolsa — Pampatrimonioartesemuseus

<https://pampatrimonioartesemuseus.wordpress.com/2015/08/24/palacio-da-bolsa-porto/>

Porto — Anterior à Construção da Alfândega

<https://tentalembartedealgo.blogs.sapo.pt/porto-anterior-a-construcao-da-19886>

Porto Arc — Alfândega Nova

<https://portoarc.blogspot.com/2016/04/Alfandega-nova.html>

Porto Canal — Novas paragens de autocarro do Porto são modernas, mas não protegem da chuva

<https://portocanal.sapo.pt/noticia/313584>

Porto — Como Uma Horta se Tornou o Centro da Cidade

<https://www.portodhonra.com/2021/02/como-uma-horta-se-tornou-o-centro-da.html>

Porto — História da Cidade

<https://www.cm-porto.pt/historia-da-cidade>

Porto — O Melhor Destino de Cidade do Mundo 2022

<https://www.porto.pt/pt/noticia/e-oficial-o-porto-e-o-melhor-destino-de-cidade-do-mundo-2022>

Público — Substituição de paragens de autocarros da STCP causa desagrado aos portuenses

<https://www.publico.pt/2022/09/01/local/noticia/substituicao-paragens-autocarros-st-cp-causa-desagrado-portuenses-2018905>

Recursos — Convenção para a Proteção do Património Mundial

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/16%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B3nio%20mundial%20-%20UNESCO%201972.pdf>

SIPA — Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5495

Sustainable Development Report — Rankings

<https://dashboards.sdgindex.org/rankings>

Universidade do Porto — Escola Superior Artística do Porto

https://esap.pt/a_escola/escola-superior-artistica-do-porto/

UP — Edifício da Reitoria — Enquadramento Urbano: Palacete de Belomonte

[https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=edif%
c3%adcio%20da%20reitoria%20-%20enquadramento%20urbano:%20palacete%20de%20belomonte](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=edif%c3%adcio%20da%20reitoria%20-%20enquadramento%20urbano:%20palacete%20de%20belomonte)

ANEXOS



ÍNDICE DE FIGURAS DE ANEXOS

Figura AN.1	Nova Cobertura Palácio	134
Figura AN.2	Piso 3 novo	134
Figura AN.3	Piso 2	135
Figura AN.4	Piso 1	135
Figura AN.5	Piso rés-do-chão	136
Figura AN.6	Piso -1	136
Figura AN.7	Piso -2	137
Figura AN.8	Alçado frontal	138
Figura AN.9	Alçado posterior	138
Figura AN.10	Vista aérea do Rio Douro	139
Figura AN.11	Vista aérea da fachada posterior do Palácio	139
Figura AN.12	Vista aérea do Palácio antes da obra	140
Figura AN.13	Vista aérea do Palácio durante a obra	140
Figura AN.14	Grua	141
Figura AN.15	Andaimes e cobertura de proteção de tetos	141
Figura AN.16	Fachada tardoz do Palácio e Lugar do Vinho	142
Figura AN.17	Caixilharias originais	142
Figura AN.18	Mísula decorativa na claraboia	143
Figura AN.19	Detalhes de restauro de cantarias	143
Figura AN.20	Andaimes interiores	144
Figura AN.21	Escadas metálicas de acesso a pisos negativos	144
Figura AN.22	Picagem de revestimentos interiores	145
Figura AN.23	Abertura de vão para caixa de escadas	145
Figura AN.24	Fase de demolições de pisos	146
Figura AN.25	Abertura de vãos	146
Figura AN.26	Descoberta de muro subterrâneo	147
Figura AN.27	Descoberta de antiga escadaria	147

Figura AN.28	Descoberta de ruas subterrâneas	148
Figura AN.29	Descoberta de maciço rochoso trabalhado	148
Figura AN.30	Moeda em prata do sec. XIX a)	149
Figura AN.31	Moeda em prata do sec. XIX b)	149
Figura AN.32	Registo de pedido de licenciamento para obra, ano de 1925	150

PLANTAS DO PALÁCIO DE BELOMONTE

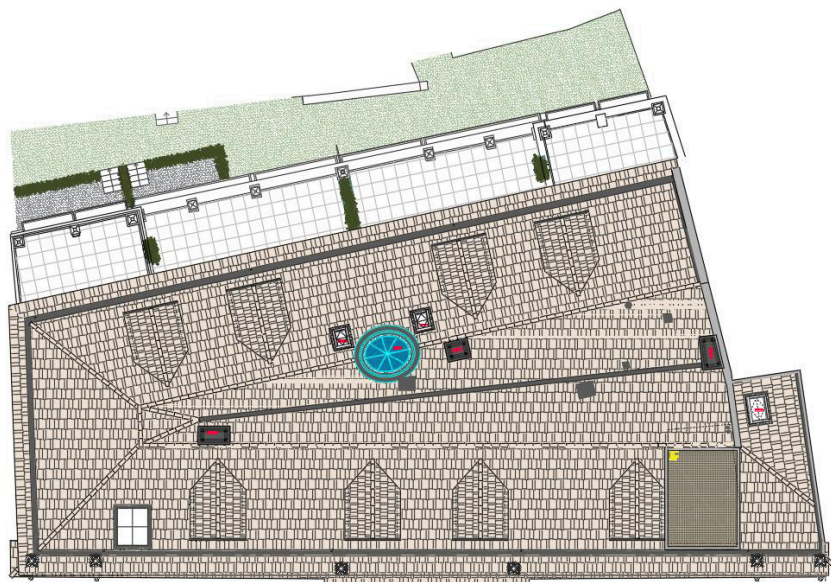


Figura AN.1 Nova cobertura do Palácio

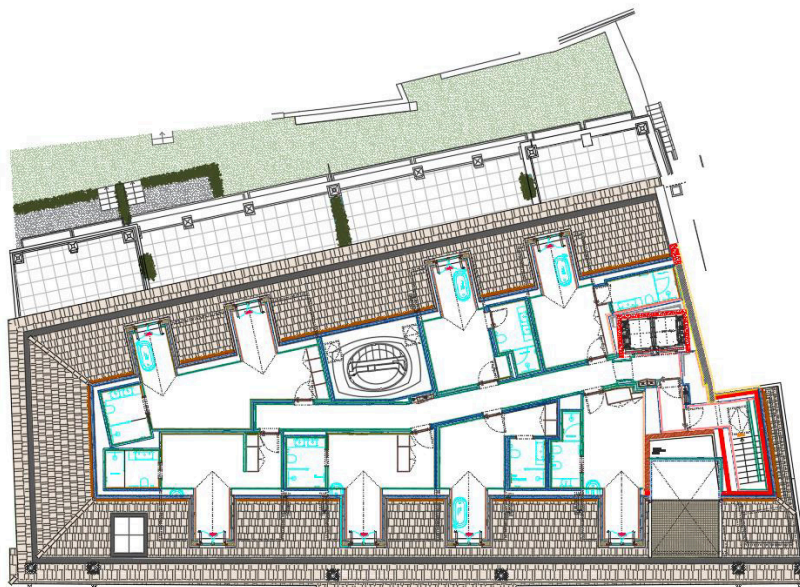


Figura AN.2 Piso 3 novo

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

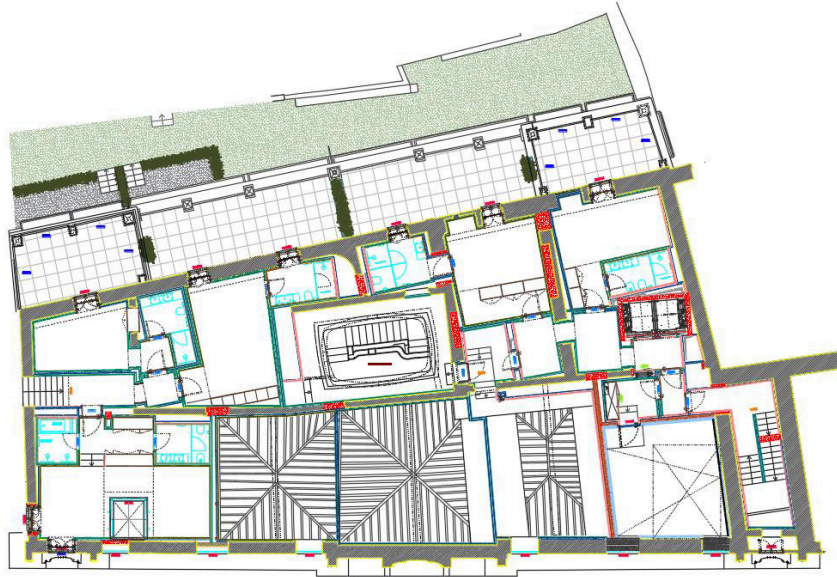


Figura AN.3 Piso 2



Figura AN.4 Piso 1

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura AN.5 Rés-do-chão



Figura AN.6 Piso -1

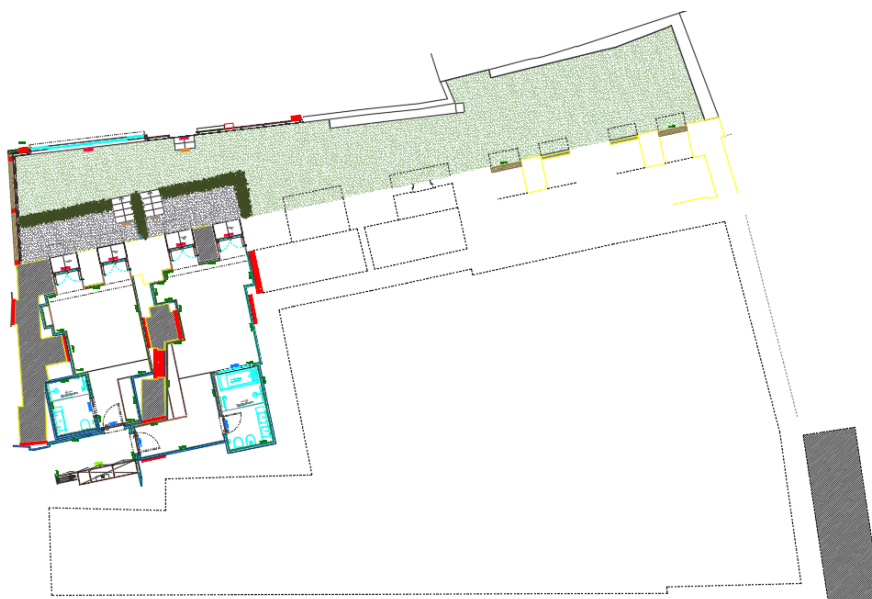


Figura AN.7 Piso -2

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

ALÇADOS DO PALÁCIO DE BELMONTE

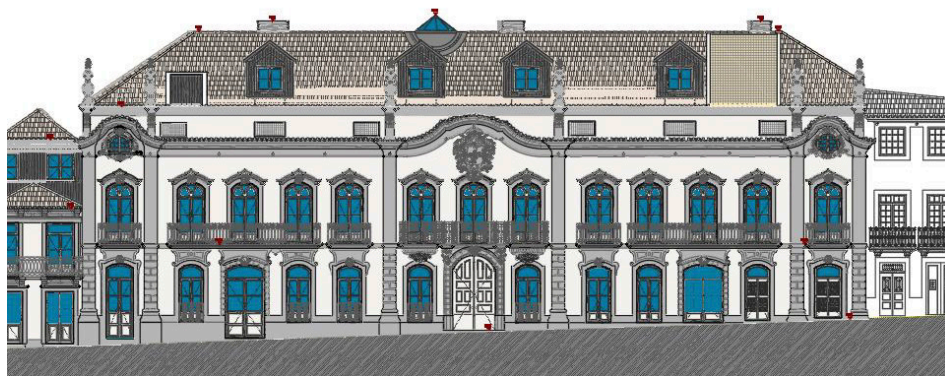


Figura AN.8 Alçado frontal



Figura AN.9 Alçado posterior

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

FOTOGRAFIAS DE DRONE



Figura AN.10 Vista aérea do Rio Douro



Figura AN.11 Vista aérea da fachada posterior do Palácio
(Fonte: Guilherme Oliveira)

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro



Figura AN.12 Vista aérea do Palácio antes da obra



Figura AN.13 Vista aérea do Palácio durante a obra
(Fonte: Guilherme Oliveira)

O Palácio de Belmonte - A transformação de edifícios históricos e a criação de novas identidades através da reabilitação e do restauro

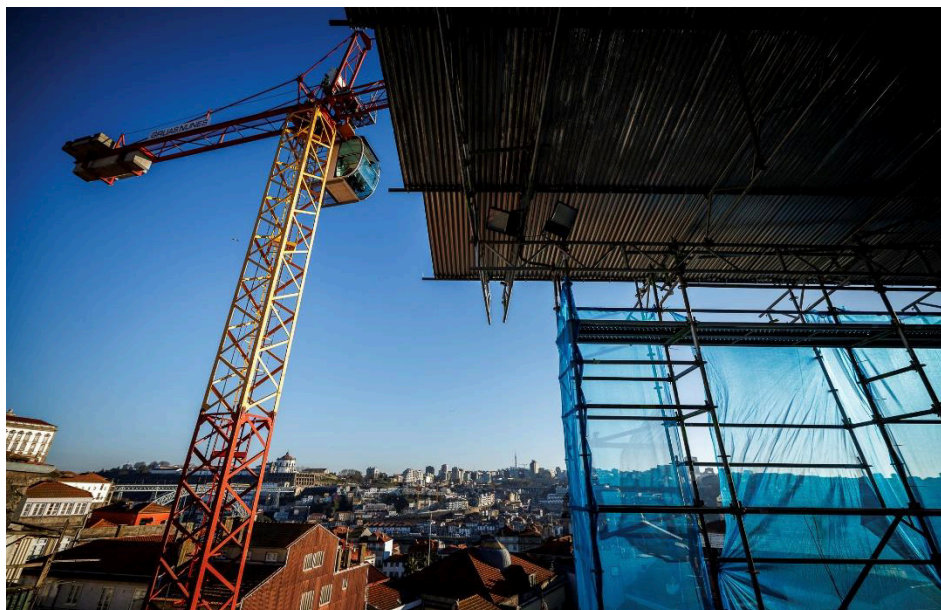


Figura AN.14 Grua
(Fonte: Guilherme Oliveira)

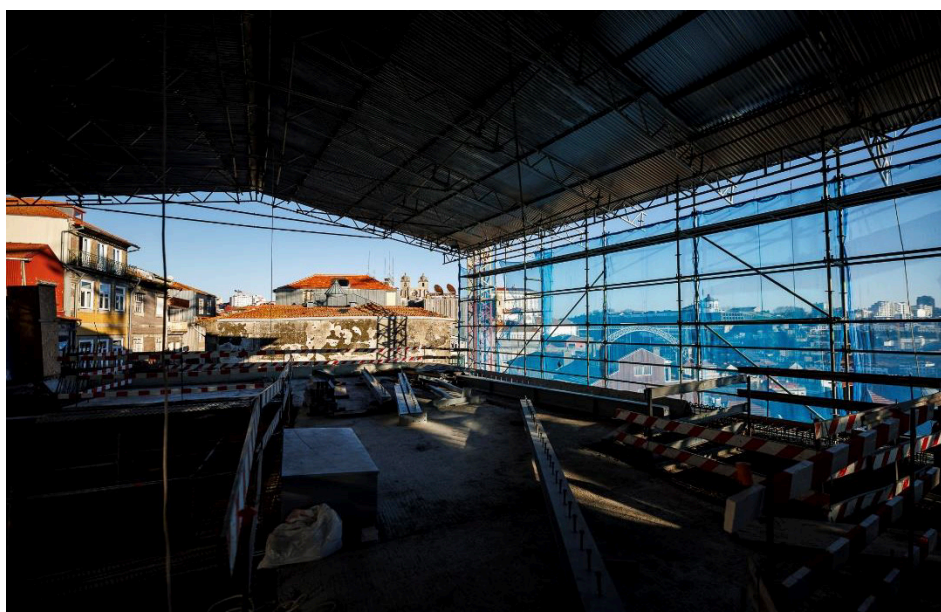


Figura AN.15 Andaimos e cobertura de proteção de tetos
(Fonte: Guilherme Oliveira)

FOTOGRAFIAS DE FASES DE OBRA



Figura AN.16 Fachada tardoiz do Palácio e Lugar do Vinho
(Fonte: Guilherme Oliveira)

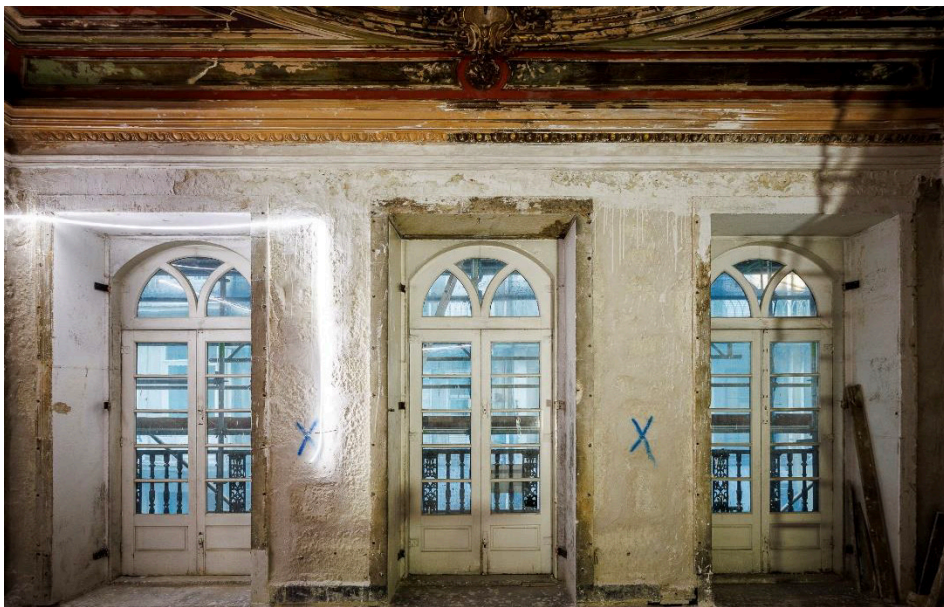


Figura AN.17 Caixilharias originais
(Fonte: Guilherme Oliveira)



Figura AN.18 Mísula decorativa na claraboia
(Fonte: Guilherme Oliveira)

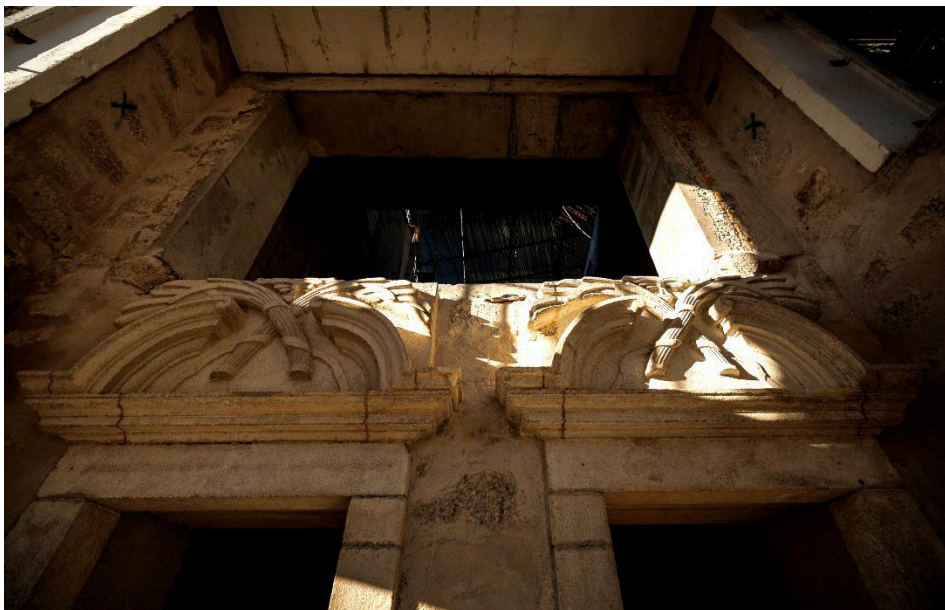


Figura AN.19 Detalhes de restauro de cantarias
(Fonte: Guilherme Oliveira)

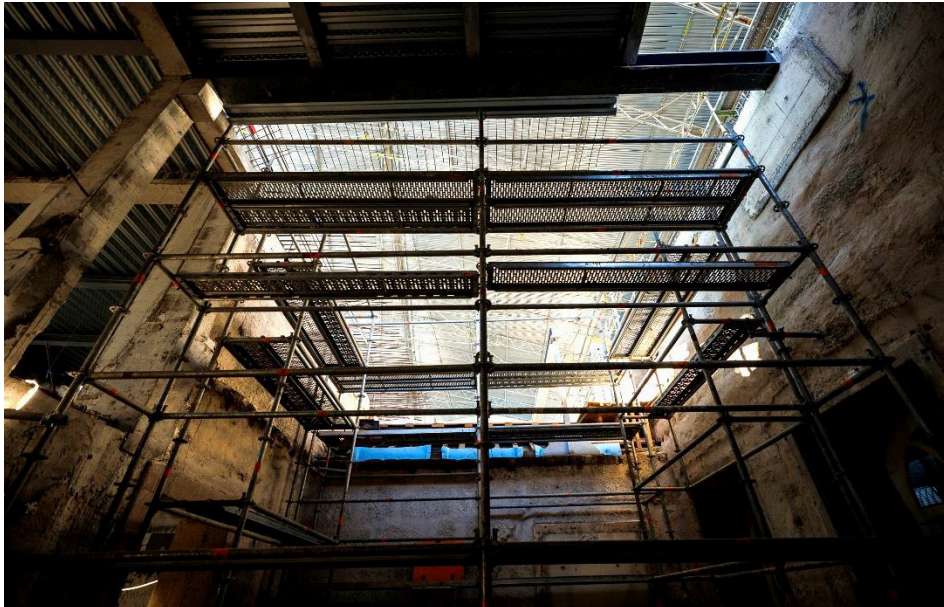


Figura AN.20 Andaimas interiores
(Fonte: Guilherme Oliveira)

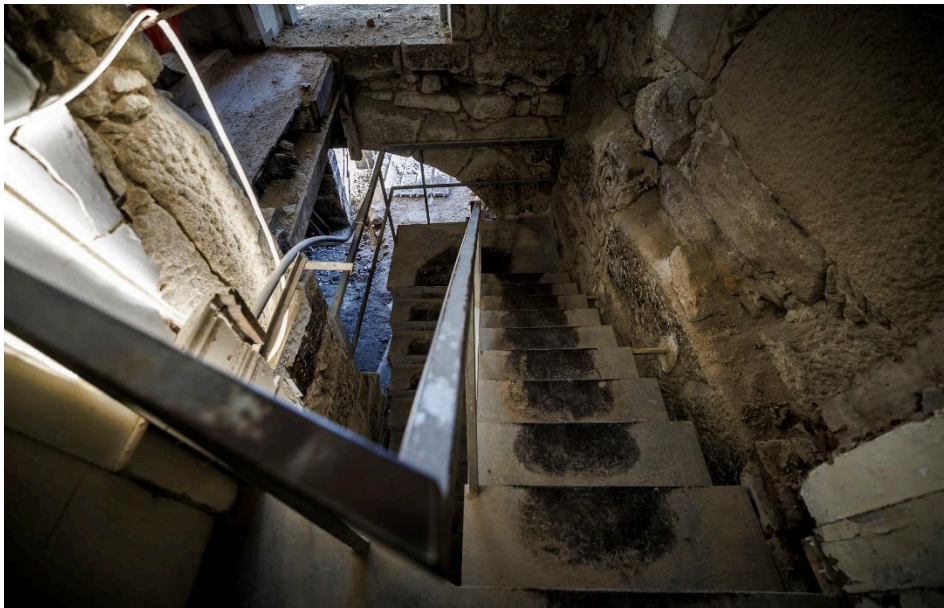


Figura AN.21 Escadas metálicas de acesso a pisos negativos
(Fonte: Guilherme Oliveira)



Figura AN.22 Picagem de revestimentos interiores
(Fonte: Guilherme Oliveira)



Figura AN.23 Abertura de vão para caixa de escadas
(Fonte: Guilherme Oliveira)

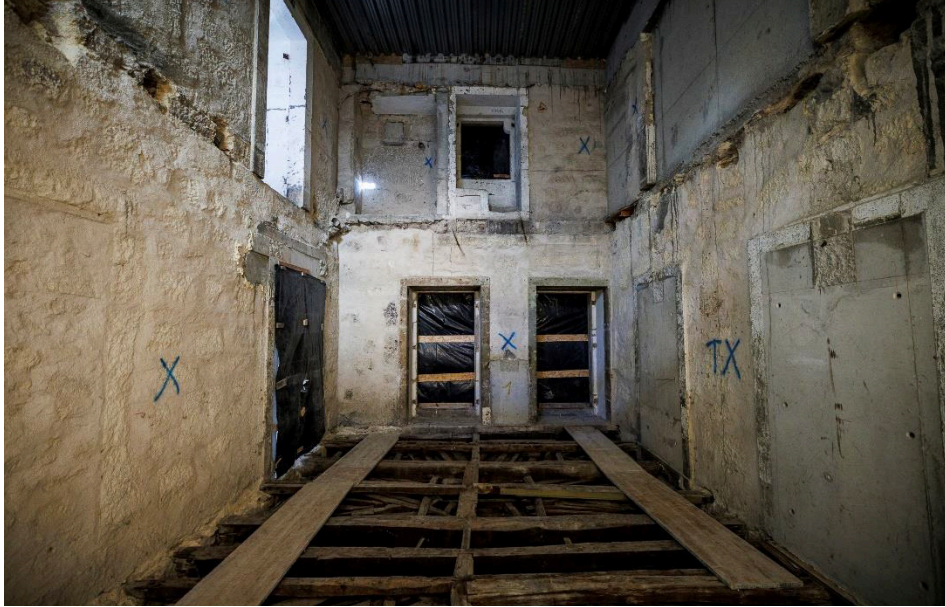


Figura AN.24 Fase de demolição de pisos
(Fonte: Guilherme Oliveira)

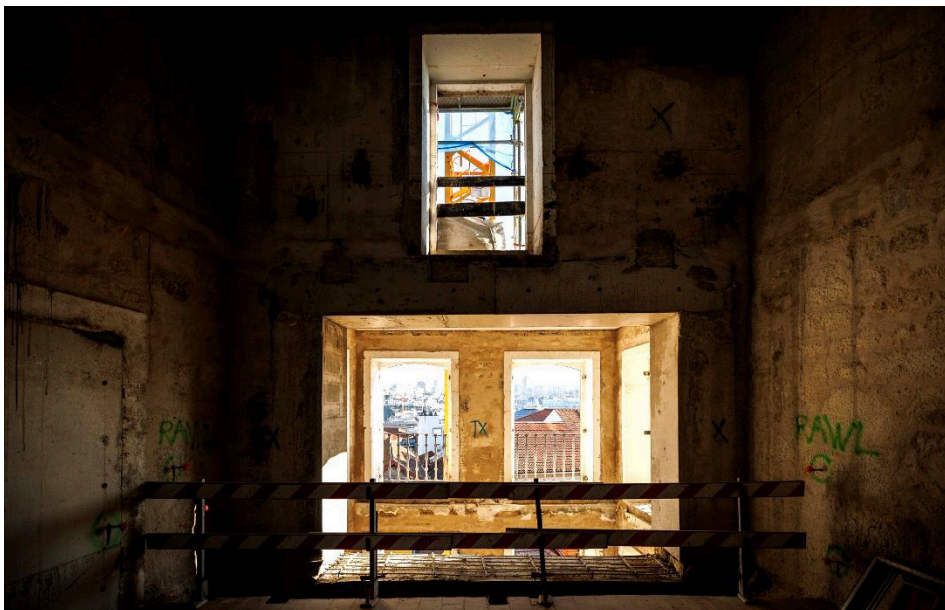


Figura AN.25 Abertura de vãos
(Fonte: Guilherme Oliveira)

FOTOGRAFIAS DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS



Figura AN.26 Descoberta de muro subterrâneo



Figura AN.27 Descoberta de antiga escadaria



Figura AN.28 Descoberta de ruas subterrâneas



Figura AN.29 Descoberta de maciço rochoso trabalhado

FOTOGRAFIAS DE DESCOBERTAS ARQUEOLÓGICAS



Figura AN.30 Moeda em prata do sec. XIX a)
(Fonte: Arqueólogo Carlos Sousa)



Figura AN.31 Moeda em prata do sec. XIX b)
(Fonte: Arqueólogo Carlos Sousa)

REGISTO DO PALÁCIO DE BELMONTE

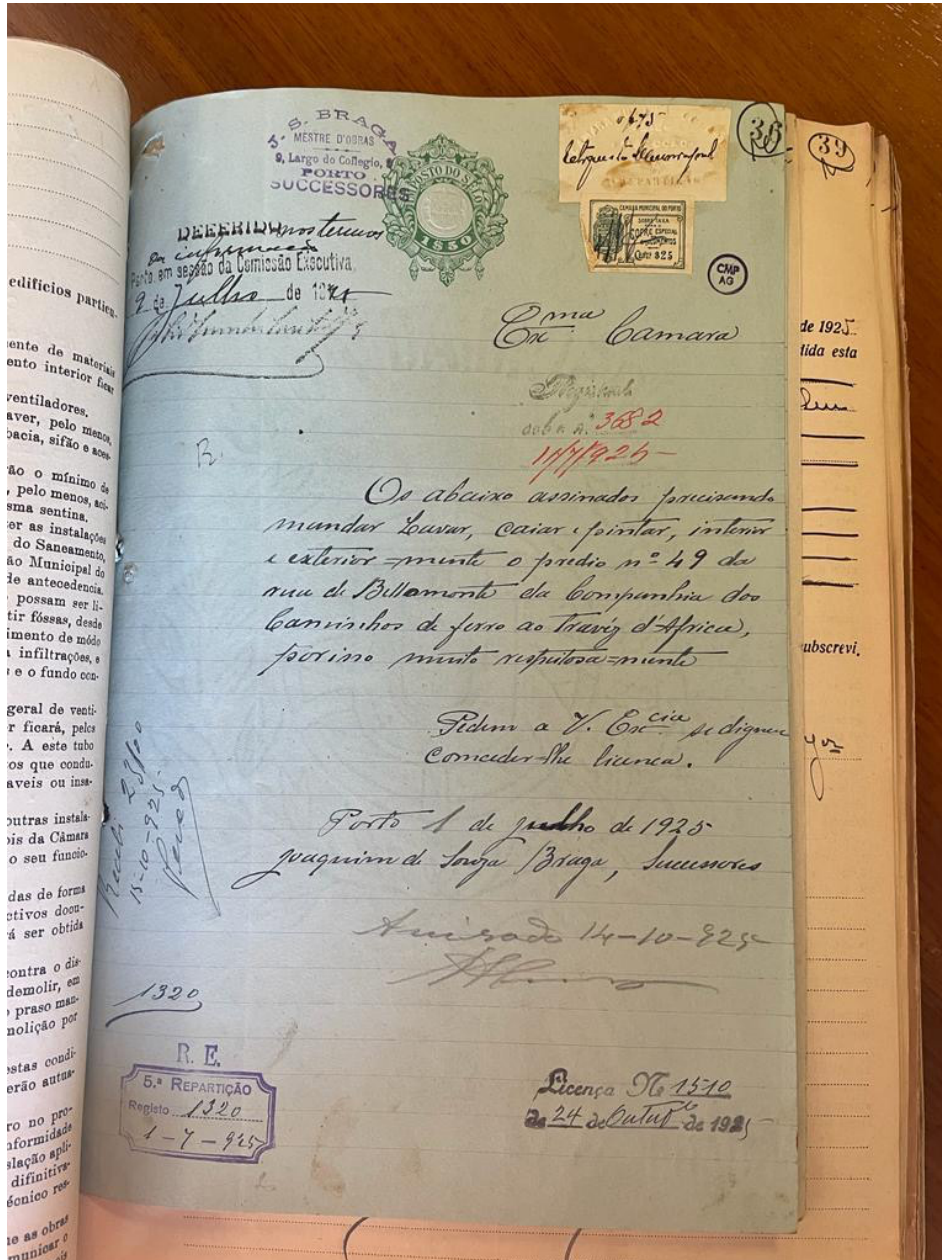


Figura AN.32 Registo de pedido de licenciamento para obra, ano de 1925
(Fonte: Casa do Infante, Porto)

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
PORTO, 2024